

Experiências em Psicologia e Políticas Públicas

**Caderno do I Prêmio Margarete
de Paiva Simões Ferreira**



Experiências em Psicologia e Políticas Públicas

Experiências em Psicologia e Políticas Públicas

**Caderno do I Prêmio Margarete
de Paiva Simões Ferreira**

Rio de Janeiro, 2009

Realização:



Conselho Regional de Psicologia - RJ

Organização | Vivian de Almeida Fraga [CRP 05/30376]
Lindomar Expedito Silva Darós [CRP 05/20112]
Cláudia Durce Alvernaz Harari [CRP 05/17507]
Beatriz Adura Martins [CRP 05/34879]

Projeto gráfico e diagramação | Maíra Lacerda

Revisão | Bárbara Skaba e Felipe Simões

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Experiências em Psicologia e políticas públicas / Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – (2009). Rio de Janeiro, CRP 05, 2009.

Anual

ISSN 2175-1072

1. Psicologia 2. Políticas públicas I. Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

CDD 150

Sumário

Editorial	06
José Novaes - conselheiro-presidente do CRP-RJ	
Margarete de Paiva Simões Ferreira (1957-2006)	08
Nélio Zuccaro	
 Categoria Profissional	
Direito ao lazer: experiências em prol da construção de políticas públicas no campo da Saúde Mental	11
Michèle Malheiro Borges de Aquino	
Uma experiência cartográfica na saúde indígena	23
Marcus Marcello Porto Leopoldino Paula Saules Ignácio	
Sujeito do inconsciente e Agente Comunitário de Saúde: um encontro necessário	35
Viviane Pereira da Silva	
 Categoria Estudante	
A produção artesanal da revista Panatenéia: promoção da experiência narrativa compartilhada como política pública de Educação	51
André Luis Soares e Silva Pereira Cleriston Philip Buriche Bartalini Francisco Marques Nogueira	
Cartografias do desejo em um trabalho de extensão universitária	65
Alice Paiva Souto Cleriston Philip Buriche Bartalini Kely Cristina Magalhães	
Tecendo movimentos: aproximações entre políticas públicas e formação em Psicologia	79
Alessandra Speranza Lacaz André Werneck Barrouin Daniel Maribondo Barboza Gabriel Folly Nogueira Sertã Paula Milward de Andrade Raquel Vieira da Silva Sheila Melo de Oliveira	
Pareceristas	92
XII Plenária do CRP-RJ	94

Editorial

**José Novaes [CRP 05/980]
Conselheiro-Presidente do CRP-RJ**

Esta publicação é uma obra coletiva. Ela recolhe os trabalhos agraciados, nas duas categorias – profissionais e estudantes –, no Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira. Este prêmio foi instituído pelo Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região e conferido na II Mostra Regional de Práticas em Psicologia, realizada em julho de 2008.

Seu título esclarece: ele se destina a avaliar e premiar relatos de “Experiências em Psicologia e Políticas Públicas” – em Saúde, Direitos Humanos, Educação, Trânsito, Trabalho, Lazer, Meio Ambiente, Movimentos Sociais, Esporte, entre outros. Temos, no CRP-RJ, a compreensão de que “público” não se identifica com “estatal”: políticas públicas, para nós, são aquelas que cumprem seu caráter público, universal e de qualidade para todos, promovendo sua continuidade e tendo como objetivo a articulação e defesa dos Direitos Humanos e da vida.

Há muitos projetos, programas, políticas, ações e práticas, que não são estatais, mas são públicos, pois obedecem aos critérios acima elencados.

Em contrapartida, há projetos e políticas estatais que não são absolutamente públicos, pois se voltam contra o interesse público, de modo claro e evidente, como o Projeto de Lei 02/2009 - recém aprovado pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro - que estabelece a política das Organizações Sociais, no município, ou a adoção das Fundações Estatais para gerir a área da Saúde, a nível nacional, que se configura como grave ataque ao SUS – Sistema Único de Saúde.

O prêmio homenageia a psicóloga Margarete de Paiva Simões Ferreira, falecida em dezembro de 2006, e que atuava na área de prevenção do HIV/Aids. Margarete militava nos embates políticos da Psicologia no Rio de Janeiro, tendo participado da Comissão Gestora que administrou o CRP-RJ entre março de 2003 e setembro de 2004, após a destituição do X Plenário pela Assembléia Geral dos Psicólogos do Rio de Janeiro em 10 de março de 2003.

Dissemos, logo na frase inicial, que esta publicação é uma obra coletiva. Não nos referimos apenas ao coletivo do XII Plenário do CRP-RJ, que assumiu em setembro de 2007; também não apenas aos dedicados servidores do CRP-RJ, que realizaram todos os trabalhos de estabelecimento do prêmio e organização da II Mostra Regional de Práticas em Psicologia, onde os vencedores da primeira edição do prêmio foram agraciados. Estamos nos referindo, principalmente, ao coletivo de psicólogos e estudantes de Psicologia do Rio de Janeiro.

Os prêmios foram entregues aos autores – indivíduos ou grupos – dos trabalhos vitoriosos; mas consideramos que isto é apenas expressão do avanço e da consolidação da Psicologia, enquanto ciência e profissão, no nosso estado, e que a criação individual ou de grupos é o canal pelo qual este avanço se mostra.

Não queremos eludir ou diminuir a responsabilidade individual, apenas enfatizar as condições coletivas que permitem as manifestações individuais. Os trabalhadores do CRP-RJ – seus conselheiros, colaboradores e servidores – apenas fornecem algumas destas condições para que as práticas psicológicas possam florescer e se mostrar.

Ao coletivo dos psicólogos do Rio de Janeiro, portanto, é que devemos agradecer e louvar por se manifestar de modo tão auspicioso para novos avanços da Psicologia no estado, atendendo ao convite do CRP-RJ, comparecendo às Mostras de Práticas em Psicologia, e apresentando trabalhos concorrentes ao Prêmio; são os (as) profissionais da Psicologia que a constroem, cotidianamente, no Rio de Janeiro e no Brasil.

Margarete de Paiva Simões Ferreira (1957-2006)

Nélio Zuccaro [CRP 05/1638]

Conheci Margarete nos últimos anos da década de 1970.

Eu havia concluído há poucos anos minha graduação, mas já coordenava um serviço de Psicologia ligado ao Centro de Estudos do Hospital Souza Aguiar, na cidade do Rio de Janeiro. Margarete e Ademir (que veio a tornar-se seu marido e fiel companheiro) eram estudantes de Psicologia da UERJ, prestes a se graduarem, e se apresentaram ao Serviço para iniciar um estágio acadêmico esboçando o entusiasmo daquelas pessoas que não têm dúvidas sobre os caminhos que pretendem traçar.

Imediatamente reconheci naquela jovem estagiária a energia para o trabalho, a integridade do caráter e a grande seriedade em tudo o que fazia. Essas características já eram o prenúncio que marcaria toda sua futura trajetória profissional.

Na vida de todos nós, uma infinidade de pessoas vai cruzando nossas vivências cotidianas sendo que apenas algumas delas permanecem de forma indelével em nossas memórias. Margarete é uma delas.

Entre tantos atributos de sua personalidade, talvez o que mais vivamente me impressionou tenha sido a imbatível perseverança na busca de seus ideais. Dentre eles posso destacar sua luta incansável contra as injustiças de nossa sociedade.

Margarete militou, sem trégua, a favor dos desprotegidos em qualquer situação. Defensora intransigente do respeito aos Direitos Humanos participou intensamente dos movimentos sindicais, da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica.

Talvez por ter vivido, ainda na época de estudante universitária, um dos períodos mais sinistros da história recente do nosso país, a força de sua militância corajosa terminou por conduzi-la até a vida partidária, colaborando na consolidação política dos princípios libertários, socialistas e representativo dos trabalhadores brasileiros. Respondeu, destemidamente, ao chamado dos colegas psicólogos para integrar a Comissão Gestora do Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região, que, após sofrer a intervenção do Conselho Federal de Psicologia durante a gestão do X Plenário, recebeu a incumbência de restaurar, junto à categoria, a credibilidade ética da autarquia. Sua dedicação a esta tarefa foi exemplar. Junto com outros companheiros, escreveu algumas páginas a mais da história da Psicologia do Rio de Janeiro e do Brasil.

Margarete foi professora universitária e psicóloga clínica. Exerceu essas duas práticas com brilhantismo, qualidade intelectual e extremo respeito aos seus alunos e pacientes.

Foi em 1992 que Margarete começou a trabalhar no Programa Estadual de AIDS. Até essa época, sua carreira no serviço público esteve concentrada na área de Saúde Mental.

O crescimento da epidemia no Estado do Rio de Janeiro encontrou em Margarete uma profissional de saúde bem preparada para enfrentar o imenso desafio de atuar no campo da prevenção de uma doença que carregava, junto consigo, enormes preconceitos e forte discriminação.

Mais uma vez, destacou-se como uma importante colaboradora na formulação e na execução das políticas públicas voltadas para a AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis, especialmente aquelas voltadas para as pessoas em situação de maior vulnerabilidade social. Tornou-se, inquestionavelmente, conhecida e reconhecida por todos nesse trabalho.

Meg, como era tratada carinhosamente por seus amigos e colegas, foi, acima de tudo, uma mulher sincera, direta, e muito afetuosa.

O Prêmio Monográfico Margarete de Paiva Simões Ferreira é uma justa homenagem do Conselho Regional de Psicologia (5ª Região) a esta psicóloga, que, mesmo durante os dez anos em que enfrentou o câncer, poucas vezes interrompeu suas atividades profissionais.

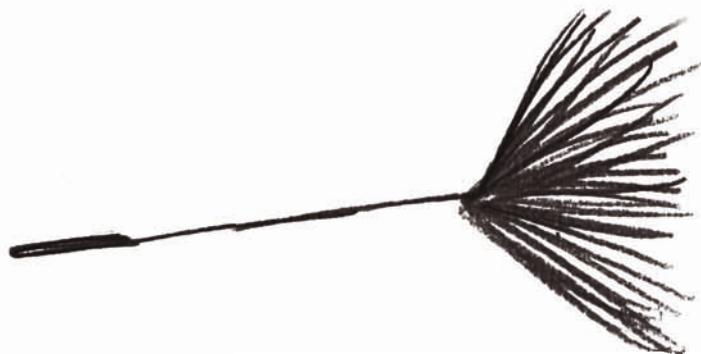
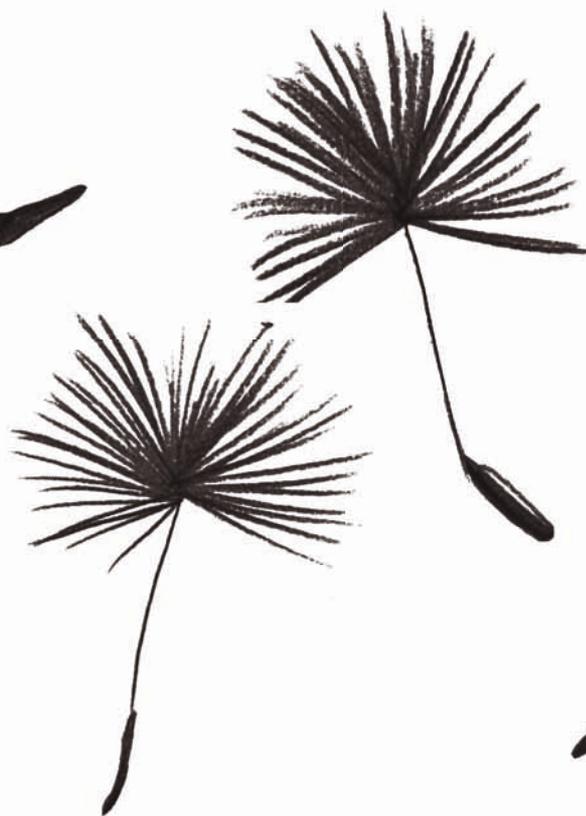
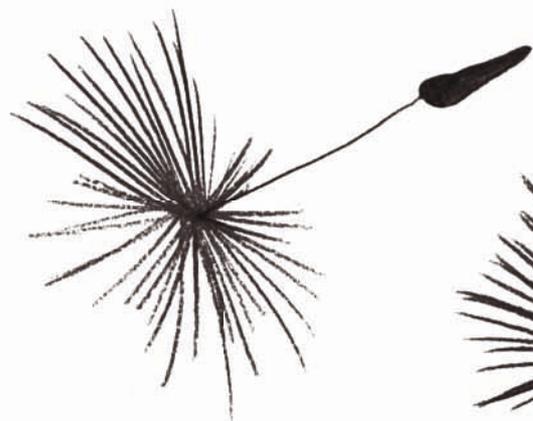
Sinto orgulho de ter sido amigo e colega de trabalho de Meg.

Tenho certeza, também, que ela estaria muito honrada em saber que seu nome está associado a um prêmio “que tem como objetivo dar visibilidade a experiências em Psicologia e Políticas Públicas, desenvolvidas por estudantes e profissionais”.

Permito-me reproduzir, abaixo, a citação escolhida por Margarete para iniciar sua dissertação para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública (1999), intitulada AIDS: Da Violência aos Direitos Humanos à Construção da Solidariedade:

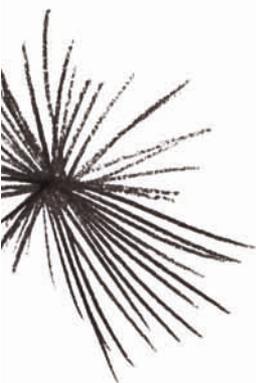
O importante e bonito do mundo é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam (Guimarães Rosa, em Grande Sertão Veredas).

1° lugar - Categoria Profissional



Direito ao lazer: experiências em prol da construção de políticas públicas no campo da Saúde Mental

Michèle Malheiro Borges de Aquino [CRP 05/26000]



Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o Clube de Lazer e Cidadania Colônia (CLCC) - Núcleo de Intervenções Culturais, que funciona no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), localizado na cidade do Rio de Janeiro. O Clube tem por clientela usuários institucionalizados predominantemente idosos, pessoas da comunidade, bem como usuários de outros serviços. O funcionamento deste dispositivo, aliado ao interesse dos usuários, ao enfrentamento criativo de impasses e à escassa produção científica voltada para este tema, constitui importante contribuição para os profissionais que atuam no campo da saúde mental e do lazer. O artigo está fundamentado por revisão bibliográfica, pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. Apresento: a) informações referentes ao Clube; e b) a construção de conceitos atrelados à consolidação do Programa. A pesquisa destaca a necessidade de: a) avanços na política de saúde mental no Brasil, compreendendo o lazer como direito; b) criação de leis que garantam o acesso dos usuários dos serviços de saúde mental aos dispositivos de lazer; c) programas de conscientização da população para o convívio com portadores de sofrimento psíquico; e d) investimentos regionais que garantam recursos para a acessibilidade dos portadores de deficiências e com sofrimento psíquico aos dispositivos de lazer.

Palavras – chave: lazer, saúde mental, direito, inclusão social.

Introdução

O Clube de Lazer e Cidadania Colônia (CLCC), parte do Núcleo de Intervenções Culturais do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), vem funcionando há oito anos, no bairro da Taquara, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Pôde-se, neste período, constatar a interferência deste dispositivo na vida de seus freqüentadores. Esta constatação instigou a reflexão de alguns aspectos centrais, são eles: a) as particularidades do campo do lazer, dirigidas às pessoas institucionalizadas em hospital psiquiátrico; b) a necessidade de criação de políticas públicas direcionadas para o campo do lazer e da cultura e a continuidade de suas iniciativas; c) a afirmação do lazer enquanto direito de todo cidadão; e d) a importância da ampliação de tais práticas enquanto instrumento de saúde.

Como forma de contribuir para estas reflexões, desenvolveu-se uma pesquisa cujo objetivo constituiu-se por: 1) avaliar os desdobramentos do Clube na vida dos seus freqüentadores; 2) constituir diálogos entre o campo do lazer aplicado ao campo da saúde mental; 3) ampliar e fortalecer as práticas desenvolvidas neste campo; e 4) fornecer dados para o fortalecimento de políticas públicas no campo do lazer e da cultura.

Compreende-se a importância do lazer conforme define a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, que regulamenta o Sistema Único de Saúde no seu terceiro artigo:

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País (BRASIL, 2000).

Neste contexto, o lazer apresenta-se como mais um instrumento no campo da saúde mental para enriquecer as propostas contidas na Lei 10.216, que dispõe sobre o direito das pessoas portadoras de transtornos mentais e, redirecionam o modelo de assistência em saúde mental.

Destaca-se a Portaria n. 396, atualmente suspensa, referente aos Centros de Convivência e Cultura, que contempla aspectos relacionados ao lazer.

Por ocasião da realização da III Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em dezembro de 2001, foi contemplado o lazer. Nas seguintes propostas do Relatório Final a respeito de Direitos e Cidadania, consta:

Criar projetos de geração de renda, cooperativas de trabalho (portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, crianças e adolescentes), centros de convivência, oficinas de cultura, arte e lazer, nos municípios, através de políticas intersetoriais, em parceria com instituições públicas, privadas e sociedade civil organizada que viabilizem a sua efetivação (BRASIL, 2001: 421).

Acerca de Cultura e Lazer, o mesmo relatório enfatiza:

Através das três esferas de governo devem ser apoiadas práticas desportivas, atividades recreativas, culturais e de lazer, nos bairros, parques e ambulatórios de Saúde Mental, para que as pessoas possam usar e desenvolver seu potencial (BRASIL, 2001: 435).

Acesso a cinemas, teatros, outros espaços de cultura e educação, deve se dar como inclusão não marginal, ou seja, participação em sessões comuns não específicas, em classes comuns, escolas regulares e não classes especiais. Esta acessibilidade deve ser reforçada pela iniciativa de um projeto de Lei (BRASIL, 2001: 436).

Atualmente, no IMASJM, ainda permanecem institucionalizados cerca de quinhentos e sessenta usuários. A Reforma Psiquiátrica começou no IMASJM no início da década de 1980. Daí se entende a construção no IMASJM de vários dispositivos alternativos, entre eles o Clube de Lazer e Cidadania Colônia.

O instituto é composto por quatro núcleos (Franco da Rocha, Teixeira Brandão, Ulisses Viana e Rodrigues Caldas), pelo Hospital Municipal Jurandyr Manfredini, pelo Programa de Residências Terapêuticas, pelo Programa de Geração de Renda, pelo Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, além do Núcleo de Intervenções Culturais.

A clientela do Clube é constituída predominantemente por usuários institucionalizados no IMASJM, além de usuários de outros serviços, bem como pessoas da comunidade. A idade dos freqüentadores distribui-se por: 9% entre 21 e 40 anos, 7% dos usuários entre 41 e 50 anos, 28% com idade entre 51 e 60 anos, 49% entre 60 e 80 anos, e 7 % entre 81 e 90 anos. São eles 57% de mulheres e 43% de homens.

As experimentações realizadas no Clube contam sempre com as sugestões, as experiências de vida e a avaliação dos usuários que freqüentam as suas atividades.

Este dispositivo destaca-se por, “através do instrumento do lazer, estabelecer relações afetivas de outra ordem, diferentes daquelas do mundo asilar” (AQUINO E CAVALCANTI, 2004: 166).

Material e métodos

A pesquisa desenvolvida constou de: a) pesquisa qualitativa com aplicação de questionário semi-estruturado com quarenta freqüentadores do Clube; b) pesquisa quantitativa; c) observação participante; e d) revisão bibliográfica.

As entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos, tanto em atividades internas quanto externas: a) no Clube, e b) no decorrer na experiência de uma viagem.

A clientela entrevistada no Clube constou de um conjunto de 80% de usuários moradores nos Núcleos do IMASJM, 7,5% de usuários moradores em Residências Terapêuticas, 10% de usuários institucionalizados em outra instituição e 2,5% de usuários que se tratam no CAPS, sendo 52,5% do sexo masculino e 47,5% do sexo feminino. A idade dos usuários variou entre 25 e 85 anos, e eles haviam freqüentado o Clube por mais de uma vez.

Dentre os entrevistados durante o período da viagem, são: 77,5% moradores dos núcleos do IMASJM e 23 %, moradores de Residências Terapêuticas.

Após a escuta e transcrição das fitas, foi realizada uma ordenação e classificação dos dados para análise.

Construções, desconstruções e re-construções, refletindo sobre uma instituição inventada

Assim como tantas experiências no campo da Reforma Psiquiátrica, o Clube nasceu em um campo de inúmeras impossibilidades, a partir da constatação da necessidade de se trabalhar no período “esvaziado” da Instituição: o fim de semana.

Segundo Witold Rybczynski (2000), a terminologia que desponta na década de setenta - “fim de semana” - retrata as mudanças decorrentes de valores das classes abastadas assim como mudanças no hábito de consumo. Segundo este autor: “Para um número cada vez maior de operários a semana estava assumindo sua forma atual: dias de trabalho, seguidos de um período de descanso” (RYBCZYNSKI, 2000: 111).

Cabe destacar que a primeira experiência de lazer no campo da saúde mental na rede pública de saúde do Rio de Janeiro foi iniciada no ano de 1996, com o Clube de Esquina, que funcionava com o apoio de uma rede de instituições. Seu objetivo principal era:

acompanhar os usuários de serviços de saúde mental em atividades que proporcionem alegria e descontração. O Clube facilitará novas trocas sociais e buscará desenvolver o companheirismo e a solidariedade (IPUB/ UFRJ e IFB, 1996 apud SIMONE; NASCIMENTO, 1999).

Como desdobramento desta proposta, surgiu a necessidade de se pensar o lazer voltado especificamente para a clientela do IMASJM.

Como apontam Aquino e Cavalcanti (2004), o Clube iniciou suas atividades com uma equipe de estagiários do Centro de Estudos, educadores e a equipe da Rádio Comunitária em conjunto com uma Associação de Moradores.

O Clube de Lazer veio em resposta à demanda dos usuários dos serviços do IMASJM. A partir de abril de 2002 algumas alterações foram feitas de acordo com a demanda da clientela e do processo de organização do próprio Clube. Dentre estas mudanças destacam-se a constituição de uma equipe fixa para o trabalho no Clube de Lazer, a regularidade do funcionamento em todos os sábados, a oferta de várias atividades distintas e simultâneas que possibilitem a escolha por parte dos usuários, além de passeios mensais (AQUINO; CAVALCANTI, 2004: 174).

Uma tímida idéia, com inúmeras dúvidas, instigava como enfrentar o desafio de pensar no “tempo livre” de um grupo de pessoas que por tanto tempo permaneceu nos limites do empobrecimento e do ócio da vida institucional. Diante de tantas incertezas, ao lado de inúmeras possibilidades, o Clube deu seus primeiros passos.

Ao longo do tempo, com profissionais contratados para trabalhar exclusivamente no Núcleo de Intervenções Culturais, este tomou corpo e foi possível a sua ampliação.

O Clube surgiu em decorrência da necessidade de se produzir vida, encontros e afetos neste intervalo da semana.

Sua equipe aos poucos tem se ampliado, sendo hoje composta por: um psicólogo, que é o coordenador; usuários; cuidadores; profissionais de educação física; estagiários; residentes em saúde mental; prestadores de serviço da Central de Penas e Medidas Alternativas; e também voluntários.

A teoria do lazer no campo da Saúde Mental

A fundamentação do Clube, baseada no campo da teoria do lazer aplicada no campo da saúde mental, encaminhou-o em direção à necessidade de lançar mão de um conjunto de teorias, entre elas, inicialmente, dos princípios preconizados por Joffre Dumazedier (1974). Para este autor, o lazer deve: a) resultar de uma livre escolha; b) almejar o prazer; c) não atender a um caráter obrigatório; e d) ter um caráter pessoal.

Para Dumazedier (2001), o lazer difere-se em três funções distintas: a) a função de descanso; b) a função de divertimento; e c) a função de desenvolvimento.

Destaca-se que a teoria sociológica do lazer estabelecida por Dumazedier foi construída através da pesquisa centrada no universo do trabalho. A fundamentação do Clube de Lazer e Cidadania Colônia consiste numa apropriação desta teoria aliada aos estudos da Animação Cultural.

A Animação Cultural é definida como uma tecnologia educacional, de acordo com a análise de Melo (2006):

[...] pautada na idéia radical de mediação [...] busca permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais [...] construída com base no princípio de estímulo às organizações comunitárias (MELO, 2006: 28).

Concebe-se o conceito de lazer tal qual foi reconhecido a partir da Modernidade como conseqüência do modo de vida industrial, de lutas por direitos trabalhistas, vinculado a uma situação de não-trabalho.

A noção de “tempo livre”, que tomamos hoje por lazer, não se trata, conforme apontam os autores Melo e Alves Junior (2003), do tempo livre da Antiga Grécia, denominado *skholé*, que era destinado às artes da elite, constituída pela:

[...] contemplação e o cultivo de valores nobres, como a verdade, a bondade, a beleza. [...] o tempo livre ganhava importância, não como momento de pura desocupação, mas como oportunidade de crescimento espiritual [...] (MELO; ALVES JUNIOR, 2003: 3).

Neste período, a Modernidade, o tempo livre ou o tempo ocioso assume novas representações e funções, “[...] passou a representar um grave perigo pessoal e social” (GOMES, 2004: 135).

De acordo com Rybczynski (2000):

[...] o século XIX viu, pela primeira vez, uma forma de lazer bem diferente da que existia antes. Não era o lazer da elite aristocrática e das famílias com casa de campo [...] Também não era a tradicional mistura de diversão e trabalho das pessoas simples, nem o trabalho e a diversão intercalados ao bel prazer, nem no mesmo lugar. [...] O lazer da classe média, que foi surgindo e influenciou toda a sociedade, tinha algo novo: um limite de hora e lugar bem marcados, separando diversão e trabalho (RYBCZYNSKI, 2000: 113).

No decorrer de nosso trabalho, constata-se que é preciso vencer o preconceito do trabalho no campo do lazer e da cultura, ainda entendido como privilégio diante de tantas outras necessidades como saúde, educação e trabalho. Tal pressuposto coloca-se como entrave para a expansão e consolidação destes dispositivos.

O cotidiano do Clube de Lazer e Cidadania Colônia

A experiência desenvolvida pelo Clube de Lazer, conforme aponta Aquino (2006), permite ressaltar alguns aspectos que se destacaram como fundamentais para o funcionamento deste dispositivo. São eles: a) a existência de um encontro semanal, dentro de sua carga horária, na qual a equipe possa dialogar e trocar experiências; b) a existência de funcionários que transitem entre o Clube e os Núcleos, estreitando a comunicação entre os setores, bem como fortalecendo o laço dos usuários com o Clube; c) a predominância de profissionais fora do campo da saúde (artistas, cuidadores, animadores) sem compromissos teóricos no campo da saúde *a priori*; d) uma equipe que funcione de forma descentralizada, onde todos sejam responsáveis pelo funcionamento e compromissos estabelecidos pelo Clube; e e) reciclagem permanente das práticas por intermédio de participação em eventos educativos, culturais e científicos.

No cenário de práticas do Clube de Lazer, as atividades entre o período de 2000 até 2006 ocorreram exclusivamente nos finais de semana com atividades internas e externas.

As atividades internas constituem-se por encontros do Clube dentro da Instituição, nos quais ocorrem diversas atividades sociais e afetivas.

As atividades externas, assim como as internas, sofrem a cada período mudanças de acordo com o que é demandado pelo grupo. As atividades externas foram iniciadas no ano de 2003 a partir da solicitação de uma frequentadora. Desde então, as atividades externas, a cada ano se tornam mais complexas e refletem na maior participação destes usuários em relação à vida e aos espaços da cidade.

A proposta de constituir uma intervenção no final de semana desta clientela constitui-se enquanto possibilidade de estimular o acesso e o re-conhecimento da cidade, o que posteriormente se mostrou também limitante exigindo para além da inserção, a inclusão social.

A equipe de trabalho deve elaborar iniciativas que agreguem permanentemente novos valores à atividade externa. Acredita-se que a função mais delicada do Clube seja a de facilitar e intermediar afetos e espaços, estratégia necessária para a promoção da *“reinscrição no corpo social”*, defendida por Franco Rotelli (2001).

Muitas vezes, o impacto com a chegada de um grupo de usuários a determinados locais da cidade causa curiosidade, espanto e coloca para a equipe a necessidade de conversas e explicações sobre o serviço. Por vezes, exigem a negociação para o direito de uso de bens de lazer, sejam eles públicos ou privados. Tais fatos impuseram a conscientização da dimensão política e de direito no percurso do trabalho no campo do lazer.

Os autores Melo e Alves Junior (2003), ao definirem lazer, o destacam como o resultado “[...] gerado de uma clara tensão entre as classes sociais e da ocorrência contínua e complexa de controle/resistência [...]” (MELO; ALVES JUNIOR, 2003: 10).

Executando uma nova ordem, foi possível, através dos encontros de finais de semana, romper o ciclo de atividades externas conhecidas em tantos serviços: “Praia” e “Jardim Zoológico”. Isto sem desmerecê-las, mas reservando seu encanto a momentos específicos, passamos a questionar o por quê destas mesmas escolhas sempre. Compreende-se que, na maior parte das vezes, são escolhas socialmente mais aceitas, mais baratas, mais conhecidas. Ambos os espaços apresentam um perfil democrático e gratuito.

Das saídas matinais para parques e praia, surgiu o pedido para ir ao teatro, dançar forró na Feira de São Cristóvão, entre outros. Aos poucos, a clientela tomou gosto pela noite. Desde quando iniciamos as saídas noturnas, algumas casas de dança tradicionais são freqüentadas assiduamente, assim como os Centros Culturais e demais eventos culturais de nossa cidade, principalmente o carnaval.

Em conjunto com estas conquistas, refazem-se as relações entre estes sujeitos e sua vida institucional. Mudam as conversas no dia seguinte ao passeio, o horário do medicamento, as formas de se vestir, a relação com o tempo e, assim, cada vez mais novos contratos com o mundo são retomados.

Algumas experiências destacam o lazer enquanto ferramenta para a vida fora da lógica institucional.

Jorge Vieira (2004), ao relatar sua experiência na Oficina de “atividades externas”, no CAPS Vila Esperança, em Paracambi, destacou “o papel articulador do lazer” uma vez que criou “referências de uma vida fora dos serviços de Saúde Mental, com novas perspectivas sociais, culturais e até mesmo econômicas de inclusão” (VIEIRA, 2004: 36).

Com referenciais distintos, Micheli Costa (2005) estudou o clube de lazer como parte do tratamento de usuários do IMAS Nise da Silveira, sobre o qual ressalta, referindo-se aqueles que encontravam-se em situação de crise: “[...] na maioria das vezes este era o único momento em que estes pacientes saíam do confinamento das enfermarias e tinham contato com outras pessoas e com um outro espaço” (COSTA, 2005: 24).

Intervenções que estimulem o agenciamento de re-construções é o que propõem o processo de Animação Cultural conforme aponta Melo (2004):

um processo de educação das sensibilidades, o que permite aos indivíduos desenvolverem o ato de julgar e criticar a partir do estabelecimento de novos olhares a cerca da vida e da realidade (MELO, 2004: 14).

Trata-se de estabelecer uma ponte entre as experiências culturais vividas até então pelos usuários e as ofertas da cidade. Ao estimular o acesso a novas linguagens e representações, cria-se a chance de integrar ao dia-a-dia novas possibilidades e novos desejos e, também, de fortalecimento das referências individuais.

A intervenção na cena urbana, no imprevisível, na vida como ela é, constitui o maior elemento de inclusão social para estes usuários, estejam eles ainda em instituições asilares de grande porte, nos Caps ou nos Centros de Convivência e Cultura. Na negociação e no embate pela ocupação dos espaços da cidade, faz-se o movimento de desconstrução dos estigmas e de construção de direito.

Constitui-se nas palavras de Rotelli (2000) o que definiu por empresa social:

[...] é, por exemplo, a transformação de uma grande e única instituição – o manicômio – em uma rede de serviços sanitários nos quais os direitos do cidadão vêm salvaguardados e, sobretudo, vêm construídos, porque o problema das práticas sanitárias não é apenas aquele de respeitar os direitos das pessoas, mas de ser, efetivamente, instrumento para a construção material de seus direitos (ROTELLI, 2000: 303).

Cabe ressaltar as contribuições de Nelson Carvalho Marcellino (1987), que destaca dois aspectos fundamentais do lazer: 1) o lazer como veículo de educação –

deve-se “considerar suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos” (MARCELLINO, 1987: 60); 2) o lazer enquanto objeto de educação - deve colocar-se enquanto instrumento de questionamento.

Ao produzir mudanças no cotidiano da Instituição e na vida dos usuários, faz-se certo movimento que busca permanentemente romper com o que Goffman (1999) definiu por “Instituição Total”, cujas características fundamentais são:

[...] a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. [...] todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. [...] na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. [...] rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte [...] Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 1999: 17-18).

O Clube funciona na base de permanentes negociações. Busca-se romper o “entreter” questionado por Saraceno (1999) enquanto recurso que limita a autonomia vivencial e afetiva, restringindo a contratualidade nos diversos desdobramentos da vida.

Foi no contexto do processo de vida instaurado pelo CLCC, nestas idas e vindas, que surgiu o pedido de uma viagem: “vamos dormir fora do hospital”. O pedido de um se transformou em um pedido coletivo.

A primeira viagem ocorreu em 2006, para a cidade de Muriqui, contou com a adesão de oitenta usuários, divididos em quatro finais de semana. Em sua maioria, passaram pela primeira vez a noite fora da instituição após cerca de trinta anos. No ano seguinte, o destino foi a cidade de São Pedro da Aldeia. A viagem deste ano já foi anunciada e está aguardando adesões.

Resultados

Os resultados decorrentes da pesquisa qualitativa, apresentados pelos autores Aquino, Cavalcanti e Melo (2007), destacam que após a análise das entrevistas foi possível definir como eixos norteadores do Clube de Lazer e Cidadania Colônia segundo seus frequentadores: a) o lazer como possibilidade de rompimento com a rotina institucional; b) o lazer como possibilidade de encontro com o grupo e troca social; c) o lazer como possibilidade de saída da instituição; e d) o lazer como instrumento de auto-cuidado.

As atividades externas, de modo específico a experiência decorrente da viagem, possibilitaram para a maior parte dos usuários a experiência de: 1) habitar uma casa; 2) experimentar uma vida fora da rotina institucional; 3) auto-cuidado; 4) cuidado dos seus pertences e da casa; e 5) a retomada de hábitos perdidos em decorrência da institucionalização.

Na ótica dos usuários, são pontos fundamentais da viagem: a) a estrutura da casa, em especial os quartos e a piscina; b) as atividades vivenciadas fora da casa, como a praia e a roda de samba; e c) a alimentação pela variedade de sabores.

Conclusão

A trajetória do Clube, em consonância com as diretrizes da Política de Saúde Mental, nos permite destacar a necessidade de: a) criação e execução de leis que garantam o acesso dos usuários vinculados à rede de Saúde Mental do SUS em dispositivos públicos e privados de lazer; b) discussão sobre uma política de cotas para eventos culturais destinada aos usuários vinculados à rede pública de saúde mental; e c) leis que efetivamente tratem a cultura como um instrumento de desinstitucionalização.

De acordo com os dados da pesquisa, as intervenções decorrentes de experiências no campo da saúde mental, que se referem às temáticas do lazer, da cultura, da reabilitação psicossocial e da inclusão social podem se desdobrar em diversos vieses, a seguir: 1) estimular para a vida, o lazer, o trabalho e a moradia fora do espaço institucional; 2) favorecer a ampliação de laços emocionais e sociais; 3) destacar urgentemente ações de conscientização da população para esclarecimentos referentes ao sofrimento psíquico; 4) solicitar negociações de uso dos espaços da cidade; 5) desmascarar o preconceito e o estigma da loucura; e 6) apontar as dificuldades e os limites dos usuários em estar fora de regras institucionais.

Recomenda-se a criação de “Centros de Cultura” em regiões carentes de tais instrumentos que incluam a rede de saúde mental. Não se trata da criação de guetos destinados ao lazer dos usuários dos serviços de saúde mental. Ao contrário, dispositivos que tenham estrutura física e humana para executar Projetos de Inclusão Social através do acesso, da educação e do estímulo às inúmeras formas de lazer, possibilitando, com isto, participação democrática na vida cultural da cidade.

A prática do Clube evidenciou e permitiu aflorar que as questões dirigidas ao campo do lazer dizem respeito ao conjunto da população, atravessam os diversos segmentos do tecido urbano, não sendo específica do campo da “saúde mental”.

Aponta-se para a importância da dimensão da luta pela desinstitucionalização da cidade e em prol da construção de mudanças sobre a percepção social da loucura que legitimou historicamente o asilo psiquiátrico.

Como nos lembra Basaglia (1974):

[..] nossa intervenção não pode se limitar à tarefa do intelectual burguês que ensina a quem é oprimido o caminho da sua libertação, porque, desse modo, continua a perpetuar nossa distância e nossa dominação. Devemos mostrar na prática, através dos conhecimentos de que dispomos e junto a quem é objeto de opressão, o uso concreto que diariamente é feito pela ciência burguesa em detrimento da classe subordinada, a fim de que, através da realidade prática de nossa ação [...] quem é oprimido tome consciência de todos os mecanismos pelos quais passa a opressão, para chegar a recusá-los (BASAGLIA, 1974: 236).

O Clube de Lazer e Cidadania Colônia é um instrumento que contribui para a inserção social e o resgate da cidadania de seus frequentadores. Oferece instrumentos que contribuem para as reflexões, o aprimoramento e o desenvolvimento de novas práticas públicas, preservando e valorizando a cultural local e, paralelamente, agregando valores a uma construção coletiva.

O Clube apresenta diferentes formas de cuidar e promover saúde que se somam ao conjunto constituído pelas demais intervenções no campo da Reforma Psiquiátrica, como os Centros de Atenção Psicossocial, as Residências Terapêuticas, as oficinas de Geração de Renda, o auxílio reabilitação “De Volta para Casa”, entre outros.

Por todos estes motivos, justifica-se que o acesso à cultura é um instrumento de reabilitação psicossocial e um direito, incrementando alternativas à desinstitucionalização psiquiátrica no Brasil e que promove a Saúde e a Cidadania. O Clube de Lazer é um espaço de ampliação das ferramentas de intervenção da psicologia no campo da saúde mental.

Referências bibliográficas

AQUINO, Michèle Malheiro Borges. *Lazer e Reforma Psiquiátrica: o Clube de Lazer e Cidadania Colônia, um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

AQUINO, Michèle Malheiro Borges de; CAVALCANTI, Maria Tavares. *Os dispositivos do lazer no contexto da reforma psiquiátrica brasileira: o Clube de Lazer e Cidadania Colônia, um estudo de caso*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. VII, n. 4, dez./ 2004.

AQUINO, Michèle Malheiro Borges de; CAVALCANTI, Maria Tavares; MELO, Victor Andrade. *Saúde mental e lazer: reflexões a partir de uma experiência*. Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural>>.

BASAGLIA, Franco. A utopia da realidade. In: AMARANTE, Paulo (org.). *Escritos Seleccionados em Saúde na Mental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990*. Legislação em Saúde Mental 1990-2000. Série E – Legislação em Saúde, n. 4. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

_____. *Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental, 11 a 15 de dezembro de 2001*. Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. *Lei n. 10.216 de 6 de abril de 2001*. Legislação em Saúde Mental 1990-2004. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. *Portaria n. 396 de 7 de julho de 2005*. Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

COSTA, Micheli Ribeiro da. *As peculiaridades das vivências de lazer dos usuários do IMAS Nise da Silveira*. Monografia (Especialização em Saúde Mental em nível de Residência), Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, 2005.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1974.

_____. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1974.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GOMES, Christianne Luce. Lazer. Ocorrência Histórica. In: GOMES, Christianne Luce (org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UFRJ; INSTITUTO FRANCO BASAGLIA. Clube de Esquina: um programa inter-institucional de lazer assistido. In: SIMONE, Karine de; NASCIMENTO, Tânia Maria. *Clube de Esquina: avaliação do serviço alternativo psiquiátrico*. Monografia (conclusão de curso), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus, 1987.
- _____. *Pedagogia da Animação*. Campinas: Papirus, 1989.
- MELO, Victor Andrade; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao Lazer*. São Paulo: Manole, 2003.
- MELO, Victor Andrade. Animação Cultural. In: GOMES, Christianne Luce (org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. *A Animação Cultural: conceitos e propostas*. Campinas: Papirus, 2006.
- RYBCYNSKI, Witold. *Esperando o fim de semana*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- ROTELLI, Franco. Empresa Social: construindo sujeitos. In: AMARANTE, Paulo (org.). *Ensaio: Subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- SARACENO, Benedito. *Libertando Identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 1999.
- VIEIRA, Jorge. *O lazer como fonte de ressocialização*. Monografia (Especialização em Formação em Trabalhadores de CAPS) - Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

2° lugar - Categoria Profissional



Uma experiência cartográfica na saúde indígena

Marcus Marcello Porto Leopoldino [CRP 05/34874]
Paula Saules Ignácio [CRP 05/35154]

Resumo

O presente trabalho é um dos desdobramentos do projeto de extensão “Para uma experiência na Saúde Indígena”, realizado pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Aqui trazemos as discussões iniciais deste trabalho de campo, que teve como objetivo fazer uma análise das relações entre os trabalhadores e os usuários do Subsistema de Saúde Indígena na cidade de Oriximiná/PA. Neste artigo discutimos a escolha pelo método cartográfico em nossa pesquisa e suas implicações.

Palavras-chave: Saúde Indígena, Método Cartográfico, Saúde e Subjetividade.

Introdução

Este trabalho traz consigo um percurso pela saúde indígena em suas singularidades e no modo como experiencia a saúde, fazendo uma jornada pelas especificidades que o trabalho com as diferentes etnias e culturas traz. O termo “jornada” está aqui pelo que ele nos diz de um percurso delimitado, mas também de uma aventura, pois, apesar de termos um tema e uma indicação de aonde ir nesse texto, ainda não sabemos ao certo onde nos encontraremos ao fim e estamos dispostos a ir assim mesmo ou justamente por isso. Esse texto é o primeiro trabalho de escrita após quase dois meses nos aventurando pela saúde indígena no oeste do Pará.

A idéia de propor uma experiência na prática da Psicologia dentro da saúde indígena surgiu do interesse em viver uma experiência na rede de saúde pública em um contexto sócio-cultural diferente, que nos deixasse abertos para outras realidades. Da mesma forma, buscamos uma experiência na prática da Psicologia que fugisse das tradicionais, como o atendimento psicológico individual nos consultórios privados.

Apostamos na relevância do psicólogo como agente na produção de políticas públicas de saúde juntamente com outros profissionais, assim como sugere o SUS, e acreditamos que este debate deva fazer parte da formação de todos os profissionais envolvidos, promovendo a participação de todos na criação das políticas de saúde e pensando em um trabalho transdisciplinar que busque superar os especialismos.

A “aventura delimitada” que este texto propõe é uma das repercussões do projeto de extensão do Departamento de Psicologia da UFF “Para uma experiência na Saúde Indígena”, realizado na cidade de Oriximiná, no interior do Pará, no qual buscamos analisar as relações produzidas entre trabalhadores e usuários da CASAI (Casa de apoio à saúde indígena) da região.

Será com base nos diários de campo deste projeto que buscaremos encontrar material que nos guie nesta jornada. Na inflexão dos relatos que fizemos da experiência emergirão as relações que nos atravessaram durante esta e poderemos nos deter sobre o que vem sendo produzido no modo de fazer saúde indígena. Entendemos que nos atentar para esta produção é uma condição para o nosso trabalho.

Até aqui, já definimos algumas ‘diretrizes’ para a jornada porvir. Eis o cenário: a Saúde Indígena, entrecortada por múltiplos vetores. Nosso aparato de compreensão-intervenção: a produção de subjetividade. O método possível: o cartográfico.

Começamos, então, por uma melhor descrição do nosso tema-cenário.

A constituição de uma política indigenista

Iniciamos, então, com a construção da preocupação com a saúde dos povos indígenas no Brasil, contando parte de sua história e visando mostrar seu funcionamento. Para isso, utilizaremos o percurso exposto por Verani (1999).

A saúde indígena no Brasil, pensada como política pública, ainda é uma novidade. Somente no início do século XX, com as expedições de Rondon pelo Noroeste do Brasil e a subsequente criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), é que a questão indígena ganhou uma política de pacificação e assistência assumida pelo Estado. Até então, o modelo colonialista era unanimidade, com forte hostilização para com as tribos resistentes aos avanços do “homem branco” e um assistencialismo irregular da Igreja Católica para com aqueles que já viviam próximos dos “brancos” há algum tempo, sem grandes conflitos.

A partir do SPI, de forma ainda insipiente, postos avançados que ofereciam serviços básicos de saúde foram espalhados pelo interior do país e ofereciam suporte não só aos índios, mas também aos recém-chegados sertanejos, sendo por vezes descritos como o único ponto em regiões inteiras onde um homem poderia encontrar amparo e ajuda (RIBEIRO, 1996). No entanto, em pouco tempo o SPI sofreria com crises orçamentárias, deixando desamparadas dezenas de tribos que havia atraído para seus cuidados. Sua história se confunde com a de Rondon, em seus altos e baixos de popularidade com os diferentes governos e em sua filiação ao pensamento positivista. Este último aspecto se refletia no ideal do SPI de levar a civilização para os povos indígenas, “retirando-os do neolítico”, ainda que acreditando que esta passagem devesse ser deixada a cargo dos próprios índios, mas revelando a crença numa “evolução” das culturas, com o modelo positivista ocupando a posição de destino evolutivo comum a todas as sociedades (ROQUETTE-PINTO, 2005).

Concomitante às ações do SPI, a partir da metade do século XX, o Ministério da Saúde organizou o SUSA (Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas), que levava equipes multidisciplinares para áreas de difícil acesso, onde se localizavam as populações indígenas. Porém, na década de 1960, com o SPI dando lugar ao novo órgão FUNAI, este ligado ao Ministério do Interior, as ações de saúde passaram para a responsabilidade do novo órgão, que, mais tarde, na década de 1980, sofreria com ingerências e crise orçamentária, inviabilizando suas ações.

Também por uma crise passava as políticas de saúde a nível nacional, onde o movimento de Ações Integradas de Saúde (AIS) buscava organizar as ações desintegradas das múltiplas instituições governamentais e privadas que assistiam à população. Nesse ínterim, surge o movimento da Reforma Sanitária, que serviu de base para a criação do SUS (Sistema Único de Saúde), que, com sua implementação, viria a assumir a responsabilidade pelas atividades de saúde em relação também às populações indígenas. O Ministério da Saúde outorgou à Funasa a responsabilidade de gerir o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o Sistema Único de Saúde (SUS), instituindo-se, a partir de agosto de 1999, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, preconizada na Constituição e na Lei Orgânica da Saúde.

A Funasa atende a uma população de cerca de 400 mil índios, pertencentes a 210 povos em todos os estados, exceto Piauí e Rio Grande do Norte. Os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) são divididos levando-se em consideração diferentes aspectos geográficos, socioculturais, econômicos e epidemiológicos. Eles são subdivididos em pólos-base com equipes multidisciplinares de saúde para o atendimento primário e a saúde bucal nas aldeias. Consultas e exames complexos são feitos na rede credenciada do SUS.

A operacionalização desta assistência do SUS às populações indígenas só viria com o decreto 23 de 1991, estabelecendo que esta assistência se efetivaria por projetos estratégicos, visando ao enfrentamento dos problemas específicos de cada população. Além disso, ações e serviços passam a ser organizados de acordo com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), que levam em conta as especificidades dos diferentes povos. Caberia a este distrito integrar os seus diferentes serviços e ações de saúde disponíveis para seus usuários, não estando sujeito às divisões municipais.

É importante ressaltar que toda esta transformação não se deu senão à custa de muitos embates e discussões entre representantes de diferentes setores e que as conferências nacionais de saúde e de saúde do índio foram importantes dispositivos neste processo, além de marcos de grandes mudanças (VERANI, 1999).

Com o decreto 1141 de 1994 (e sua retificação no decreto 3156 de 1999), foram definidas as diretrizes do trabalho na saúde indígena, incluindo, entre outros: redução da mortalidade, restauração das condições ambientais, assistência médica integral pelo SUS, tudo isso com o reconhecimento do valor e da complementariedade das práticas da medicina indígena tradicional. Foi esta a última mudança significativa na organização deste que viria a ser chamado SSI (Subsistema de Saúde Indígena). Entretanto, a implementação efetiva destas diretrizes para este subsistema é um processo ainda em construção.

Em sua operacionalização, da forma que ela é praticada atualmente, o SSI conta com dois serviços de saúde: o Posto de Saúde na Aldeia e a CASAI (Casa de Apoio à Saúde Indígena). O posto é responsável pelas ações de prevenção, promoção de saúde e atenção básica à saúde. Quando o caso demonstra maior complexidade, é feito o encaminhamento à CASAI, que é um serviço preparado para receber, abrigar e alimentar estes usuários que necessitaram se deslocar da aldeia para a cidade com vistas a receberem tratamento na rede de saúde da cidade de referência, de média complexidade. A CASAI também dispõe de uma equipe de profissionais de saúde, responsável pelo acompanhamento dos casos e continuidade dos tratamentos durante a permanência dos usuários na cidade, e, uma vez de volta à aldeia, o posto de saúde assume esta responsabilidade. Caso a situação clínica seja mais grave, o índio pode ser encaminhado para a rede de alta complexidade, ficando hospedado e com toda a assistência da CASAI da região de referência para onde for encaminhado. Mesmo o índio precisando se deslocar para outras cidades, com vistas a ter um tratamento mais adequado, a CASAI da região de origem continua o acompanhamento junto à CASAI responsável pelo acolhimento na cidade referência para média e alta complexidade.

Esta equipe de saúde deve ser formada por médicos, dentistas, enfermeiros e técnicos de enfermagem, e parte dela, num esquema de rodízio, atua no posto de saúde na aldeia, que conta também com os AIS (Agentes Indígenas de Saúde), índios que trabalham em suas comunidades, dando-lhes apoio para o funcionamento do sistema de saúde. Geralmente, a FUNASA promove cursos temáticos discutindo assuntos prioritários em saúde indígena, como, por exemplo, as doenças sexualmente transmissíveis. Os AIS trabalham na assistência a saúde dos índios nas aldeias, principalmente em assuntos de vigilância, prevenção e controle de doenças.

Vale acrescentar aqui que, na prática, encontramos muitas vezes essas equipes incompletas, faltando médicos ou enfermeiros, devido à baixa oferta de mão-de-obra e/ou desvios de função para outros serviços da rede de atenção (BRASIL, 2008).

A trama de conceitos

O conceito apresenta sempre uma defasagem daquilo que dizemos ser e daquilo que experimentamos no encontro. Há sempre uma distância daquilo que se subtrai de um conceito e das nossas experiências cotidianas. Quando pensamos em “cadeira”, temos um conceito, entretanto, o que mais precisamente temos são as experiências com as diversas cadeiras. Tem-se a experiência, o encontro, em que a palavra “cadeira” não é passível de produzir esse sentido.

O conceito nasce pelo esquecimento disso que lhe escapa. Se ele se constitui esquecendo as singularidades, o que aqui não queremos esquecer? Podemos arriscar em responder dizendo: as experiências.

Para esta parte do objetivo deste trabalho, que diz respeito ao panorama histórico da política nacional indigenista e da formação, dentro do SUS, de um subsistema voltado para a população indígena, nos utilizamos da contribuição de dois importantes autores da etnografia e antropologia brasileiras - Roquette-Pinto e Darcy Ribeiro -, da própria legislação nacional sobre o assunto e de artigos atuais sobre a saúde indígena, como o de Verani, supracitado.

O referencial etnográfico e antropológico está aqui incluso por nos oferecer relatos autênticos daqueles que viveram e se ocuparam de grandes transformações na atitude para com os indígenas no país ao longo do século XX.

Os índios da Serra do Norte, no Estado de Mato Grosso, representam talvez, neste momento, a mais interessante população selvagem do mundo. Vivem, ainda hoje, em estado de acentuada inferioridade. Foram surpreendidos em plena idade lítica; e assim uma civilização fóssil foi encontrada no coração da América do Sul. (ROQUETTE-PINTO, E. 2005).

Humanidade indígena... humanidade diferente, de uma gente que agradecia a Deus o mundo ser tão bonito, que existia pra viver a vida, pra gozar a vida. A finalidade da vida era viver. (O POVO BRASILEIRO _ MATRIZ TUPI. Direção de Isa Grinspum Ferraz. Santana de Parnaíba: Fundação Darci Ribeiro; TV Cultura; GNT, 2000).

Desde o positivismo em Roquette-Pinto ao entusiasmo de Darcy Ribeiro, vemos a verdade sobre os índios modular do “povo-primitivo” a certo relativismo cultural, sendo acompanhada pela legislação brasileira, que, a partir da Constituição de 1988, reconhece aos indígenas seus direitos permanentes de viver conforme sua cultura:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

A intenção em abordar este material bibliográfico é ter algum acesso às diferentes linhas que compõem a questão indígena no Brasil – a violência, a tutela, a dívida histórica, a afirmação de uma identidade, conflitos culturais etc. – e, assim, ao nos voltarmos para a saúde, levarmos em conta esses sentidos a respeito do assunto.

Escolhemos esta forma de abordagem que abre o leque da pesquisa porque entendemos ser esta uma condição para se trabalhar com produção de subjetividade. De acordo com Guattari e Rolnik (1986), não entendemos a subjetividade como algo que tenha uma essência fixa ou como um reflexo de uma estrutura individual ou social. Ao contrário, entendemos como resultado de uma produção incessante, de diversos componentes produtores de sentido heterogêneos – referentes a histórias, afetos, políticas, contingências ambientais etc.

A imagem que temos da “questão indígena”, então, é a de uma encruzilhada, pois são muitos vetores que se cruzam. Para fazer pesquisa sobre ela, teremos de nos debruçar sobre diferentes pontos de partida e diferentes percursos, unindo o que aprendermos a partir das políticas públicas em questão, de experiências etnográficas do século passado e de experiências contemporâneas no campo da saúde indígena. Com isso, tentaremos descobrir que composições favorecerão a passagem das intensidades que percorrem nosso corpo no encontro com os corpos que pretendemos entender (ROLNIK, 1989).

Isso revela nossa escolha pelo método cartográfico. Inaugurada por Deleuze e Guattari (1995), esta direção metodológica é estranha a qualquer busca por um eixo genético ou estrutura profunda, ao contrário, não visa encontrar representações que dêem conta do objeto, mas sim construí-lo. É uma direção ética para a pesquisa, imposta pela natureza do objeto, a subjetividade. Ao invés de nos limitarmos à profundidade de um único objeto, ampliamos nossa visão. Os autores colocam a questão como uma diferença de sentido: de cima para baixo, em direção a alguma profundidade, ou, ao contrário, em direção à amplitude da superfície. É como uma flecha farpada dos Wai Wai; num sentido, ela perfura com perfeição, mas, no sentido contrário, suas farpas se espalham, dilacerando seu alvo. Queremos ir neste sentido que espalhe nosso alcance, para que possamos acompanhar os processos, traçar o mapa dos encontros e dos afetos que compõem o que se entende por saúde indígena hoje.

Apesar da metáfora violenta, esta direção, a nosso ver, compõe forças com o que entendemos por Clínica Ampliada (BRASIL, 2004), uma diretriz da Política Nacional de Humanização do SUS, que, na atenção à saúde, não se limita a abordar a doença, mas amplia sua visão para outros elementos que formam a singularidade das situações. A ampliação da clínica é o entendimento de que a saúde é a produção de vida, a construção de cidadania, o protagonismo dos atores envolvidos e de usuários que possam apropriar-se do cuidado em saúde de si mesmos. A clínica, quando se amplia, retira o seu olhar da doença e se depara com o fato de que a saúde não é doença; é, sim, seu reverso, saúde é produção de vida.

Como fazer pesquisa?

Como este trabalho tem caráter de uma inflexão diante de uma experiência que nos aventurou por entre culturas, saberes e poderes tão emaranhados, trazemos aqui nesse texto nem tanto os resultados, mas algumas resultantes do processo de uma prática de pesquisa-intervenção. É então importante esclarecer quais critérios definimos para a construção do conhecimento em nossa pesquisa.

Nosso objetivo era analisar as relações entre os usuários e a rede de saúde da cidade, incluindo a CASAI, os hospitais etc. Decidimos que a melhor forma de fazer isso seria “estar com”, indo até lá no cotidiano dos serviços. Escolhemos a CASAI como base por sua posição na rede de articuladora dos serviços e da constituição de um cuidado, além de ser o próprio abrigo dos índios na cidade, constituindo um espaço rico e potente.

O que queríamos então era caminhar junto, sabendo que nossa presença ali não seria trivial. Não estávamos inseridos como profissionais do serviço nem como usuários, estávamos sim numa outra posição, delicada, como estrangeiros. A natureza de nosso trabalho, como pesquisa, poderia sugerir que estávamos lá para revelar alguma verdade sobre o serviço ou para dar alguma solução, lhes dizer como fazer ou avaliar, o que não era o caso. Entendemos, ao contrário, que toda pesquisa é uma forma de intervenção, no sentido de intervir, vir entre. Por isso, sabíamos de nossa não-neutralidade, que nossa simples presença já modificava alguma coisa naquele espaço, e não víamos isso como um problema, mas como uma ferramenta – uma vez que o resultado da pesquisa seria uma produção coletiva, na qual a autoria é tanto nossa como dos profissionais e usuários.

Seguimos as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH), que, durante a gestão de Alexandre Padilha na direção do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, iniciou seus trabalhos junto às CASAI. A PNH é uma política pública do SUS que atua junto aos serviços de saúde integrando assistência e gestão, buscando a valorização dos

diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores. Os valores que norteiam esta política são a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, a co-responsabilidade entre eles, o estabelecimento de vínculos solidários e a participação coletiva no processo de gestão. Atravessados por essa política, propomos que nosso contato com os profissionais, gestores e usuários surgisse da seguinte forma, como a PNH preconiza que funcione um grupo de trabalho de humanização:

A idéia é dar uma parada no trabalho do dia a dia, abrindo espaço para um processo de reflexão coletiva sobre o próprio trabalho, onde todos têm o mesmo direito de dizer o que pensam, de criticar, de propor mudanças no funcionamento do serviço e nos modos de gestão (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004: 6).

Durante esse tempo que pudemos estar nas atividades do serviço, conversamos com vários atores da saúde indígena e o fizemos de forma informal, intencionalmente, para que a casualidade do encontro promovesse uma experiência mais espontânea. Conversamos com diferentes protagonistas da saúde indígena, com diferentes funções: gestores e administração, enfermeiros, técnicos de enfermagem, AIS (agente indígena de saúde), cozinheiras, faxineiras, usuários e lideranças indígenas. Todas as conversas se deram pelas salas, corredores e arredores da CASAI, abertas a quem viesse participar.

Tínhamos um roteiro de perguntas preparado para servir como um disparador das conversas, que se mostravam sempre mais ricas que nosso questionário e nos direcionavam para caminhos diversos. Assim, durante as conversas, estivemos recolhendo as reflexões de todos esses atores sobre a saúde indígena, de modo que não funcionamos como avaliadores do serviço, mas como um olhar estrangeiro, capaz de colocar em questão o que está, freqüentemente, tomado como natural e dado, dando passagem para o que é força potencial para mudanças, um movimento tendencial que reinventa as práticas, é argüição dos modelos instituídos de gestão e de atenção, que depois retornou em forma de texto para todos os profissionais da CASAI com as reflexões e saberes produzidos pelo próprio serviço durante as nossas conversas. Era um texto-restituição que tinha como objetivo devolver aqueles saberes, então reunidos, fazendo com que aquelas conversas antes fragmentadas fossem potencializadas no sentido de todos poderem se ouvir.

Talvez alguém retorne à questão se pretendíamos alguma neutralidade nessa tarefa, já que não seria possível trazer suas falas sem que fossem selecionadas pelos nossos ouvidos e nossas palavras, e é aí, então, que podemos explicitar o que chamamos de restituição e não simplesmente uma devolução. Entendemos por restituição uma parte fundamental de um processo de pesquisa em saúde, na qual, depois de recolher os dados e fazer as análises, pode-se compartilhá-los com todos os atores envolvidos para a produção de um texto ou de um saber já em uma dimensão coletiva. Logo, entendíamos que o texto era provisório e que era para ser reescrito pelas falas que compusessem nosso próximo encontro.

Ao restituir ao pesquisado os resultados, antes mesmo de sua publicação, promove-se um espaço de discussão cujo efeito pode ser a apropriação por parte dos participantes do próprio processo de pesquisar. Amplia-se a função de pesquisador para uma espécie de “pesquisador coletivo” e, dessa forma, estende-se a pesquisa além dos resultados finais.

Então para Lourau é preciso se abrir ao máximo para os acontecimentos que aparecem e que garantem os desvios, para o acaso dos encontros, para as associações. (...) Neste momento a pesquisa sofre uma pequena clivagem. Alguma coisa que poderia não ter muita importância mas que gera um desvio e a pesquisa toma um outro rumo. Para fazer uma pesquisa é preciso se abstrair de sua racionalidade, da primeira questão que foi colocada (GUILLIER, 2004: 14-15).

Nossas primeiras impressões ao chegar à CASAI tiveram a ver com o que experimentávamos acerca da cultura indígena. Percebemos, de início, uma certa reserva, que entendíamos ser o efeito de nossa condição de estrangeiros. Por outro lado, esta reserva que sentíamos despertar nos trabalhadores da CASAI logo nos pareceu também refletir um traço indígena, normal para quem vem da aldeia e estranha a cidade. Por ser um serviço para uma clientela tão específica, parece-nos que os profissionais adquirem um envolvimento maior com os usuários. Muito comum ouvirmos relatos de profissionais que foram à aldeia ou querem conhecer, que participam dos ritos e se pintam com eles, que conhecem seus nomes e suas histórias e têm um cuidado especial, diferente do que normalmente é encontrado nos outros setores de saúde. Muitos profissionais da CASAI trabalham lá há alguns anos e, embora tenham chegado lá por acaso, trabalhar na saúde indígena é uma opção, reafirmando algo que Alexandre Padilha já tinha dito: trabalhar na saúde indígena traz uma satisfação pessoal e profissional.

Percebíamos nesses profissionais uma interessante mistura, uma interculturalidade: estavam entre culturas. Depois de alguns anos de trabalho, não é possível dizer que existam simplesmente brancos e índios: são brancos que aprendem a língua Wai Wai, que conhecem seus costumes, que apreciam sua culinária, e índios que falam português, apreciam os nomes dos brancos e que acolhem alguns brancos como parte do seu povo. Talvez haja como um devir¹ índio destes brancos e um devir branco desses índios. Identificamos naqueles que trabalham na saúde indígena um interessante movimento na direção dos usuários da CASAI: trabalhadores brancos “sem fronteiras” em relação aos índios, trabalhadores branco-índios. E é esse lugar, um lugar intermediário, que quem trabalha em saúde indígena parece experimentar, um lugar-entre, onde também nos colocamos.

Nossa estratégia em sua simplicidade era bastante complexa. Propusemos a estar ali, participando do cotidiano da CASAI, mergulhando em seu emaranhado de forças. Com nosso roteiro de perguntas, entrevistamos profissionais de todas as funções. Permeando essa formalidade, fizeram-se presentes conversas casuais, momentos de tensão, brincadeiras, aulas sobre a língua Wai Wai, sessões de fotos, queixas veladas, desabafos e outros. Aos poucos, tornou-se óbvio que, apesar de estranhos àquele cenário (“psicólogos universitários do Rio de Janeiro”), já estávamos nos desdobrando para outras relações, não só de estrangeiros e pesquisadores, mas também de profissionais de saúde e de parceria.

E assim, deste lugar “entre” em que nos vimos postos, praticávamos três ações: primeiro, convidávamos a instituição a falar – nas conversas e encontros informais; segundo, narrávamos o que se passava naquele cotidiano em nossos diários de campo; e, por último, fazendo do texto de restituição uma escuta ampliada tanto das falas que recolhemos na instituição como de nossa própria presença, colocando-nos também na roda. Assim, fomos construindo certa cartografia e firmando uma parceria.

¹ Este termo, conforme Guattari e Rolnik, é relativo à economia do desejo. Os fluxos de desejo se dão por afetos e devires que nos atravessam, podendo haver um devir mulher em um homem e um devir criança em um adulto. Não são pautados por regras, nem pela moral e nem pela contradição.

Conclusão

Como já foi afirmado acima, este trabalho se propõe como uma das continuações do projeto de extensão “Para uma experiência na saúde indígena”, vinculado ao Departamento de Psicologia da UFF, realizado entre dezembro de 2007 e fevereiro de 2008, na Unidade Avançada José Veríssimo, campus avançado da UFF na cidade de Oriximiná/PA.

Um dos resultantes mais importantes desta primeira aventura foram nossos diários de campo, que já renderam relatórios e apresentações em aulas de diferentes disciplinas do departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. No entanto, entendemos que estas discussões mereciam um olhar mais detido e o pretendemos fazer daqui em diante, a partir desse texto. Outros resultantes marcantes, que ainda nem temos dimensão, são os efeitos que têm ocorrido no cotidiano da CASAI, como, por exemplo, o fato de boa parte da equipe ter se apropriado do texto produzido.

Nosso projeto, que teve a CASAI de Oriximiná como lugar privilegiado para os encontros, buscou, através de nossa imersão no cotidiano dos serviços junto aos profissionais e usuários, analisar as relações entre estes e os dispositivos de saúde, mapeando os avanços e dificuldades da Política Nacional de Humanização (PNH) no âmbito da saúde indígena.

Naquele momento, tínhamos como justificativa a importância de se experienciar outras realidades, outras formas de ser psicólogo, além daquelas hegemônicas. Neste sentido, o campus avançado da UFF nos deu essa grande oportunidade. Além disso, o trabalho em saúde indígena apareceu como uma oportunidade de radicalizar essa “experiência de outras realidades”. O pioneirismo do projeto e a riqueza do tema também nos atraíram.

Sob outro aspecto, havia toda a importância de se pensar saúde pública e políticas públicas no país que abarquem as singularidades dos povos que vivem nesse Brasil.

Podemos então perguntar: no que implica a oferta do SUS dentro da aldeia? O que, implicitamente, é ofertado a estes usuários além da assistência à saúde? Que transformações no conceito de saúde nos são oferecidas a partir deste encontro? Até que ponto (ou como) o SUS pode receber estas transformações?

Formulamos estas perguntas porque sabemos de antemão, segundo a idéia de produção de subjetividade proposta por Guattari e Rolnik (1986), que estes encontros não são estéreis. Está sendo produzida ali uma forma de se pensar saúde neste encontro de diferenças entre “brancos” e “índios”, e estamos interessados nesses processos de subjetivação.

A partir dos encontros na CASAI, deixamos com eles uma indicação ao final do texto de restituição, segundo a Política Nacional de Humanização (PNH), do fortalecimento das seguintes práticas que já existem no serviço de alguma forma:

- O trabalho com o índio no sentido de implicá-lo na produção da sua saúde. Fortalecimento do protagonismo do usuário. Reconhecimento dos valores e saberes da cultura indígena;
- Fomentar grupos de trabalho entre os profissionais. Fortalecimento do coletivo dos trabalhadores da CASAI;
- Incluir na pauta do trabalho da CASAI ações culturais voltadas para a população de modo geral. Sensibilização da rede social visando experiências de inter-culturalidade;
- Aumentar a comunicação entre todos os membros da equipe por meio de encontros periódicos, garantindo que todos, independentemente da função, sejam ativos nas discussões sobre gestão e assistência;

- Trabalhar no sentido de ampliar a assistência para além do atendimento clássico de consulta e prescrição;
- Incentivar os grupos já existentes entre profissionais e usuários e as visitas domiciliares;
- Levar em conta a especificidade cultural nas prescrições e tratamentos.

Nos 45 dias passados na Amazônia, fomos *causados* pelo trabalho, e isso não é uma coisa que se perde ao voltar para o Rio de Janeiro. Reafirmando algo que vimos repetidas vezes em nossos encontros com a saúde indígena em Oriximiná, poderíamos até não imaginar que algum dia trabalharíamos nisso, mas agora não podemos nos imaginar fora.

Perseveramos no tema por que encontramos nele um espaço fértil para a discussão da saúde pública, que, pelas especificidades que apresenta, não pode vir desacompanhado de uma reflexão sobre a clínica ampliada – como ignorar as diferenças culturais? –, pois não pode ser exercido sem se pensar a intersectorialidade – como trabalhar sem fazer alianças com as lideranças indígenas? Aqui encontramos profissionais tocados pelo trabalho que enfrentam uma série de riscos (físicos, naturais, epidemiológicos) para levar a assistência à saúde até a aldeia, e também usuários participantes, prontos para questionar o instituído, muitas vezes bancando exercer sua maneira própria de produzir saúde – os partos na aldeia são um exemplo disso –, ensinando-nos muito com seus atos. Impossível não se encantar com os resultados desse encontro.

Além disso, vivemos atualmente um momento político nacional em que a questão indígena está em foco, embora não por questões relativas ao sistema de saúde. Conflitos de demarcação de terras, intimamente ligados ao avanço da comunidade não indígena sobre a Amazônia, e ainda temperados por interesses estrangeiros que ora se apresentam sob a imagem da proteção ambiental ora sob a imagem da orientação religiosa, pouco a pouco ameaçam não só a soberania nacional, mas também as tradições indígenas.

Por último, recentemente nos deparamos com outro resultante desse trabalho: assim que retornamos do Pará, nos inscrevemos para a produção de um documentário para que este servisse como base para a formação de profissionais em saúde indígena e fomos contemplados². Essa idéia de produzir um material para ser referência para a formação dos profissionais em saúde indígena surgiu a partir de uma fala da enfermeira mais antiga, de que seria importante se houvesse mais recursos para a formação principalmente dos técnicos de enfermagem que trabalham lá. Esse vídeo surge agora como um potente desdobramento, uma possibilidade de construção coletiva e uma ferramenta de formação.

Contudo, acreditamos que todas essas circunstâncias configuram importantes motivos para que nos detenhamos sobre a questão do índio na saúde pública. Que o presente trabalho sirva de “vetor de contágio” para outros estudantes e profissionais de áreas diversas que sejam vulneráveis ao apelo de uma assistência à saúde que seja pública e de qualidade. Num encontro com os índios, tentávamos explicitar para eles o que faz um psicólogo, já que esta palavra do português não lhes fazia sentido. Falamos do que queríamos do nosso trabalho, o que eles traduziram como *Toóto Yehtopo Pokó*, que significa “Relação entre os Povos”. Talvez esta fala traduza também do que se trata o trabalho na CASAI.

² “Ehchimakí Kirwañhe: um debate em saúde indígena”, 2009 – a ser publicado pelo selo Fiocruz Vídeo.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Decreto n. 23, de 4 de fevereiro de 1991*. Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde das populações indígenas. Site da Presidência da República – Legislação. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>, 2008.

_____. *Decreto n. 1141, de 19 de maio de 1994*. Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas. Site da Presidência da República – Legislação. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>, 2008.

_____. *Decreto n. 3156, de 27 de agosto de 1999*. Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nºs 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências. Site da Presidência da República – Legislação. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>, 2008.

_____. *Constituição (1988)*. Constituição da República do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério Público Federal. *A atuação do MPF e o provimento da atenção à saúde indígena no Vale do Javari*. Ação civil pública, processo n. 2005.32.01.000008-1. Disponível em: www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Walter_javari.pdf, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs* vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, S. *Micropolítica - Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

GUILLIER, D. *Comentando as noções de “Implicação e Transdução” de René Lourau*. Revista do Departamento de Psicologia da UFF (16) 2: 11-16. Niterói: EdUFF, 2004.

MEVA. *Dicionário Wai-Wai – Português*. Compilado por Marinalva Motta Vitorino. Realização Missão Evangélica da Amazônia, s/ data.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Humanização (PNH). *Cartilha da PNH: Clínica ampliada*. Brasília: Editora MS, 2004.

O POVO BRASILEIRO – MATRIZ TUPI. Direção Isa Grinspum Ferraz. Santana de Parnaíba: Fundação Darci Ribeiro; TV Cultura; GNT, 2000. 280 min., son., color., DVD.

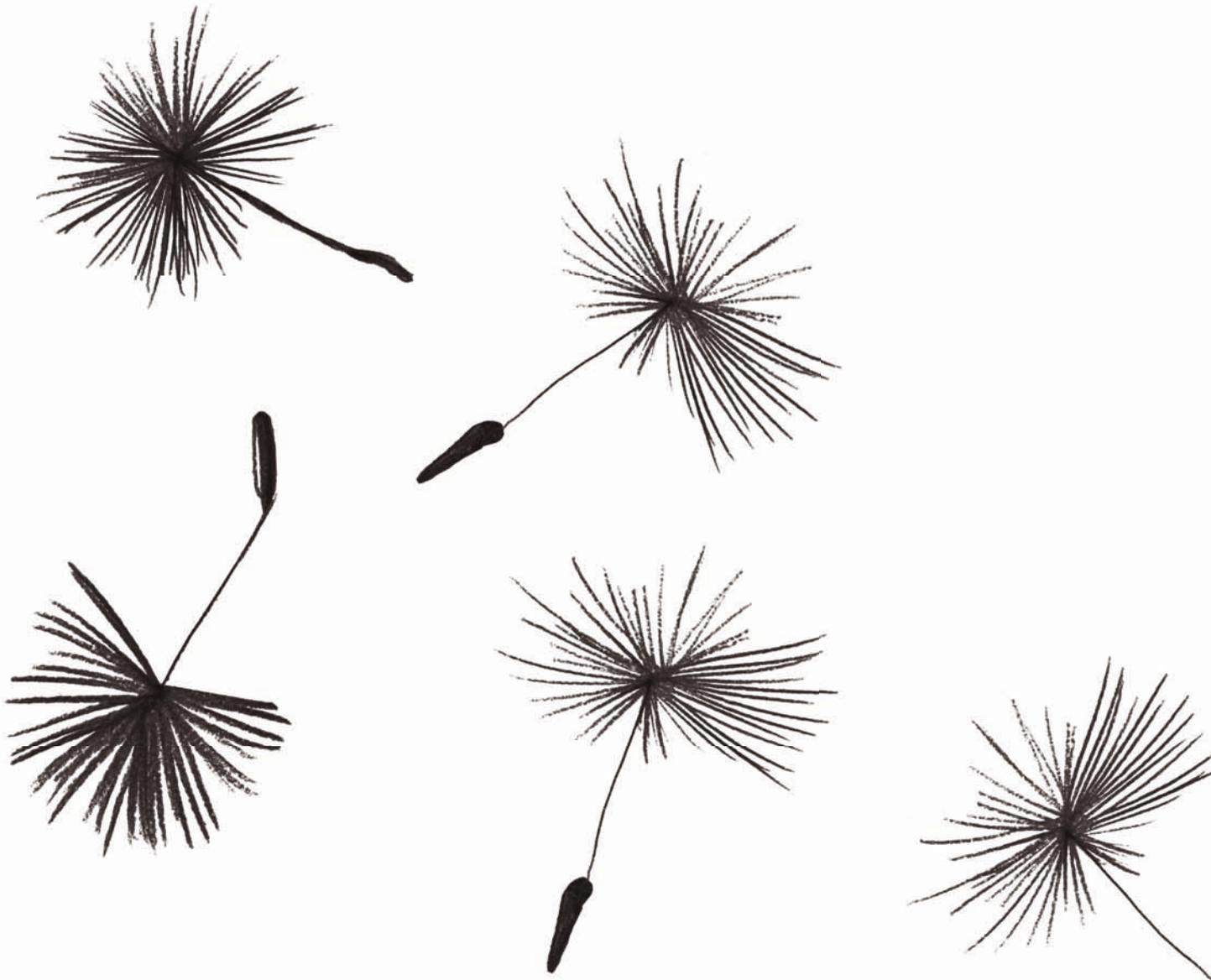
RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1996.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROQUETTE-PINTO, E. Rondônia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

VERANI, Cibele B. L. *A política de saúde do índio e a organização dos serviços no Brasil*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1999.

3° lugar - Categoria Profissional



Sujeito do inconsciente e Agente Comunitário de Saúde: um encontro necessário

Viviane Pereira da Silva [CRP 05/31297]

Resumo

Este trabalho aborda a atuação profissional do agente comunitário de saúde, ressaltando algumas dificuldades advindas de sua formação para o trabalho, das limitações difusas quanto ao alcance de suas ações e de seu posicionamento diante dos demais membros da equipe multiprofissional. Destacamos a importância de uma formação adequada para a solução destes impasses. Apontamos a grave deficiência quanto a dispositivos capazes de acolher as vicissitudes psicoafetivas de seu trabalho, tanto no que se refere às propostas de capacitação quanto à supervisão em serviço. Propomos o recurso à psicanálise como importante instrumento de acolhimento deste tipo de demanda, por constituir-se como abordagem que privilegia a apreensão do homem em sua complexidade, enfatizando seus conflitos. Destacamos a importância da epidemiologia no âmbito das políticas públicas de saúde e ressaltamos algumas limitações dela advindas, propondo a psicanálise como interessante contraponto a estes impasses.

Palavras-chave: clínica, atenção básica, agente comunitário de saúde, saúde da família.

Introdução

O objetivo deste trabalho é apontar a importância do conhecimento acerca do conceito de sujeito do inconsciente e suas implicações no exercício da clínica ampliada, no âmbito de atuação dos agentes comunitários de saúde (ACS). Nosso enfoque teórico é a psicanálise, conforme leitura de Lacan, em sua proposta de retorno à originalidade da obra freudiana. Partimos da hipótese de que a transmissão de alguns conceitos psicanalíticos aos ACS poderia contribuir positivamente para sua atuação junto aos usuários e à equipe, aumentando a efetividade do cuidado por ele prestado à população. A formulação desta hipótese foi possível a partir da reflexão acerca de uma experiência de parceria entre dispositivos do tipo CAPS¹ e PSF², realizada em município do interior do estado do Rio de Janeiro.

A psicanálise constitui-se hoje como opção ético-metodológica de parte significativa dos psicólogos brasileiros, o que torna relevante a investigação sobre formas de contribuição que esta abordagem pode oferecer para o avanço e consolidação das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Em sentido contrário às tendências elitizadoras da prática psicanalítica, defendemos a viabilidade de seu exercício pelos médicos e psicólogos nos serviços públicos (FIGUEIREDO, 1997) e, ainda além, a possibilidade de que seu referencial teórico seja disponibilizado a profissionais que não pertençam a estas categorias específicas. Realizamos, assim, juntamente com outros estudiosos (FIGUEIREDO, 1997; KUPFER; VOLTOLINI, 2005; BRANT, 2001), o *esforço de fazer a experiência acumulada da psicanálise ser levada à saúde pública* (KUPFER; VOLTOLINI, 2005: 360).

Apesar de muitas das considerações aqui tecidas serem aplicáveis aos diversos atores que integram as equipes multiprofissionais nos PSF, restringiremos nossa análise à atuação dos agentes comunitários de saúde. Partiremos da observação e discussão sobre características de seu trabalho e formação, no contexto do Programa de Saúde da Família. Em seguida, definiremos a clínica e as especificidades de sua “versão ampliada”, praticada neste tipo de equipamento. Por último, tecemos algumas considerações sobre conceitos fundamentais da teoria psicanalítica, localizando sua importância na prática do ACS.

Experiência inspiradora

A experiência que originou este estudo teve lugar no município de Cantagalo/RJ, localizado na região serrana, a 200 km da capital e com população de cerca de 22 mil habitantes. No campo da saúde pública, conta com um hospital, uma policlínica, um laboratório de análises clínicas, um Centro de Atenção Psicossocial I (BRASIL, 2002a) e oito unidades do Programa de Saúde da Família.

¹ CAPS: Centro de Atenção Psicossocial – dispositivo ambulatorial de atenção diária, organizador da rede de saúde mental em nosso país. Nele se privilegia o atendimento a pacientes com transtornos mentais severos e persistentes, segundo a lógica do território, e nos âmbitos médico, psicológico, social e de reabilitação (BRASIL, 2002a).

² PSF: Programa de Saúde da Família – modelo de atenção primária à saúde, de base territorial, que vem se consolidando desde 1994 no Brasil como principal estratégia de reorganização da Atenção Básica. As diretrizes fundamentais desta política são: integralidade, qualidade no cuidado, equidade e participação social (BRASIL, 2001).

A partir da experiência no CAPS e de nossas discussões em reunião de equipe, avaliamos que se fazia necessário o fortalecimento de parcerias com as diversas instituições que compõem nosso território de atuação, dentre as quais privilegiamos o PSF. Dividimo-nos em duplas e cada uma ficou responsável por um PSF, no qual realizaria trabalho visando à formulação de estratégias de atenção em saúde mental na rede básica, a partir da escuta da experiência e dos problemas relatados pelos profissionais atuantes neste âmbito de atenção.

Este texto³ foi formulado a partir da experiência realizada no PSF do distrito Boa Sorte, cuja equipe é composta por: enfermeira, médico, seis ACS, auxiliares de enfermagem, motorista e funcionários administrativos. Dentre as categorias enumeradas, apenas as três primeiras estiveram presentes aos encontros, por interesse e disponibilidade pessoal. Devido às demandas de atendimento, o médico participou parcialmente de nossas discussões. Por isso, focalizamos nossas considerações no trabalho desenvolvido pelos ACS e sua articulação com a enfermeira, responsável por supervisioná-los e orientá-los em suas atribuições.

A questão inicial dirigida à equipe do PSF foi: *como poderia o CAPS auxiliá-los a prestar um melhor cuidado em saúde mental no âmbito da atenção básica?*

Nossos encontros ocorrem quinzenalmente, desde outubro de 2007. Inicialmente, consistiam na discussão dos casos que se apresentavam mais problemáticos para a equipe. Ao final de março deste ano, realizamos uma avaliação sobre o desenvolvimento de nosso trabalho e concluímos pela necessidade de constituirmos um grupo de estudo sobre temas diversos em saúde mental. Os conteúdos serão definidos a partir dos conhecimentos considerados importantes para a solução de casos que estejam mobilizando os profissionais. Nosso primeiro “encontro temático” teve como título “Luto ou a elaboração da perda” e apoiou-se em textos de autores da psicanálise. Os encontros estão sendo registrados em áudio, constituindo material para avaliação desta nova fase do trabalho em estudo posterior.

Metodologia

São duas as fontes que contribuíram para a elaboração deste texto: a pesquisa bibliográfica e as discussões sobre o cotidiano de trabalho no PSF Boa Sorte. Entendemos que a associação entre esses dois tipos de fonte é imprescindível para o aprimoramento do cuidado prestado à população no âmbito das políticas públicas de saúde.

Os elementos da prática encontram-se registrados em atas de reunião e gravações de áudio.

Na pesquisa bibliográfica, constaram alguns livros relacionados às temáticas abordadas e, sobretudo, artigos retirados da base eletrônica Scielo. Realizamos buscas simples e buscas por descritores, através de múltiplas combinações entre os termos: psicanálise, sujeito, clínica, ampliada, supervisão, saúde pública, saúde da família, ACS, comunitário. Dentre os artigos encontrados, selecionamos aqueles que apresentavam relação entre os termos utilizados para a pesquisa.

³ Uma das profissionais que compunham a dupla responsável pelo PSF em questão ocupava a função de coordenadora do CAPS e, devido a contingências de seu encargo, pôde estar presente apenas em nossos encontros iniciais, não participando do trabalho de escrita e reflexão que resultou neste trabalho.

Verificamos que, no âmbito de nossa discussão, que articula clínica - mais especificamente a clínica psicanalítica - e atenção primária em saúde, há número muito reduzido de publicações, o que nos sugere a pertinência da realização deste estudo.

Agente Comunitário de Saúde: impasses e potencialidades de uma profissão recém-nascida

A consolidação da prática realizada pelos ACS como profissão, em 2002, representou marco importante na trajetória do saber-fazer que caracteriza sua atuação. As origens deste personagem não remetem aos departamentos governamentais ou laboratórios acadêmicos, mas a frentes de trabalho compostas principalmente por mulheres e organizadas como estratégia de enfrentamento da seca no Ceará, no final da década de 1980 (BORNSTEIN; STOTZ, 2008).

Ressaltamos, portanto, que foi a partir da demanda de determinada comunidade quanto a cuidados básicos em saúde que surgiu essa experiência, desde então imitada (GIFFIN; SHIRAIWA, 1989) e sistematizada, até tornar-se componente fundamental da principal estratégia de reorientação da atenção básica em nosso país: o Programa de Saúde da Família. Atualmente, o ACS e o médico - que, como sabemos, desfruta de *status* privilegiado no imaginário popular - são, lado a lado, considerados pela comunidade personagens fundamentais na dinâmica de funcionamento dos PSF (NUNES, 2002).

Desde o início de nossa incursão no trabalho realizado no PSF Boa Sorte, ficou evidente o paradoxo existente entre, por um lado, a importância estratégica e a complexidade do trabalho dos agentes e, por outro, a precária formação e remuneração que recebem para realização de suas atribuições. Em função das circunstâncias adversas de trabalho, surpreende-nos o engajamento que demonstram no acompanhamento das famílias pelas quais são responsáveis - fato também observado por Nunes (2002).

Bachilli (2008) formula a categoria *experiência gratificante* através da qual traduz o fato de que a totalidade dos ACS que participaram de seu estudo afirmaram trabalhar com prazer. Segundo o autor, "A gratificação ocorre porque permite conversar, orientar, conhecer pessoas, ajudá-las, as quais agradecem, reconhecendo a importância do ACS" (BACHILLI, 2008: 55). Por outro lado, indica como contrapontos desta relação implicada com o trabalho o "envolvimento pessoal e desgaste emocional".

Verificamos que a oferta de propostas educativas que auxiliem os agentes a lidarem com os conflitos emocionais provenientes de sua atuação são nulas ou precárias (BORNSTEIN; STOTZ, 2008; NUNES, 2002). A partir de uma breve análise sobre o processo de construção desta profissão e de seu *status* atual, definiremos aspectos de seu trabalho que consideramos como focos de conflito subjetivo e apontaremos algumas deficiências observadas em sua formação.

Saber, poder e equipe

Após alguns anos de sucesso no trabalho com agentes comunitários de saúde no Ceará, temos como importantes marcos na trajetória desse personagem a criação do PACS (1991) e PSF (1994), que representaram a instituição oficial do papel do ACS no âmbito de duas importantes políticas públicas de saúde.

Posteriormente, temos documentos que apresentam a definição de suas atribuições na atenção à saúde (BRASIL, 1999) e a criação da profissão (BRASIL, 2002a) (BORNSTEIN; STOTZ, 2008).

Uma primeira conclusão que podemos obter a partir desta breve retrospectiva é que o trabalho desenvolvido pelos ACS tem origem recente em nosso país. Este fato traz para os profissionais em questão e para as equipes e programas nos quais estão inseridos uma série de impasses quanto à delimitação de seu papel e sua articulação com as demais categorias profissionais. Afinal, ainda que o trabalho de base comunitária apresente exigências particulares e muitas vezes novas aos diversos profissionais, estes podem ancorar suas práticas em bagagem histórica específica de seu campo de atuação. Os ACS, ao contrário, encontram-se em pleno processo de definição de suas referências profissionais. Bachilli (2008) expõe de maneira incisiva a inconsistência ainda existente na definição do papel do agente de saúde:

O ACS é um cidadão que emerge das comunidades e se integra às equipes de saúde, sem trazer qualquer bagagem cultural ou técnica, específicas a essa área. Esse papel lhe é conferido pela instituição executora das políticas públicas de saúde, dando-lhe acesso a novas práticas, mediante incipientes dinâmicas de capacitação (BACHILLI, 2008: 52).

Não pretendemos argumentar que a falta de “bagagem cultural ou técnica” seja em si um problema. Pelo contrário, muitos trabalhos apontam esta como uma característica positiva para a função de mediador do ACS, na qual, por um lado, ele levaria o saber popular para os demais profissionais e, por outro, tornaria o conhecimento científico acessível aos usuários através da linguagem popular (BORNSTEIN; STOTZ, 2008; NUNES, 2002). Enfatizamos apenas que o fato de não ser técnico em uma equipe composta por diversos especialistas pode produzir conflitos quanto à auto-estima dos agentes. Apesar de realizarem trabalho complexo e importante na dinâmica da atenção comunitária em saúde, vivemos um momento social de grande valorização do tecnicismo e não podemos ignorar as repercussões negativas que as especificidades de sua atuação e formação podem trazer para si e para os demais membros das equipes.

Em Nunes (2002), encontramos elementos que parecem corroborar nossa hipótese. Ela aponta que, na formação dos agentes de saúde, há nítido acento nos conteúdos biomédicos, o que faz com que sintam-se orgulhosos por passar a dispor de um conhecimento que se situa em escala superior na hierarquia de saber da sociedade. O fato de não haver um saber próprio à sua categoria, que possa ser evocado na relação com os usuários e os demais profissionais, parece favorecer que os ACS se arvorem a apropriar-se dos saberes disponíveis, sobretudo os hegemônicos, no intuito de referir sua atuação a alguma teoria.

Para entendermos os mecanismos constituintes das relações dos agentes com os demais membros da equipe multiprofissional, consideramos importante por evidência os atravessamentos das relações de saber-poder, tão bem identificadas por Foucault. Há muito aprendemos com o filósofo que os discursos não se produzem de forma arbitrária. Eles sempre visam a respaldar valores, visões de mundo ou, em outras palavras, uma posição ética. Sendo assim, também não se produzem de forma inócua, pois sua proliferação caracteriza saberes cujo domínio representa poder (FOUCAULT, 1979). O cientificismo é o discurso característico da Idade Moderna. Atualmente, talvez seja apenas um setor do discurso neoliberal, mas, ainda assim, representa importante campo de poder sócio-cultural, atribuindo reconhecimento e legitimidade ao que a ele se conforma.

Podemos ilustrar essas considerações através de dados obtidos em um estudo sobre a questão do sigilo na atuação dos agentes comunitários de saúde. Através de entrevistas, evidenciou-se a clareza destes quanto à importância do respeito ao sigilo na sua prática. Por outro lado, o restante da equipe mostrou-se bastante dividida quanto à liberdade de acesso do agente às informações disponíveis sobre os usuários, o que se materializou sobretudo na restrição de conhecimento acerca do relatado em prontuário. As justificativas apontadas para tal discriminação tangiam o viés da formação, uma vez que se alegava que há informações desnecessárias à atuação adequada do ACS e que, desta forma, a revelação dessas informações geraria, em vão, o risco de quebra de sigilo (FORTES; SPINETTI, 2004).

Sem nos aprofundarmos no mérito da questão estabelecida pelo estudo, fica evidente uma diferenciação nos limites da relação entre profissionais e usuários baseada na formação. Como se poderia, de antemão, definir as informações relevantes para a realização do trabalho do ACS? Como fica seu posicionamento na equipe se, por um lado, nele são depositadas amplas expectativas de atuação e, por outro, é privado de parte significativa das informações relativas à população que assiste?

Amigo, confessor ou psicólogo? Em busca de uma identidade e de um saber profissional

Além dos conflitos de poder que se desenvolvem em torno dos domínios do saber, gostaríamos de apontar outro aspecto problemático na atuação dos ACS: a formação quanto ao conteúdo emocional de seu trabalho. Dentre a bibliografia consultada, diversos autores abordam diferentes nuances dessa temática, conforme relacionamos a seguir.

Bornstein e Stotz (2008) mencionam uma pesquisa realizada em Bauru/SP que ressalta o papel de *apoio emocional e psicológico* assumido pelo ACS. Além disso, em referência ao estudo de Silva e Dalmaso, apontam que:

(...) o saber sistematizado e os instrumentos existentes na área da saúde não são suficientes para suprir as necessidades de trabalho dos agentes, tanto no que se refere à abordagem familiar, como com relação ao contato com situações de vida precária. A falta de saberes sistematizados para o pólo mais político e de assistência social acaba fazendo com que os ACS trabalhem mais com o senso comum e com a religião (BORNSTEIN; STOTZ, 2008: 264).

Nunes (2002) verifica que, como estratégia para alcançar mudanças de hábito e comportamento na população que assistem, os agentes colocam-se como amigos dos usuários. Tendo em vista a importância do fator relacional no trabalho do ACS, Nunes recomenda:

o treinamento desses agentes deve muni-los de conhecimentos diversos em torno da questão do processo de saúde-doença, incorporando, além da perspectiva biomédica, outros saberes que o habilitem nesse processo de interação cotidiana com as famílias e no reconhecimento de suas necessidades (NUNES, 2002: 1640).

Bachilli (2008) afirma que “um dos significados mais profundos da experiência e da identidade dos ACS revela-se no tema o estabelecimento de vínculo” (BACHILLI, 2008: 53). Para o autor, as relações interpessoais são parte importante do trabalho dos agentes, constituindo muitas vezes o trabalho propriamente dito.

Martines e Chaves (2007), por sua vez, apontam a *vinculação empática disfuncional* com o usuário como fonte de grande sofrimento para os agentes. Relacionam este “fenômeno” à representação dos ACS acerca dos sujeitos que assistem e do ato de cuidar, bem como à “organização estrutural do PSF, que dificulta o estabelecimento de limites e limitações necessários para qualquer prática profissional” (MARTINES; CHAVES, 2007: 431). Segundo os autores, os ACS têm dificuldade em determinar para si mesmos limites quanto ao estabelecimento de vínculos, empenho e doação de tempo, o que acarreta sentimentos de impotência, cansaço, solidão, e cria um terreno permanente de tensões na vida pessoal.

Partindo das considerações apresentadas pelos diversos autores e de nossa experiência com a equipe do PSF Boa Sorte, podemos concluir que é notória a importância dos atravessamentos subjetivos e dos impasses por eles criados na atuação dos agentes comunitários de saúde. Ao mesmo tempo, não há para este tipo de questão lugar instituído nas propostas de formação desta categoria profissional. Verificamos que, diante de tal impasse, os agentes recorrem à amizade, ao saber religioso e ao senso comum para respaldar sua atuação, o que também gera uma série de dificuldades. Posicionando-se como amigo dos usuários, o agente tende a sentir-se traído nos casos em que seu cuidado é recusado ou suas recomendações, negligenciadas. Os saberes popular e religioso, por sua vez, são muito suscetíveis a preconceitos e valores próprios, passíveis de dificultar ainda mais a relação com as pessoas assistidas.

Ao consultarmos o “Referencial curricular para curso técnico de agente comunitário de saúde” (BRASIL, 2004a), verificamos que proliferam conteúdos relacionados aos direitos sociais, incluindo algumas leis; a fatores ambientais e sua relação com o processo saúde-doença; a parâmetros para identificação precoce de doenças e riscos; a diretrizes para a promoção e prevenção da saúde de forma geral; a conteúdos propriamente biomédicos, incluindo alguns bem específicos, como “conhecimentos da anatomia e do funcionamento do corpo humano” e “anatomia e fisiologia da mama”, dentre outros. No entanto, não verificamos no referido documento a prescrição da inclusão de conteúdos relacionados ao manejo de questões emocionais, críticas ou não, que sabemos inundar o cotidiano de trabalho dos agentes.

Este documento é de suma importância para a questão que aqui abordamos, pois trata-se de um texto recente (2004), constituindo-se como principal norteador do currículo de formação técnica dos ACS pelos próximos anos. E, no entanto, ele apresenta a falha grave que apontamos. Como os conteúdos referentes ao manejo dos aspectos subjetivos não constam como ponto obrigatório nas diretrizes, a sua inclusão nas ementas dos cursos dependerá da sensibilidade de seus organizadores para este tipo de questão.

Esta problemática não se restringe aos cursos técnicos, podendo também ser encontrada em outros cursos de capacitação e na literatura sobre o cuidado na atenção básica. Em todos esses casos, temos em comum a proliferação de recomendações quanto aos parâmetros do cuidado ideal. São definidos a clínica ampliada, o acolhimento, a humanização do cuidado, a prioridade de ações de promoção e proteção da saúde, dentre outros. No entanto, escassos são os estudos que abordam *os obstáculos ao cuidar* no campo da atenção básica.

Quando um usuário portador de cirrose hepática recusa-se a parar de beber, a fazer os exames de acompanhamento de sua patologia e a comparecer ao posto nas datas agendadas: o que fazer? Se uma usuária idosa e hipertensa perde o filho, que diz ser seu único companheiro, e afirma que tem mantido seu quarto arrumado, pois tem esperança de que ele possa retornar: alimentamos esta fantasia ou lhe apresentamos à triste realidade? Estas não são histórias fictícias, mas fragmentos de alguns relatos angustiados de profissionais do PSF Boa Sorte.

Durante nossos encontros, as agentes participavam paralelamente da primeira etapa do curso técnico em agente comunitário de saúde. Mencionaram que, além desta formação, também participaram do curso introdutório, etapa obrigatória na instalação de novas equipes de PSF (NETO, 2000). Portanto, ao longo dos cerca de catorze meses de atuação daquela equipe, as agentes já haviam participado de dois cursos de capacitação, o que nos pareceu quantitativamente razoável. Ao que tudo indica, no entanto, os conteúdos ministrados nos cursos não minimizaram a angústia vivenciada pelas ACS quanto aos obstáculos ao cuidar.

Estudos recentes caracterizam as propostas de qualificação dos ACS como fragmentadas, descontínuas e instáveis (MARTINES; CHAVES, 2007; BORNSTEIN; STOTZ, 2008). Dentre as considerações feitas pelos próprios agentes quanto aos cursos de que participaram, ressaltamos o “enfoque insuficiente na área dos relacionamentos e/ou psicológicos [...]” (BACHILLI, 2008: 54). Portanto, são apontadas deficiências tanto em relação à frequência com que ocorrem as atividades formativas, como quanto aos conteúdos ministrados.

Avaliamos que os conhecimentos sociais, biomédicos, educacionais, epidemiológicos, dentre outros, são imprescindíveis para a atuação do ACS. No entanto, se não agregarmos aos mesmos o saber acerca da dinâmica psíquica dos sujeitos, dificilmente conseguiremos converter todo este aparato tecnológico em cuidado efetivo para a população. Entendemos aqui “cuidado efetivo” como aquele que de fato repercute em melhora na qualidade de vida do usuário.

O Guia Prático do PSF define que a supervisão e a coordenação de ações de capacitação dos ACS são responsabilidade do enfermeiro da unidade (BRASIL, 2001). Martines e Chaves (2007) avaliam que a supervisão dos ACS, sob responsabilidade do enfermeiro, tornou-se precária. Apontam a necessidade de integrar-se em um mesmo modelo “três perspectivas: oferta de capacitação, manutenção da educação continuada e acolhimento de demandas psicoafetivas” (MARTINES; CHAVES, 2007: 431). Ressaltam ainda que esta última dimensão da supervisão depende sobretudo do tipo de liderança exercida pelo enfermeiro, ou seja, de suas características pessoais. Desta forma, retornamos novamente ao problema de formação, agora no caso do profissional de enfermagem.

Toda a problemática apontada na formação dos profissionais, além de representar prejuízo para o cuidado ofertado à população, pode constituir fonte de sofrimento também para os profissionais. Onocko Campos (2005) alerta para o fato de que a falta de preparo técnico faz com que o trabalhador tenha no não-saber fator importante e permanente de angústia, o que acarreta sofrimento e pode levar ao adoecimento.

Quando a insegurança técnica é grande, toda demanda é amplificada, não é possível discernir em relação a riscos e urgências. Tudo se torna tão intenso que, para aplacar essa angústia, tudo acaba por ser banalizado, caracterizando uma das formas da burocratização (CAMPOS, 2005: 579).

A clínica na atenção básica

Ao longo do século XX, o desenvolvimento tecnológico no campo da saúde teve como eixo o modelo biomédico centrado na doença, privilegiando-se áreas de estudo como bioquímica, farmacologia, imunologia e genética. Por outro lado, “não se verificava o aperfeiçoamento das práticas de saúde, como práticas

compostas pela comunicação, pela observação, pelo trabalho de equipe, por atitudes fundamentadas em valores humanitários sólidos” (CAPRARA; RODRIGUES, 2004: 140). Como “efeito colateral” desta tendência global, “as novas e sempre mais sofisticadas técnicas assumiram um papel importante no diagnóstico em detrimento da relação pessoal entre o médico e o paciente” (Ibidem).

Para compreendermos o campo da saúde em sua configuração atual, devemos retomar as circunstâncias de nascimento da clínica, no final do século XVIII. Foucault aponta, em um primeiro momento da medicina moderna, a prática da *medicina classificatória*, na qual as causas das doenças são desprezadas e a construção nosográfica ocupa lugar central, realizando-se a partir da observação dos sintomas e sinais. Neste paradigma, as teorias já existentes devem ser menos valorizadas que a experiência clínica obtida na relação com o paciente. A fala deste sobre o que sente e sobre suas condições de vida, bem como aos sinais e sintomas que podem ser observados, têm lugar garantido na anamnese. Com o advento da anatomia patológica, que caracteriza o segundo momento da medicina moderna, a importância dos sintomas diminui e ganha lugar a “metodologia do visível”, que passa necessariamente pela prática da autópsia. Como a anatomia patológica permite saber apenas sobre o corpo sem vida, desenvolvem-se em seguida estudos sobre a função dos órgãos e sua relação com os agentes externos, o que resulta na fundação da fisiologia. Finalmente com Broussais, em 1816, desaparece o ser da doença e tem lugar o fenômeno da reação orgânica a um agente irritante, que se desenvolve na *medicina das reações patológicas*, cuja clínica se estrutura em três etapas: identificação do órgão que sofre, dedução quanto ao agente externo que faz o órgão sofrer e indicação da terapêutica adequada para eliminação da doença (FOUCAULT, 1978).

Vemos que, a partir da introdução da anatomia patológica na medicina, o doente e sua experiência perdem lugar para aquilo que seu corpo pode dizer para além dele. Em uma espécie de diálogo particular, o médico interage com os órgãos do doente e elide este de sua prática clínica.

No campo da saúde mental, o “modelo sintomatológico” tem sido definido como aquele que embasa a prática clínica centrada categorização nosográfica e no esforço terapêutico pela remissão dos sintomas (TENÓRIO, 2001). A clínica aqui consiste em classificar o doente em uma categoria patológica, a partir da observação dos sinais de sua doença, e aplicar a terapia adequada à eliminação dos sintomas apresentados. Neste modelo, a doença é evidenciada e o doente torna-se indiferente ou representa um obstáculo à atuação médica adequada. No âmbito da reforma psiquiátrica e inspirado na ética psicanalítica, Tenório propõe como alternativa um outro modelo, que consiste em “uma clínica que parte do sintoma para visar o sujeito” (TENÓRIO, 2001: 59).

Apesar de estas reflexões referirem-se à saúde mental, também se aplicam perfeitamente ao campo da saúde coletiva. Brant (2001) aponta a medicina social e a epidemiologia como bases fundamentais da medicina moderna, incumbida de solucionar o grave problema da proliferação das doenças infecciosas, que assolava as sociedades industriais e urbanas em desenvolvimento no século XIX. Recorrendo a Almeida Filho, define que a epidemiologia tem como objeto os “doentes em população”, ocupando-se da busca por padrões de adoecimento das massas, o que justifica sua tendência a interesses e resultados universalizantes. Sendo assim, não há lugar na epidemiologia para o sujeito histórico, pulsional e dividido descrito pela psicanálise, mas apenas para a noção reducionista de indivíduo:

Como unidades iguais, intercambiáveis e receptáculos passivos de suas investigações, desde o início do século XIX, ou como seres de cultura, a partir da segunda metade do século XX com as contribuições das ciências sociais, a epidemiologia coloca em evidência seres identificados com a consciência e sob o domínio da razão (BRANT, 2001: 222).

Brant então conclui que quando “o discurso clínico assumiu a sua forma como tal, o ‘homem doente’ desapareceu da cosmologia médica dificultando a visibilidade da milenar articulação do saber com o sofrimento” (BRANT, 2001: 224).

Surgindo como disciplina científica no século XIX, hoje a epidemiologia está consolidada como importante componente do campo da saúde, representando no Brasil a principal diretriz norteadora de suas ações e políticas públicas. Quanto a este fato, importantes críticas têm sido dirigidas a aspectos estruturais do Programa de Saúde da Família. A epidemiologia e a vigilância em saúde, fundamentos privilegiados das ações nos PSF, seriam insuficientes para responder a “muitas situações onde o conjunto da prática clínica seria essencial para atender as necessidades de assistência” (MERHY; FRANCO *apud* BORNSTEIN; STOTZ, 2008). Ainda segundo os autores, há alto grau de normatividade nas propostas dos PACS e PSF, onde os dados epidemiológicos determinam, através dos programas, linhas de ação que devem ser priorizadas. As unidades são pressionadas para atingir metas previamente definidas, em detrimento das demandas e especificidades locais.

Clínica ampliada é a abordagem proposta, sobretudo nos serviços de base comunitária – CAPS, PACS e PSF, dentre outros -, como forma de apreensão e resolução dos problemas de saúde da população. A adjetivação “ampliada” se deve ao fato de que nela o cuidado não se baseia apenas nos sinais e sintomas relacionados em manuais nosográficos, mas no máximo de referências sobre a existência do sujeito em sua comunidade: igreja e associação que frequenta, parentes e vizinhos mais próximos, trabalho, escola etc. Considera-se que todos os componentes sociais podem atuar como fatores de risco, em algumas situações, e de restabelecimento da saúde do usuário, em outras (TENÓRIO, 2001).

Em sua versão “ampliada”, a prática clínica adquire complexidade e torna-se viés comum de atuação para todas as categorias profissionais que integram os equipamentos de base comunitária. Se em outro momento entendia-se que o exercício da clínica era competência reservada aos médicos, atualmente todos os profissionais devem desempenhar o importante papel de favorecer a criação de vínculo com os usuários, avaliar suas queixas, condições de vida e propor intervenções que possam lhe beneficiar.

Os profissionais de saúde têm o dever de realizar na comunidade participação diferenciada, pois estariam, ao menos teoricamente, capacitados acerca de conhecimentos sobre o processo saúde-doença, direitos sociais, dinâmicas intersubjetivas, entre outros. Em cartilha do Ministério da Saúde, são descritas como características principais da clínica ampliada: o compromisso como o doente, visto de modo *singular*; a *responsabilidade* sobre os usuários dos serviços; a prática da *intersetorialidade*; o *compromisso ético* e a *produção de vida*, além do combate à doença. (BRASIL, 2004b) Verificamos que as expectativas depositadas nos profissionais de saúde atuantes nos PSF - sobretudo nos ACS, imbuídos da missão de constituir elo entre a comunidade e os serviços – são amplas e difusas, desdobrando-se em uma série de competências, para as quais questionamos se estão devidamente capacitados.

A psicanálise na clínica da atenção básica

Analisando a questão do cuidado em saúde mental, Zenoni faz uma distinção importante entre as condições de sujeito e de cidadão inerentes a cada usuário. “A dimensão do sujeito implicaria a dimensão da liberdade, da implicação, enquanto ao indivíduo, ao cidadão, seria resguardado o direito aos cuidados, mesmo que ele não se implique enquanto sujeito no tratamento” (ZENONI *apud* GUERRA, 2004: 42). Esta reflexão esclarecedora é extremamente pertinente ao trabalho na atenção básica e, especialmente, à atuação do ACS.

A inserção dos profissionais na comunidade gera convívio intenso com a população e torna usuários e profissionais mais propensos a desgastes na relação. Torna-se necessário que possamos entender o sujeito em sua condição dividida, em conflito, ambivalente, para que não respondamos a ele de forma emotiva e ressentida. Para tanto, faz-se necessário um trabalho contínuo de reflexão sobre as características deste sujeito.

Para Kupfer e Voltolini (2005), o conhecimento psicanalítico pode ser transmitido a não-analistas e auxiliá-los em sua prática de cuidado em saúde. Estamos de acordo, mas observamos alguns riscos no caminho. Primeiro devemos evitar a “psicanalização desenfreada”, com prescrição ampla e irrestrita de tratamento psicanalítico para a população. Além disso, devemos ter o cuidado de não “despejar” conhecimentos psicanalíticos nos PSF, sob risco de que, desta forma, podemos favorecer o uso leviano deste saber. Faz-se necessário um exercício contínuo de transmissão dos princípios gerais de sua teoria e clínica, imprescindíveis à aplicação de quaisquer de seus conceitos.

A busca da psicanálise por universais, a partir da singularidade dos casos clínicos, insere-a na categoria de ciência. O primeiro a conceituar a experiência da clínica psicanalítica foi Freud, através de seus casos clínicos (NOGUEIRA, 2004). A universalidade perseguida pela psicanálise, no entanto, apresenta característica muito peculiar, pois não pretende as formulações absolutas. Por isso, aproxima-se mais da economia que da medicina, compondo com aquela o campo das *ciências dinâmico-tendências*. Dinâmicos por serem campos que lidam com muitas variáveis e tendências por não possibilitarem previsões exatas, mas apenas tendências (HANNIS *apud* KUPFER; VOLTOLINI, 2005).

No final do século em que a medicina elidiu o doente de sua clínica, Freud percebeu que o sujeito não é indivíduo, mas dividido, e que, para além da razão, somos dominados por mecanismos inconscientes. A passagem da ausculta para a escuta, representou sobretudo uma mudança da postura de observação para a de interpretação, do visível para o audível (Idem, *Ibidem*). Verificamos que, colocando o sujeito em cena, Freud constrói sua clínica realizando movimento inverso àquele que resultou na fundação da clínica médica moderna.

Enquanto no modelo sintomatológico a clínica está a serviço da identificação e eliminação dos sintomas, Freud propõe que o sintoma diz uma verdade do sujeito, representando-o. O sintoma, assim como é o caso dos chistes, atos falhos e sonhos, é positivado na clínica psicanalítica, constituindo-se em via de acesso ao inconsciente, através da qual o tratamento torna-se possível (TENÓRIO, 2001: 57).

A partir da leitura psicanalítica, a utilização dos dados epidemiológicos deve também ser relativizada. Suas conseqüências não mais são tão claras e lineares, pois:

Uma vez escutado o sujeito, a epidemiologia poderá se dar conta de que a doença pode ser saúde e vice-versa e que ambas, saúde e doença, visam a garantir certa ordem ao sujeito, um bem muitas vezes precário, momentâneo, mas o único possível em determinados momentos da existência (BRANT, 2001: 229).

O técnico em saúde deve deixar de priorizar a postura prescritiva, entendendo que há uma multiplicidade de fatores envolvidos nas escolhas dos usuários, inclusive quanto à sua saúde. Poderá compreender que uma atitude prescritiva e de comunicação unidirecional terá mais chances de mostrar-se inócua do que resultar em cuidado efetivo. A função do técnico passa a ser avaliar as possibilidades do usuário e lhe propor linhas de fuga para estratégias de vida que se mostrem sofridas e repetitivas.

Aqui, evocamos o conceito de gozo em psicanálise, que implica uma posição construída da melhor forma possível ao sujeito, proporcionando-lhe, ao mesmo tempo, algum prazer e algum sofrimento. Sua característica principal é a repetição, associada à dificuldade de mudança de postura. Existe uma força (pulsional) que compele o sujeito a agir de determinada forma, ainda que se queixe da situação que contribui para manter. O profissional inadvertido deste mecanismo básico que regula desde as mais simples até as mais complexas de nossas escolhas, facilmente se vê levado a desconfiar da legitimidade do pedido de ajuda do usuário, podendo reduzir seu empenho em cuidar ou mesmo desistir do “caso”.

Se devemos atentar para fatores que limitam o usuário a desvencilhar-se de situações que lhe causam sofrimento, vale também ressaltarmos que este fato implica em limitações na atuação do próprio ACS. Martines e Chaves (2007) apontam o sofrimento vivenciado pelos agentes quando não conseguem corresponder às múltiplas expectativas sobre eles depositadas, tanto por parte da comunidade quanto das equipes e programas. O *furor sanandi*, a busca desesperada por curar, atinge os ACS com o agravante de que, como não são especialistas, não delimitam sua exigência de atuação a uma área específica, crendo que podem ajudar um pouco em tudo.

O *furor sanandi* traz também outra importante implicação para esses trabalhadores. Os resultados ideais são tomados como única medida do sucesso de seu trabalho. Sendo assim, quando observam que as crianças de determinada família continuam andando nuas e de pés no chão, apesar de todas as recomendações, consultas de cunho educativo e cartilhas que são ofertadas à sua família, os agentes tendem a entender que seu trabalho foi em vão. A repetição desta frustração causa grande desgaste nestes profissionais, que passam a estar menos disponíveis a cuidar de determinadas famílias ou usuários. Produzem-se aqui encontros frustrantes para ambos os lados: para o profissional que tinha a pretensão de cuidar e para o usuário que esperava ser acolhido em sua singularidade.

Outra constatação verificada no campo psicanalítico e que pode ser útil no âmbito da atenção básica em saúde é o simples fato de que endereçar um discurso sobre si a alguém, que possa escutá-lo, é positivo para aquele que fala. Em outras palavras, “a nossa linguagem, tem o efeito de transformação da nossa realidade, e que hoje podemos chamar, da nossa realidade de gozo, ou seja, daquilo que vai além do prazer e que também traz sofrimento” (NOGUEIRA, 2004: 92). Este fenômeno é, de certa forma, conhecido pelo senso comum. O que a psicanálise oferece, neste caso, são elementos que podem nortear a prática da

escuta por parte do profissional. Desta forma, ele não precisaria receber a fala do usuário como amigo, vizinho ou missionário religioso, mas como um técnico em saúde referenciado a conteúdos teóricos reconhecidos e consolidados.

Finalmente, pretendemos definir brevemente o conceito de demanda e localizar sua importância na prática da atenção comunitária em saúde. Segundo a definição de Lacan, em toda fala há dois planos: aquilo que se diz e aquilo que se queria dizer. A escuta analítica consiste em tentar ouvir aquilo que se diz para além do que se queria dizer (LACAN *apud* TENÓRIO, 2001). Podemos afirmar que demanda é aquilo que se diz, um pedido que se consegue formular. O sujeito espera receber, juntamente com o objeto que solicitou, uma prova de amor, dada por aquele que lhe satisfaz a demanda.

Além de constituir-se como um pedido duplo – que visa objeto e amor –, a demanda é formulada por um sujeito, a partir de sua posição no desejo, sua fantasia. Esta implica em um posicionamento diante do Outro, relativamente cristalizado, que leva o sujeito à repetição. Nos serviços de saúde, sobretudo na atenção básica, é de suma importância dispor desta noção, pois a unidade de saúde é, por excelência, lugar de endereçamento das mais diversas queixas. A queixa nada mais é que uma demanda por cuidado, por assistencialismo, por limites; as possibilidades são muitas. Em todo serviço, temos notícia daqueles usuários quase míticos, misto de problema e piada, muitas vezes chamados poliqueixosos. No caso destes, como de quaisquer outros, devemos ultrapassar a dimensão da demanda imediata – dores em diferentes partes do corpo, vertigens, mal-estar difuso, machucados sucessivos – e escutar as condições de vida que têm sido por ele experimentadas. Em grande parte das vezes, teremos notícia de problemas bem maiores que os inicialmente apresentados e poderemos realizar os encaminhamentos adequados, promovendo a resolutividade do serviço. Caso contrário, poderemos desfrutar da sensação de dever cumprido em função do atendimento da demanda imediata, mas o usuário permanecerá solitário em seu silencioso sofrimento.

Considerações finais

A profissão de agente comunitário de saúde é recente no âmbito do SUS e enfrenta dificuldades advindas da imprecisão de limites quanto à atuação do ACS, da insuficiência de sua formação para o trabalho e de seu posicionamento, ainda ambíguo, na equipe multiprofissional.

Avaliamos como urgente a consolidação de atividades de formação, sobretudo realizadas em situação de trabalho, motivadas pelas reais demandas dos serviços. Ressaltamos a necessidade de ênfase na consolidação de dispositivos capazes de acolher os aspectos psicoafetivos do trabalho dos agentes. Caso contrário, é grande a probabilidade de comprometimento da qualidade do cuidado prestado à população e há ainda o sofrimento dos profissionais e o risco de adoecimento por suas circunstâncias de trabalho.

Apostamos na psicanálise como referência teórica para a organização do acolhimento às dificuldades psicoafetivas do trabalho dos agentes. Esta abordagem privilegia a apreensão do ser humano em sua complexidade, conflitos, ambivalência, fornecendo elementos que possam respaldar sua atuação visando a prestação de um cuidado efetivo à população.

Realizamos um contraponto entre a proposta de universalização do cuidado em saúde, em que a epidemiologia é recurso importante, e a singularização do cuidado, necessária ao desafio de que este cuidado universal seja também de boa qualidade, representada pelas contribuições da psicanálise. Não pretendemos que uma proposta venha a suprimir a outra. Pelo contrário, entendemos como positiva a existência de uma tensão permanente entre ambas as perspectivas, fator que favorece a não-cristalização de posições, a constante e salutar renovação possibilitada pelo questionamento.

Referências bibliográficas

BRANT, L. C. *O indivíduo, o sujeito e a epidemiologia*. Ciência e saúde coletiva v.6 n.1. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Decreto N^o 3.189, de 4 de outubro de 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/D3189.htm> Acesso em: 12/05/2008.

_____. *Guia prático do programa de saúde da família*. Brasília, Ministério da Saúde: 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/html/pt/pub_assunto/atencao_bas.html> Acesso em: 12/05/2008.

_____. Portaria GM n^o 336 de 19 de fev. 2002a. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria%20GM%20336-2002.pdf>> Acesso em: 12/05/2008.

_____. Lei N^o 10.507, de 10 de julho de 2002b. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/2002/L10507.htm> Acesso em: 03/05/2008.

_____. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. *Referencial curricular para curso técnico de agente comunitário de saúde: área profissional saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/referencial_Curricular_ACS.pdf> Acesso em: 12/05/2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *HumanizaSUS: a clínica ampliada*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/impresos/folheto/04_1162_FL.pdf> Acesso em: 12/05/2008.

_____. Medida Provisória N^o 297, de 9 de junho de 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Mpv/297.htm> Acesso em: 03/05/2008.

_____. Lei N^o 11.350, de 5 de outubro de 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11350.htm> Acesso em: 03/05/2008.

BACHILLI, R. G. et al. *A identidade do agente comunitário de saúde: uma abordagem fenomenológica*. Ciência e saúde coletiva v.13 n.1. Rio de Janeiro, 2008.

BORNSTEIN, V. J.; STOTZ, E. N. *Concepções que integram a formação e o processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde: uma revisão da literatura*. Ciência e saúde coletiva v.13 n.1. Rio de Janeiro, 2008.

CAPRARA, A.; RODRIGUES, J. *A relação assimétrica médico-paciente: repensando o vínculo terapêutico*. Ciência e saúde coletiva v.9 n.1. Rio de Janeiro, 2004.

FIGUEIREDO, A. C. *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1997.

FORTES, P. A. C.; SPINETTI, S. R. *O agente comunitário de saúde e a privacidade das informações dos usuários*. Cadernos de Saúde Pública v.20 n.5. Rio de Janeiro, 2004.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária:1978.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal: 1979.

GIFFIN, K.; SHIRAIWA, T. *O agente comunitário de saúde pública: a proposta de Manguinhos*. Cadernos de Saúde Pública v.5 n.1. Rio de Janeiro, 1989.

GUERRA, A. M. C. Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In: COSTA, C. M.; FIGUEIREDO, A. C. (org). *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

KUPFER, M. C. M.; VOLTOLINI, R. *Uso de indicadores em pesquisas de orientação psicanalítica: um debate conceitual*. Psic.: Teor. e Pesq. v.21 n.3. Brasília, 2005.

MARTINES, W. R. V.; CHAVES, E. C. *Vulnerabilidade e sofrimento no trabalho do agente comunitário de saúde no Programa de Saúde da Família*. Rev. esc. enferm. USP v.41 n.3. São Paulo, 2007.

NETO, M. M. C. (org) *Treinamento Introdutório*. Brasília: Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2000.

NUNES, M. O. et al. *O agente comunitário de saúde: construção da identidade desse personagem híbrido e polifônico*. Cadernos de Saúde Pública v.18 n.6. Rio de Janeiro, 2002.

NOGUEIRA, L. C. *A pesquisa em psicanálise*. Psicol. USP, São Paulo, v. 14, n. 3, 2003.

TENÓRIO, F. *A psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro, Rios Ambiciosos: 2001.

1° lugar - Categoria Estudiante



A produção artesanal da revista Panatenéia: promoção da experiência narrativa compartilhada como política pública de Educação

André Luis Soares e Silva Pereira [UFRJ 15° período]
Cleriston Philip Buriche Bartalini [UFRJ 9° período]
Francisco Marques Nogueira [UFRJ 15° período]

Resumo

Este projeto se insere no âmbito de uma política pública de educação através da promoção da experiência narrativa compartilhada, estruturando o processo de criação da revista Panatenéia como instrumento propício para a construção de ações coletivas e participação política. Com o primeiro número publicado no segundo semestre de 2006 e o segundo número no primeiro semestre de 2007 pelos estudantes do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Revista Panatenéia é o resultado prático de um conjunto de estudos desenvolvidos por um grupo de pesquisa autônomo, chamado 'emnomediztudo'. A análise do processo artesanal de editoração desta revista descobre novas maneiras de estabelecer laços possíveis para o relacionamento de grupos, reinventando experiências narrativas compartilhadas. A produção e a publicação da Revista Panatenéia foram geradas por este exercício do fazer conjunto e mostrou-se capaz de mobilizar uma memória e uma palavra comuns, garantindo a existência de uma experiência coletiva. Além disso, a criação da revista Panatenéia fundou uma memória física registrando em suas páginas os acontecimentos decisivos de nossa história - dos estudantes, da instituição e da Psicologia no Rio de Janeiro - e também serviu como um veículo movido pelos estudantes para o intercâmbio de conhecimentos, com a formação de redes de cooperação entre docentes, discentes e funcionários do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela mostrou-se mais do que apenas papel escrito, constituindo iniciativas de intervenção e de articulação na comunidade local, bem como promovendo o resgate e a renovação da história coletiva. A Panatenéia é uma revista genuinamente acadêmica e toda narrativa que ela envolve, tanto na transmissão da informação quanto em sua confecção, não visa a informar através dos moldes jornalísticos, superando e transcendendo o aspecto limitado da informação da mídia ordinária como forma predominante de narrativa.

Palavras-chave: comunidade narrativa; Erfahrung; ação comum; trabalho artesanal.

A revista Panatenéia

A Panatenéia é uma iniciativa dos alunos de graduação e de pós-graduação do Instituto de Psicologia da UFRJ e se realiza sob forma de revista, cuja linha editorial envolve questionamentos sobre a educação, a formação profissional, a ética do futuro psicólogo e, em especial, sobre a vida dos estudantes. As panatenéias são celebrações prestadas em nome da Sabedoria, a deusa Atená. Sua equivalente romana, Minerva, é precisamente a insígnia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e foi inspirado na simbologia mítica que este projeto se constituiu. Nada é mais apropriado do que a mitologia quando se trata de promover uma narrativa compartilhada e fundar uma experiência comum, bem como uma memória que documente a história de nossa comunidade. Todos os envolvidos no projeto são estudantes voluntários orientados pela Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da UFRJ, Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro.

Em novembro de 2006, foi lançada a primeira Panatenéia, impressa em folha comum com recursos do próprio grupo. Em agosto de 2007 foi impressa a segunda edição, com mil cópias em papel couché com apoio da Gráfica da UFRJ e recursos doados pelo CRP-RJ. Neste ínterim, lançamos a primeira edição da Panatenéia II, nos mesmos moldes artesanais da primeira edição da Panatenéia I. A Panatenéia III está sendo fechada, com previsão de lançamento para maio de 2008. De acordo com a missão de fundar uma referência na história, a revista não recorre apenas à divulgação eletrônica, mas predominantemente à distribuição gratuita do material impresso. No entanto, as Panatenéias são mais do que apenas papel escrito, constituindo iniciativas de intervenção e de articulação na comunidade local, bem como promovendo o resgate e a renovação da história coletiva.

É importante ressaltar que a Panatenéia, enquanto iniciativa genuinamente acadêmica e artística, tem desdobramentos anteriores e de ordem prática, envolvendo a vida dos estudantes e o cotidiano da universidade. A fim de assegurar o alcance teórico, a qualidade crítica, como também garantir a pertinência e a validade de seu conteúdo, a Panatenéia requer a implementação de um grupo de estudos semanal, no qual um texto específico relevante e complementar à formação (curricular) do psicólogo é lido e discutido. O “*emnomediztudo*” é o espaço em que, durante todo um semestre, serão feitas as leituras e confrontadas questões próprias ao estudante e à Psicologia enquanto uma ciência e uma profissão. As anotações feitas pelos estudantes nas reuniões do *emnomediztudo* são transformadas em artigos e publicados na revista, que terá como tema de capa o título do texto trabalhado e a imagem de seu autor.

O propósito

Os objetivos que estão por trás da criação do grupo *emnomediztudo* e da publicação das Panatenéias tornam-se precisos quando entendidos do ponto de vista dos estudos culturais da Escola de Frankfurt, sobretudo se considerados pelo viés da ação comum e da possibilidade de construção de uma experiência narrativa compartilhada. O trabalho artesanal de confecção das Panatenéias busca fundar uma experiência legítima de narrativa compartilhada entre os estudantes, a comunidade acadêmica e o Instituto de Psicologia da UFRJ, ainda que esta iniciativa se reconheça como potencialmente transdisciplinar e aberta a todos os interessados.

Os dois objetivos mais amplos deste trabalho são (1) O desenvolvimento de uma experiência narrativa compartilhada e (2) A construção de uma memória coletiva.

Ainda faz parte dos objetivos da experiência das Panatenéias o desenvolvimento de uma metodologia de ação que permita a reprodução de sua micropolítica em outros contextos de grupo, servindo de modelo para o desenvolvimento de uma comunidade narrativa e de uma memória durável nesta ou em outras instituições.

A relevância política de uma prática narrativa

Levando em consideração o nosso território de origem, tornou-se relevante, ao propormos as justificativas deste trabalho, a conformidade de princípios da Panatenéia com o Estatuto da UFRJ. Assim, buscamos, tal como valoriza o referido estatuto, estimular o pensamento reflexivo e criador e difundir a cultura, não apenas de maneira informativa, mas também formativa. É o que diz, neste sentido, o parágrafo VI do artigo 6º, que trata da “educação integral do estudante” em busca da “ampliação dos conhecimentos”, do pensamento científico e da “preservação e difusão da cultura”. Lê-se: “VI – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação” (Estatuto da UFRJ). Este projeto viabiliza o debate no âmbito das instituições de ensino, da necessidade estratégica de políticas públicas de educação voltadas para a formação de multiplicadores.

O esforço conjunto que constitui o trabalho das Panatenéias é relevante pela própria necessidade de retomar e restabelecer o fazer narrativo capaz de criar uma experiência comum. O enfraquecimento do laço social nas sociedades contemporâneas cria barreiras estruturais que geram ainda mais desagregação social. Este problema traz reflexos, inclusive, para as políticas de uma universidade pública, pois seus estudantes, neste contexto do pacto social enfraquecido, já não orientam seus esforços em prol do bem comum. O indivíduo, isolado em sua experiência solitária, está, assim, alienado da função social do conhecimento.

É imprescindível reencontrar meios de fundar uma comunidade narrativa compartilhada de modo a estabelecer referências morais duradouras que possam garantir a seriedade do juramento profissional, do compromisso para com o código de ética e da conduta do psicólogo. A carência de políticas públicas voltadas para o ensino e a transmissão universitários, capaz de formar multiplicadores de alcance social, cultural e educacional em meios de influência na sociedade brasileira, é uma séria lacuna nas políticas públicas de ciência e educação.

Do ponto de vista de uma análise microsocial, este trabalho também se justifica por fomentar o espírito de equipe, desenvolver o pensamento crítico e servir para o estudante como um elo entre ciência, vida e profissão.

Os fundamentos do trabalho compartilhado

No contexto dos estudos culturais da Escola de Frankfurt, Walter Benjamin propôs a noção de narrativa compartilhada. Segundo este autor, através dela podemos observar o ensino da moral, e o conceito que acompanha este processo é a *Erfahrung*

ou narrativa compartilhada. A análise do processo artesanal de editoração desta revista descobre novas maneiras de estabelecer laços possíveis para o relacionamento de grupos, re-inventando experiências narrativas compartilhadas. Para Benjamin, a *Erfahrung*, a experiência constituída no envolvimento comunitário, se contrapõe à *Erlebnis*, a experiência do indivíduo isolado em sua realidade pessoal, em função do agravamento do processo de individualização. Este indivíduo, que funda sua experiência na *Erlebnis*, está, segundo Benjamin, desorientado do sentido da vida, e já não possui referências morais objetivas.

A produção e a publicação da Revista Panatenéia foram geradas por este exercício do *fazer conjunto* e se mostrou capaz de mobilizar uma memória e uma palavra comuns, garantindo a existência de uma experiência coletiva (a *Erfahrung*), “ligada a um trabalho e um tempo partilhados em um mesmo universo de prática e linguagem” (GAGNEBIN, 1985). Além disso, a criação da revista Panatenéia fundou uma memória física, registrando em suas páginas os acontecimentos decisivos da história - dos estudantes, da instituição e da Psicologia no Rio de Janeiro. Construiu assim um diálogo entre Psicologia e Educação, e serviu como um veículo movido pelos estudantes para o intercâmbio de conhecimentos. Isso levou à formação de redes de cooperação entre docentes, discentes e funcionários do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, trazendo para o primeiro plano a função social do conhecimento. Toda a produção deste material segue os modelos do trabalho de editoração artesanal, cujos ritmos são orgânicos e solidários com os ritmos da vida acadêmica. Toda narrativa que a Panatenéia envolve, tanto na transmissão da informação quanto em sua confecção, não visa a meramente informar através dos moldes jornalísticos, superando e transcendendo o aspecto limitado da informação da mídia de massa como forma predominante de narrativa.

A importância do sentido simbólico das Panatenéias e da referência ao mito no campo dos saberes psicológicos é um dos aspectos de orientação geral para uma Psicologia compreensiva. Por sua riqueza simbólica, “o mito cobre toda a extensão do psiquismo revelado pela Psicologia moderna” (BACHELARD, 1991: 13). O sentido de ligação e coerência da experiência da equipe com o ideal prefigurado pelo mito torna-se um elemento de motivação para os participantes do grupo. Através de um processo de simbolização coletiva, cada estudante envolvido desenvolve a capacidade de buscar motivação no próprio trabalho, o que se expressa pelo sentido moral que ele mesmo encontra no convívio com o grupo; o “sentido moral, a capacidade de empatia moral, não se avoluma com a absorção das motivações e da matéria didática, mas sim com a atividade prática” (BENJAMIN, 2002: 17). A influência que o mito exerce no futuro profissional instiga a autocrítica e o zelo para com a informação, bem como a honestidade e a retidão no juízo para com os interlocutores da revista.

Inspirada pela narrativa grega, a Panatenéia procura criar uma “comunidade entre vida e palavra” em relação direta com o trabalho artesanal.

O ritmo do trabalho artesanal se inscreve em um tempo mais global, tempo quando ainda se tinha, justamente, tempo para contar. Finalmente, de acordo com Benjamin, os movimentos precisos do artesão, que respeita a matéria que transforma, têm uma relação profunda com a atividade narradora: já que esta também é, de certo modo, uma maneira de dar forma à imensa matéria narrável, participando assim da ligação secular entre a mão e a voz, entre o gesto e a palavra (GAGNEBIN, 1985).

Metodologia: as lúdicas da Panatenéia

A Panatenéia é mais do que uma revista; a revista é apenas o resultado final de um processo artesanal de grupo, o produto concreto de um fazer coletivo direcionado. Para seu desenvolvimento, cada seção que compõe a Panatenéia deve ser entendida como um *núcleo de atividades*, cada um deles envolvendo pesquisa e prática da ciência e da profissão do psicólogo. Neste sentido, cada seção da revista pode ser entendida como uma lúdica, com referência ao simbolismo grego das panatenéias. As panatenéias, envolviam, como os jogos olímpicos, competições específicas, modalidades a serem concorridas. Cada modalidade é um jogo, cada núcleo de atividades é uma lúdica. Entenderemos mais precisamente cada seção da revista como um núcleo de atividades, ou uma lúdica, ao dispormos os nossos objetivos específicos.

Objetivos específicos: os núcleos de atividades como lúdicas da Panatenéia

Como qualquer revista, a Panatenéia é composta por uma série de seções. Cada seção da Panatenéia é desenvolvida enquanto um núcleo de atividades, no sentido de que sua realização requer várias tarefas. Cada Panatenéia é composta pela maioria (preferencialmente por todas) das seções abaixo. Algumas delas são núcleos imprescindíveis, e as duas primeiras são as mais importantes. De uma certa maneira, arrolamos as seções da Panatenéia em ordem de importância, hierarquizando-as no tocante ao potencial de construção de uma comunidade narrativa compartilhada em um mesmo universo de prática e de linguagem. Cumpre assinalar que todos os núcleos têm em vista certos objetivos predeterminados e todos eles desempenham funções específicas úteis, a seu modo, ao desenvolvimento da *Erfahrung*.

(1) Verbo em Pauta: Uma das duas tarefas centrais da revista. Um texto é escolhido pelo grupo, lido e estudado em reuniões semanais e tomado como proposta de meditação sobre a vida e o trabalho, no sentido de fazer com que o estudante reflita sobre sua própria prática e sua futura profissão. Exercício predominantemente de pesquisa e leitura. O texto específico do Verbo em Pauta influencia o conteúdo e a orientação de cada edição da Panatenéia e serve de base para o desenvolvimento de artigos. A importância do Verbo em Pauta se reflete na escolha da imagem das capas da revista, marcando para o grupo todo um semestre de trabalho.

O conjunto de atividades que envolve esse núcleo resulta em quatro subseções de cada Panatenéia. São elas: (a) Crônicas de enxertos (primeira seção de textos inéditos): exercício de redação temática, de caráter livre quanto à forma de expressão, mas conduzido por contigüidade com as idéias do autor lido. Algumas frases que se destacam no texto estudado pelo grupo são escolhidas para servirem de base para textos inéditos feitos pelos estudantes; (b) Base Minerva: trabalho de pesquisa bibliográfica sobre as obras do autor em pauta que constam na Base Minerva (Sistema de Documentação da UFRJ: <http://www.minerva.ufrj.br/>); (c) Biografia: trabalho de pesquisa, síntese e redação de um texto informativo sobre vida, obra e importância do autor em pauta, ora estudado pelo grupo; (d) Degustação: tarefa de escolha, pelo consenso do grupo, de um trecho representativo do texto lido por todos para ser reproduzido na revista. Trecho que, por sua vez, instigue nos leitores o desejo de lerem eles mesmos o texto na íntegra, de modo a difundir o pensamento do referido autor em nossa cultura.

(2) Areópago: Segundo eixo principal de atividades. Trata-se da entrevista principal da revista e é, por isso mesmo, a parte mais extensa de cada edição. O Areópago dá voz aos que tenham a dizer e atrai a atenção de muitos leitores. A entrevista envolve uma série de etapas bem dimensionadas, que para serem executadas com sucesso requerem o trabalho bem articulado da equipe. As etapas são: (a) a escolha do entrevistado, cujo critério político põe em relevo as práticas que vem sendo adotadas em nosso território de origem, mobilizando debates com docentes acerca do ensino, da prática e da história da Psicologia; (b) contato com o candidato a entrevistado para apresentar o trabalho das Panatenéias e agendar a futura entrevista; (c) pesquisa detalhada, em livros ou bases de dados públicas, da biografia, da bibliografia e dos principais temas e conceitos de que trata o entrevistado em questão; (d) a formulação, em grupo, das 23 perguntas que conduzirão a entrevista, sendo, respectivamente, uma pergunta para cada letra do alfabeto grego, isto é, perguntas de Alfa a Ômega; (e) entrevista propriamente dita, de caráter direcionado, que é documentada através da gravação em áudio e da fotografia (a equipe de entrevista do Areópago é composta sempre por quatro estudantes, três entrevistadores e um fotógrafo, todos previamente preparados, orientados e capacitados para o encontro); (f) trabalho de transcrição da entrevista; (g) edição da entrevista; (h) edição digital das fotos e diagramação do texto final; (i) revisão em equipe.

Uma das principais funções do Areópago, no sentido da construção de uma experiência narrativa compartilhada, é o fato de ele pôr em interação estudantes e psicólogos, unindo, desta maneira, ciência, vida e profissão.

(3) Entrevista em foco: Entrevista de caráter semi-direcionado, de conteúdo objetivo e menor número de perguntas. Envolve o grupo na maioria das etapas e tarefas necessárias também ao Areópago, mas difere em extensão e objetivo político. A entrevista em foco traz sempre um assunto voltado para o interesse prático da comunidade, servindo como instrumento de apoio à transformação e difusão das políticas públicas e debate de questões locais. É conduzido por no mínimo dois estudantes, mas preferencialmente três, um dos quais será o responsável pela fotografia, enquanto o(s) outro(s) entrevista(m).

(4) Me enerva (segunda seção de textos inéditos): Textos autorais, elaborados pelos estudantes, a propósito ou não da Panatenéia, que tenham o caráter de crítica política ou divergência ideológica, podem ser publicados na seção “Me enerva”, desde que o grupo concorde que há alguma relação de sentido entre o artigo crítico e a proposta diretiva das Panatenéias. O objetivo desta seção é estimular a redação e a publicação de textos de alunos, servindo de espaço de expressão e de trocas entre os estudantes.

(5) Tenho dito: (terceira seção de textos inéditos): Seção de textos aberta para a participação de pessoas envolvidas diretamente ou não com o trabalho do emnomediztudo. Espaço de livre expressão e livre temática, para ser utilizado por alunos, ex-alunos, funcionários, professores e psicólogos. Pode conter crônicas, contos, fábulas, notas, discursos, poemas. A seção “Tenho dito” é um núcleo funcional que tem o objetivo de estreitar as relações entre o grupo emnomediztudo e os demais agentes de seu território de origem, com o objetivo de reforçar os laços de solidariedade e de apoio recíproco na comunidade local, dando voz e isonomia a todos os que queiram se expressar através da revista Panatenéia.

(6) Eles estão lendo: Neste núcleo de atividade, dois estudantes envolvidos têm a tarefa de abordar distintos professores, escolhidos por critério de multiplicidade das linhas psicológicas e temas de pesquisa, para perguntar-lhes objetivamente que livro(s) cada um destes professores tem a recomendar, no momento, para seus

alunos e leitores. O livro e o motivo da recomendação são anotados por um dos estudantes, enquanto o outro faz o registro fotográfico do encontro. Ao fim, cinco professores terão dado sua dica de leitura, as quais serão publicadas nesta seção da Panatenéia, servindo de referência para os leitores possivelmente interessados. Esta tarefa é útil no envolvimento dos professores e na apresentação da Panatenéia entre eles, servindo também para a promoção de um elo de contato entre o emnomediztudo e os docentes escolhidos.

(7) Apocatástase: Trabalho de pesquisa e discussão em grupo sobre alguma figura de relevo na história da Psicologia brasileira, dando ênfase aos valores locais e ao percurso da Psicologia no Rio de Janeiro. Um estudante é responsável pela elaboração de um texto informativo resumindo a vida e as principais contribuições do ilustre escolhido.

(8) O espírito da coisa: Trata-se de uma seção de escrita individual, na qual um estudante envolvido, por vez, cumpre o exercício de elaborar textualmente o que ele entende e o que significa para ele participar das Panatenéias, em seu processo artesanal. No Espírito da Coisa (escrito em caráter de rodízio pelo grupo, com uma pessoa diferente responsável pela confecção do texto a cada edição), os participantes da equipe têm a chance de expressar o que eles mesmos pensam sobre esta experiência inédita de fazer coletivo, tendo a gentileza de insinuar suas expectativas e horizontes com relação às Panatenéias e ao emnomediztudo.

(9) O Paládio: Seção de escrita individual, na qual um estudante responsável tem a tarefa de elaborar um texto especificamente sobre as relações entre o simbolismo mítico – presente nas Panatenéias já em seu nome – e a vida dos estudantes. A questão do simbolismo mítico, com referência à Sabedoria e à Atená (Minerva, a insígnia da UFRJ), não é uma questão secundária, mas muito propriamente um elemento de motivação e convergência de todo o grupo em nome de um ideal e em prol de um sentido subjacente de realização comum. Algumas características importantes da experiência coletiva das Panatenéias se prefiguram no simbolismo da deusa ateniense. Atená ensinou aos homens as artes dos ofícios (a importância da Psicologia como profissão), a arte da retórica (o discurso do psicólogo) e a arte da tecelagem, de trabalhar os fios para fazer tapeçarias (entendida como metáfora das redes de articulação de pessoas). Esta seção é um importante exercício que leva o estudante a refletir sobre o sentido profundo da universidade e do estudo, bem como confere relevância heróica à responsabilidade por seu saber e por sua formação.

(10) Editorial: Tarefa de escrita do editorial de cada Panatenéia. É também uma atividade organizada em rodízio de autores, com apenas um estudante escolhido para apresentar o editorial, sob plena responsabilidade diante da equipe. O editorial deve conter o propósito diretivo, pontual, tomado por cada Panatenéia singular. Deve dispor o conteúdo e a relevância de cada edição, mostrando as trajetórias do trabalho em grupo, entre os percalços e as conquistas. A consciência deste rumo é um sentido implícito que deve tornar-se objetivo expresso. O estudante – designado em consenso para esta tarefa – honra a responsabilidade compartilhada de ser a voz do grupo pela duração de uma Panatenéia.

(11) Notas de Pé de Pégaso e Crisáor na Mente: Resultado composto por um poema e por uma imagem. O poema deve ter sido feito por algum autor da comunidade – em nosso caso, o Instituto de Psicologia da UFRJ –, preferencialmente por um estudante que ainda não tenha publicado este poema em nenhuma outra fonte. É tarefa do grupo recrutar os poetas escondidos entre as pessoas de nosso dia-a-dia, trazendo-os a público. O poema corresponde, simbolicamente, às notas de pé de Pégaso, e se espera dele que contenha um caráter ascensional, de

elevação do espírito. Já a imagem escolhida corresponde à Crisáor (na mente), a espada flamejante, irmão mítico de pégaso, também nascido do sangue da Medusa derrotada. A imagem é proposta por algum membro da equipe e sua pertinência deve ser sustentada por alguma narrativa que lhe valha e que justifique o sentido de sua presença na revista. É também um bom exercício do fazer narrativo, organizado e concebido discursivamente entre amigos.

(12) Decifra-me ou te devoro: Neste núcleo de atividade, uma prova de Psicologia – ou outro tema pertinente – é pesquisada em arquivos e publicada. Trata-se aqui de um resgate da memória de outros tempos, que se transforma em evidência da multiplicidade e da dispersão do campo psicológico, ao mesmo tempo em que reúne peças que estiveram perdidas. A seção “Decifra-me ou te devoro” produz um interessante resultado na revista, testemunho da mudança dos tempos e da diversidade do passado frente ao conhecimento atual. Esta tarefa constitui basicamente uma atividade de pesquisa acrescida ao trabalho de transcrição digital do documento encontrado, muitas vezes disponível escrito à mão, batido à máquina ou em papel mimeografado. Um estudante é encarregado desta função a cada edição da revista, não sendo, entretanto, necessariamente aplicado qualquer sistema de rodízio.

(13) insTANTÃneo: Seção de objetivo crítico e satírico. Tem caráter livre quanto à forma e é composto sobretudo por imagens e paródias. As sátiras são propostas individualmente pelos membros e submetidas ao consenso do grupo. É uma forma alternativa de envolvimento da revista com questões da comunidade, promovendo uma experiência comum através do humor.

(14) Inculta e Bela: Nesta seção, um texto ou poema de algum autor consagrado na literatura mundial (mas preferencialmente de língua portuguesa) é proposto e escolhido em grupo em pertinência com os objetivos da revista. O desenvolvimento desta tarefa serve ao esforço de compreensão da importância que o trabalho realizado pela equipe a cada edição teve na vida de cada estudante envolvido.

Resultados

Em cada número, a Panatenéia traz um debate sobre um texto de um autor, o que envolve pesquisa, leitura e estudo em grupo. A Panatenéia I trouxe o estudo do artigo *A vida dos estudantes*, de Walter Benjamin; a Panatenéia II discutiu *A formação do espírito científico*, de Gaston Bachelard; e o texto *A influência do pensamento de Wilhem Dilthey na evolução da psicologia como ciência autônoma*, de Nilton Campos, comporá o próximo número. Além disso, a confecção da revista exige que o grupo desenvolva pesquisas e entrevistas de forma articulada e sistemática, abarcando ciência e profissão. Já foram feitas entrevistas com Ruth Machado Barbosa (em agosto de 2006 ocupava o cargo de coordenadora de graduação do curso de Psicologia da UFRJ) e Regis Tractenberg (em 2006, era coordenador do Portal IP e do laboratório de Informática), na Panatenéia I; Amândio Gomes (em junho de 2007, era responsável pelo periódico virtual “Boletim do IP”), Lúcia Rabello de Castro (professora titular do Instituto de Psicologia da UFRJ) e Antônio Gomes Penna (catedrático da UFRJ pelo Instituto de Psicologia), na Panatenéia II; Arthur Arruda (professor adjunto e chefe da comissão de currículo do IP-UFRJ) e Luis Alfredo Garcia-Roza (professor emérito do Instituto de Psicologia da UFRJ, fundador do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica do IP-UFRJ e romancista), para a Panatenéia III.

Além da distribuição gratuita da Panatenéia I em comunidade, ela tem aproximado estudantes de Psicologia de diversas regiões do Brasil. Recentemente,

o jornal “Psiu!”, organizado pelos estudantes da UFRGS, e a Panatenéia lograram um movimento de intercâmbio cultural. O projeto em nome do Panatenéia já foi apresentado como trabalho na XXIX Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ e na I Mostra Regional de Práticas em Psicologia do CRP-RJ.

A tabela “Funções e Dispositivos” (ver anexo 1), elaborada a partir do próprio processo de reflexão do grupo, servirá aqui como ilustração dos resultados concretizados. Nela, cada seção da Panatenéia (ou, entendida de outra maneira, cada núcleo de atividades) é referida aos objetivos específicos de nosso coletivo (as *funções* que a seção desempenha) e os meios utilizados para chegar a eles (os *dispositivos* empregados). Através dessa matriz, os resultados podem ser apreciados com melhor clareza.

Este quadro sinótico torna mais visível a proposta da revista e explicita as expectativas e os resultados da elaboração artesanal da Panatenéia. A primeira observação a ser ressaltada é a alta frequência dos dispositivos de “Pesquisa” e de “Redação”. Trata-se aqui, afinal, de uma publicação escrita, um periódico. Logo em seguida, notamos os escores mais elevados para as funções de “Mobilização de rede”, “Fundação de memória coletiva” e “Articulação entre formação e profissão”, indicando que a Panatenéia, por seus efeitos, está bem adequada aos objetivos designados de consolidação da *Erfahrung*. Nada menos do que cinco seções diferentes são focadas em cada um desses objetivos. A seguir percebe-se que as funções de “Resgate histórico”, “Intervenção política” e “Crítica” são também orientações gerais bem desenvolvidas em diferentes núcleos de atividades. Observamos de passagem que a Panatenéia é uma revista potencialmente crítica, embora o desenvolvimento ou não desse potencial dependa dos múltiplos fatores de interação entre o grupo e a comunidade.

Considerações finais

O trabalho da confecção artesanal da revista Panatenéia traz implicações de ordem prática, como o número de estudantes envolvidos e a necessidade de recursos financeiros. Em primeiro lugar, o número de componentes da equipe editorial da Panatenéia é uma preocupação crucial para o grupo, pois o fazer conjunto deste trabalho artesanal depende predominantemente da dedicação e do envolvimento das pessoas presentes. A manutenção de uma equipe deste porte, capacitada e predisposta para o trabalho, exige um considerável esforço de organização e disciplina. A Panatenéia I contou com dez participantes e a Panatenéia II contou com dezesseis participantes, sendo que o núcleo editorial *strictu sensu*, das pessoas mais diretamente envolvidas com o projeto da revista, tem sido composto por cinco estudantes. Objetivamente, para um desenvolvimento adequado do projeto, o grupo envolvido deve conter entre seis e nove estudantes, de maneira que cada um seja responsável por três ou quatro tarefas. A possibilidade do projeto Panatenéia tornar-se um projeto de extensão vem crescendo e, com ela, cresce também a expectativa de que a equipe receba bolsas, o que pode aumentar o número de pessoas envolvidas diretamente com todas as etapas do trabalho.

Um aspecto relevante para a produção da revista, que pode apresentar-se como um desafio técnico, é a necessidade, intrínseca à natureza do trabalho, de editar textos, gráficos e diagramar o conteúdo de cada edição. Foram utilizados programas de computador cuja sofisticação dos recursos exigia o envolvimento de

um profissional capacitado. A solução para este obstáculo se deu naturalmente e foi encontrada pela própria equipe. Ainda que, para a implementação do projeto não seja fundamental sofisticar a revista no que diz respeito à sua apresentação visual, o empenho neste sentido gerou resultados que superaram as expectativas iniciais, revelando talentos artísticos que até então eram desconhecidos pelo grupo. Para o trabalho de montagem, um dos estudantes envolvidos disponibilizou seu próprio computador para que outro, investido do conhecimento técnico nos recursos da informática, executasse as tarefas de formatação e diagramação de acordo com as preferências estéticas da equipe. Foi a partir da união dos esforços, dos recursos e dos talentos que a Panatenéia pôde ser concretizada. Entretanto, existe uma sobrecarga de trabalho que tende sempre a recair sobre quem assume as funções de edição. O *stress* gerado por esta função técnica é uma dificuldade adicional para a boa continuidade do trabalho. A fim de minimizar as consequências desta sobrecarga e até mesmo reverter a tendência negativa que ela tem gerado, a equipe está implicada em duas possíveis soluções: (a) o treinamento de outros estudantes nas ferramentas da informática e (b) a elaboração de projetos que viabilizem a captação de recursos ou bolsas com a finalidade de recompensar o tempo e o trabalho dedicado à execução destas tarefas.

Dado que todas as etapas de produção da Panatenéia são desenvolvidas sob a ética do fazer conjunto, valorizando o trabalho comunitário, a distribuição das revistas consiste, também, em outra etapa produtiva que obedece os mesmos preceitos. Portanto, foram adotadas, de acordo com as circunstâncias financeiras, duas estratégias de distribuição da Panatenéia, sendo que a primeira possibilidade foi elaborada num cenário de ausência de recursos para impressão da revista, enquanto a segunda possibilidade é adotada quando existe algum tipo de patrocínio para reproduzi-la em uma gráfica.

A primeira maneira de proceder é disponibilizar a revista no estabelecimento que presta serviços de fotocópias mais próximo dos leitores. Desta, forma o material pode ser adquirido facilmente por um preço módico que é pago pelo próprio interessado. Foi assim que os leitores da primeira edição da Panatenéia I e da Panatenéia II tiveram acesso a elas. A avaliação dos resultados deste modo de disseminar a revista mostra que o método é satisfatório, mas vale ressaltar que, para que esta forma de difusão obtenha sucesso, é necessário fazer algum tipo de propaganda, seja por cartazes, pela internet ou boca a boca.

Por outro lado, quando existem recursos para custear a impressão das cópias da Panatenéia em uma gráfica, os procedimentos adotados para sua distribuição são de outra natureza. Duas grandes vantagens em relação ao método anterior são destacadas: (1) o leitor não precisa dispor de tempo ou dinheiro para obtê-la, pois sua distribuição é gratuita, e (2) é possível fazer um registro de quantas pessoas adquiriram a revista, assim como os locais de origem e seus contatos. A distribuição da segunda edição da Panatenéia I e a futura segunda edição da Panatenéia II e a Panatenéia III segue esta estratégia. Quando a distribuição é feita pessoalmente, pede-se que o leitor deixe, em troca da revista, o seu endereço de correio eletrônico. Não é apenas uma maneira de propiciar uma troca simbólica entre os autores e o público, mas também permite estabelecer um contato mais duradouro com possíveis interlocutores, além de registrar o número de revistas dadas, e também a data e o local em que foram entregues. Entretanto, a revista também pode ser distribuída livremente para grupos inteiros, quando a ocasião se apresentar. Geralmente, oportunidades desta natureza acontecem em grandes encontros, tais como congressos, feiras ou simpósios de Psicologia, assim como na recepção dos calouros na universidade.

Finalmente, a Panatenéia, mais do que uma simples revista, é o resultado de um esforço coletivo que produziu resultados para muito além do que a equipe buscava, e apenas depois de realizada é que foi possível apreciar as proporções que ela implica e cujos resultados ultrapassaram largamente as expectativas individuais. A Panatenéia, por sua realização e por suas conseqüências, resultou numa comunhão dos méritos e na compreensão, por parte de cada membro da equipe, do valor e das potencialidades de cada estudante para o desenvolvimento de um trabalho conjunto.

Referências bibliográficas

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Prefácio In: DIEHL, P. *O Simbolismo na Mitologia Grega*. São Paulo: ATTAR EDITORIAL, 1991.

BENJAMIN, W. A Vida dos estudantes in: BENJAMIN, W. *Reflexões sobre a criança, o brincar e a educação*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

_____. O ensino da moral in: BENJAMIN, W. *Reflexões sobre a criança, o brincar e a educação*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Experiência e pobreza in: Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAMPOS, N. *A influência do Pensamento de Dilthey na Evolução da Psicologia como Ciência Autônoma*. Anuário do Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, Ano I, 1951.

GAGNEBIN, J.M. Prefácio – Walter Benjamin ou a história aberta In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

UFRJ. *Estatuto da UFRJ*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://www.ufrj.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2008.

Anexo 1 - Tabela de funções e dispositivos relativos a cada seção da Panatenéia

Funções e Dispositivos por Seções da revista	Mobilização de rede	Fundação de memória coletiva	Resgate histórico	Intervenção política	Articulação formação / profissão	Redação	Pesquisa	Crítica	Registro fotográfico	Estudantes envolvidos
	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
Verbo em Pauta			●		⊗	●	●	●		T
Areópago	●	●			●		●		●	4
Entrevista em Foco	●	●		●	●		●		●	3
Me Enerva		●		●		●	⊗	●		2+
Tenho Dito	●	●				●		⊗		n
Eles Estão Lendo	●				●				●	2
Apocatástase		●	●		●	●	●		⊗	1
O Espírito da Coisa				⊗		●				1
O Paládio						●	⊗	⊗		1
Editorial						●				1
Pégaso e Crisáor	●						●	⊗		2
Decifra-me ou te devoro			●		●		●			1
Instantâneo				●			⊗	●	⊗	1+
Incultas e Bela			⊗				●	⊗		1
Σ	●	5	5	3	3	5	7	7	3	3
	⊗	-	-	1	1	1	-	3	4	2

Legenda:

- – Necessariamente envolvida em cada edição da Panatenéia.
- ⊗ – Potencialmente envolvida em cada edição da Panatenéia.
- T – Todos do grupo participam.

2° lugar - Categoría Estudiante



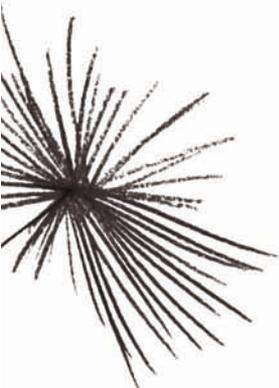
Cartografias do desejo em um trabalho de extensão universitária

Alice Paiva Souto [UFRJ 9º período]
Cleriston Philip Buriche Bartalini [UFRJ 9º período]
Kely Cristina Magalhães [UFRJ 10º período]

Resumo

O artigo apresenta a inserção da Psicologia na Extensão Universitária, com a criação de grupos de Análise Vocacional em um pré-vestibular comunitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir desta prática, que se propõe a problematizar o processo de escolhas e potencializar a expressão da subjetividade dos integrantes, foi produzida uma cartografia apontando os atravessamentos da *subjetividade capitalística* na dinâmica da escolha da profissão. Recorremos ao conceito de análise das implicações, da Análise Institucional, para pensar as relações do discurso acadêmico com a sociedade, interações possibilitadas pela prática extensionista.

Palavras-chave: Análise Vocacional; Extensão Universitária; Análise Institucional.



Introdução

Este artigo surge a partir da experiência de estágio de um grupo de graduandos de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Curso Pré-Vestibular do Caju (CPV-Caju), um projeto de Extensão que atua em bairro homônimo da cidade do Rio de Janeiro. O CPV-Caju trabalha desde 2005 no enfrentamento às dificuldades dos estudantes de origem popular que buscam ingressar em uma universidade pública, dando suporte à preparação para os exames do vestibular. Também é objetivo do projeto tornar cada vez mais visível para os moradores do Caju a possibilidade de ingresso no Ensino Superior público. Neste contexto, o Instituto de Psicologia se insere a partir da criação de grupos de Análise do Vocacional (AV) junto aos alunos do CPV-Caju.

A Analítica do Vocacional é um conjunto de saberes e problematizações desenvolvidos por Mônica Frotté, no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Federal Fluminense. Inserindo a Orientação Vocacional numa concepção genealógica de história, faz o rastreamento das múltiplas forças que a fizeram emergir enquanto prática em Psicologia, para então movimentar a criação de enfrentamentos à escolha profissional. Um modo de intervenção que, orientado a partir de ferramentas histórico-filosóficas advindas da Filosofia da Diferença, cria um campo singular com as questões que atravessam a escolha da profissão na atualidade, sem respostas prontas nem indicação de alvos a serem seguidos.

Cada grupo é formado com base na demanda espontânea dos alunos, tratando-se, portanto, de uma atividade opcional dentro da grade horária do pré-vestibular do Caju. Trabalhando com o grupo, nosso cronograma passa por uma primeira fase de entrevistas individuais, seguida de uma fase de encontros envolvendo todo o grupo (em média 10 encontros)¹, e uma fase de entrevistas devolutivas, quando ocorre a entrega do laudo psicológico² (individual). As reuniões em grupo se caracterizaram pelo uso de técnicas criadas a partir das questões e percepções que emergiam no próprio grupo.

O objetivo de tais técnicas era que servissem como dispositivos no sentido de potencializar a expressão da subjetividade dos integrantes e viabilizar cartografias do processo de escolhas. Seguimos a conceituação de Virgínia Kastrup, ao definir que o método da cartografia, formulado por Deleuze e Guattari

visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. A formulação paradoxal de uma “produção dos dados” visa ressaltar que há uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual (KASTRUP, 2007).

Neste intento, foram utilizadas como propostas de intervenção: canções da música popular brasileira, leitura e produção de textos, representações gráficas e dinâmicas de grupo.

O nome do projeto por meio do qual iniciamos o trabalho em Análise Vocacional se destaca por representar o propósito da nossa intervenção: *“Construindo um processo de escolhas mesmo quando ‘escolher’ não é um verbo disponível”*. Este nome marca o intuito de provocar em cada participante (analista e analisando) o

¹ A quantidade de encontros em grupo no trabalho de Análise Vocacional varia em função da quantidade de temas e questões relevantes a respeito da construção de um processo de escolhas.

² Em conformidade com a Resolução 007/03 do Conselho Federal de Psicologia.

reconhecimento de si enquanto produtor de sua realidade. A identificação do sujeito com o lugar de produto inevitável do panorama político-social circundante é uma atitude que reduz e fragiliza o campo de escolhas disponíveis, criando uma realidade de “assujeitado”, desprovido da possibilidade de fazer escolhas. Frente a isto, a equipe de AV propõe a problematização da formação superior, refletindo sobre os usos e sobre os papéis que exerce a universidade na sociedade carioca e brasileira; colocando em análise, na mesma medida, a famosa utopia de que é preciso passar pelo Ensino Superior *para ser alguém na vida*. Neste sentido, desenvolvemos discussões em favor da auto-implicação e da análise dos fatores que sustentam o desejo por ingressar na vida acadêmica.

Dos estudos em Análise Institucional, obtivemos a orientação teórica de nosso projeto, um suporte imprescindível à nossa incursão nestas fronteiras entre a educação popular e o Ensino Superior. A Análise Institucional constitui “uma alternativa teórica, metodológica e orientadora da prática para uma série de estudiosos brasileiros desejosos de ultrapassar fronteiras disciplinares rígidas” (ALTOÉ apud BICALHO, 2005: 155). Não se trata, portanto, de uma teoria psicológica restrita a um campo fechado. Essa abordagem estabelece uma relação com o humano que é instituído no mesmo instante em que institui práticas, conceitos e saberes, recusando a perspectiva dialética que estabelece o lugar dos oprimidos, de um lado, e o dos opressores, do outro. Segundo um dos autores-referência da análise institucional francesa, René Lourau (apud BICALHO):

A análise institucional implica em descentramento radical da enunciação científica. Mas, para consegui-lo, não basta dar a palavra aos sujeitos envolvidos – às vezes uma questão formal, inclusive jesuítica. Além disso, é necessário criar condições de um exercício total, paroxístico mesmo, desta enunciação. A ciência nada tem a ver com medidas justas e compromissos de bom-tom. Romper, de fato, as barreiras do saber vigente, do poder dominante, não é fácil... É todo ‘um novo espírito científico’ que é preciso ser refeito (BICALHO, 2005: 154).

O entrecruzamento das diferentes vidas e discursos dos sujeitos envolvidos no encontro-grupo da Análise Vocacional – analistas e analisandos – norteou a produção deste artigo. A partir de tal encontro, uma ferramenta essencial foi o conceito de *subjetividade capitalística* elucidado no livro *Micropolítica – Cartografias do Desejo* (GUATTARI; ROLNIK, 2005). Utilizando esta expressão, Guattari e Rolnik propõem como instrumento de análise a mais-valia cultural, de ordem subjetiva, enquanto a mais-valia do capital trata da sujeição econômica. O sufixo “ístico” entrou como modo de diferenciação do conceito de capitalismo amplamente promulgado, que muitas vezes fica restrito à identificação das sociedades qualificadas capitalistas. Esta nova proposição abrange a todas as sociedades que vivem em relação de dependência e contra-dependência com o regime capitalista e, portanto, imersas numa mesma política do desejo na esfera social, em interação com a produção de subjetividade capitalística.

Definimos subjetividade como a forma de ver e estar no mundo que se produz a partir de uma multiplicidade de agenciamentos, ou seja, conexões de diferentes instâncias (não necessariamente perceptíveis) que nos atravessam a todo o instante, nos constituindo enquanto sujeitos. Conforme esclarece Guattari, sua natureza é histórica, social e não cristalizada, mantendo uma dinâmica de constante construção e apresentando-se como matéria prima de toda e qualquer produção, sendo essencialmente fabricada e modelada no registro social. Neste artigo buscamos fazer a cartografia do desejo dos integrantes do grupo de Análise Vocacional com destaque para o tema da subjetividade capitalística.

Considerando o ponto de vista de que o capital funciona de modo complementar à cultura, ou seja, o capital ocupando-se da sujeição econômica e a cultura da sujeição subjetiva (GUATTARI; ROLNIK, 2005), buscaremos no primeiro subitem “A manifestação da Subjetividade Capitalística nos integrantes da Análise Vocacional” compreender a relação entre cultura de massa e produção de subjetividade em indivíduos oriundos de espaços populares que se reuniram no grupo de Análise Vocacional. Destacaremos aí os efeitos desta subjetividade no processo de escolhas e na manutenção dessas escolhas.

O subitem “A problemática da evasão” diz respeito a uma questão comum à maior parte daqueles que se propõem a fazer trabalhos sociais com uma população considerada vulnerável e pouco assistida pelo poder público: a evasão dos projetos inseridos nas comunidades. Motivados pelo incômodo vivenciado com o esvaziamento tanto do grupo de Análise Vocacional como do próprio CPV-Caju, colhemos alguns dados de ex-alunos do curso e de ex-integrantes da Análise Vocacional (por meio de contato telefônico, visitas domiciliares e comparecimento voluntário após convite para entrevista no espaço do CPV-Caju). A partir dessas informações, propusemos a analisar a desistência na perspectiva da subjetividade capitalística.

O terceiro sub-item trata da análise de nossas implicações na prática analítica vocacional, do momento em que somos “objetivados por aquilo que pretendemos objetivar” (LOURAU, 2004: 148). Neste caso, fomos objetivados pela subjetividade emergente do grupo de AV e, sem a pretensão daquela impossível neutralidade científica, buscamos outros intercessores e ferramentas teóricas para dar sentido ao incômodo que os lugares de “orientador vocacional” e “especialista em subjetividade” nos causaram, uma vez que estes lugares comuns não estão em consonância com o nosso propósito científico. Segundo Bicalho: “Implicado sempre se está, a questão é o pesquisador recusar o lugar de neutralidade e pôr em análise suas implicações e os lugares que ocupa” (BICALHO, 2005: 157).

Concluimos o artigo delineando os principais desdobramentos suscitados pelo trabalho da Analítica do Vocacional realizado no CPV-Caju. A inserção em um pré-vestibular comunitário com a característica singular de ser um projeto de Extensão Universitária e a observação da fabricação do lugar pré-vestibular como instituído na trajetória escolar sugerem possíveis articulações entre a formação acadêmica e as políticas públicas voltadas para a educação.

A subjetividade capitalística em cena na Análise Vocacional

Os modos de produção capitalísticos não se dão apenas no registro dos valores de troca, das semióticas monetárias, ou seja, do capital. Os modos de produção capitalísticos funcionam também no que Guattari chamou de *cultura de equivalência* ou *sistema de equivalência na esfera da cultura* (GUATTARI; ROLNIK, 2005: 21). Os indivíduos são serializados e automatizados neste processo possibilitado pela anulação ou, no dizer de Guattari, pela recuperação – no sentido de captura – dos vetores de singularização. A captura destes vetores acaba por coibi-los em sua potência, no campo social, de serem manifestações com uma intenção dupla de demover os gostos e desejos introjetados passivamente e de agir na fabricação criativa de seu mundo (na relação com o trabalho, com o consumo de bens manufaturados, com a família, e assim por diante).

Domesticado e dessensibilizado, o indivíduo é bombardeado por sugestões indutoras do que ele vai querer consumir porque, de fato, nesta lógica capitalística, a cultura, as pessoas, tudo(!) subsiste na qualidade de mercadoria consumível.

Tudo se passa como se o capitalismo por um lado despersonalizasse e, simultaneamente, propusesse modelos forjados a partir da igualdade abstrata para preencher o buraco, a inexistência de pessoas para que o sujeito, semiotizado pelos modelos, possa dizer “o meu eu”³.

Um sistema que funciona de modo inconsciente, interferindo em todas as esferas da vida: seja nos sonhos, na vida acadêmica, na vida amorosa ou no padrão alimentar. Este manejo da subjetividade social estabelece o sistema de equivalência do qual fala Guattari e nos submete a todos a buscarmos modos de vida muito semelhantes; reproduz a cada instante uma ansiedade neurótica insaciável à procura de um consenso sobre a verdade e o ser, a partir do momento que é vendida uma imagem totalizadora de mundo. Uma visão de mundo comprada pelo preço da originalidade e da singularidade de cada um.

E o que seria esse fenômeno de uma crescente parcela da população brasileira tencionar sua integração à secção das estatísticas que representa a quantidade de pessoas com curso superior completo? Quanto a esta questão vemos que, se por um lado a produção de subjetividade capitalística se manifesta e sobrevive à custa de uma radical alienação, ameaçando constantemente a capacidade de criar das pessoas, por outro lado, dá voz e potência a uma contestação que atravessa todos os estratos da sociedade (GUATTARI; ROLNIK, 2005: 218). Porque, se uma pessoa oriunda de espaço popular deseja entrar para uma faculdade e ingressa em um curso pré-vestibular comunitário que funciona próximo à sua residência, a diferenciação existente no acesso ao Ensino Superior passa a fazer parte de seu cotidiano. As barreiras que terá de transpor para conseguir sua vaga em uma universidade pública apresentar-se-ão com um vigor de mesma natureza das exigências do curso de graduação, seja no mercado de trabalho ou nos parâmetros de valorização social hegemônicos. Já lhe surge uma questão que suscita a problematização do modelo de educação vigente.

Ao enfrentar grande dificuldade na assimilação dos conteúdos quando entram no pré-vestibular comunitário, os alunos sentem a defasagem da formação que tiveram na educação formal; nas primeiras atividades do grupo de AV, sendo solicitados a listar as dificuldades no acesso à universidade, os alunos centralizaram o discurso na “deficiência do Ensino Médio” da rede pública, provocando um sentimento de inferioridade com relação aos candidatos que estudaram em escola particular. Vemos como das dificuldades encontradas na estrutura do ensino público (incluindo o Ensino Superior) emerge a possibilidade de análise e enfrentamento deste grave problema social que é a desigualdade de oportunidades na educação formal.

Esta experiência dos jovens e adultos de origem popular buscando cada vez mais uma vaga no Ensino Superior surge em profusão nos últimos anos, e isso muito se deve às lutas e conquistas dos movimentos sociais (cobrando políticas públicas inclusivas e fazendo proliferar a quantidade de cursos pré-vestibulares comunitários). Entretanto, não se pode perder de vista que neste processo atua uma imposição altamente dissimulada de um sistema de equivalência, a partir da fabricação em larga escala – dentro dos modos de produção de subjetividade capitalísticos – de modelos de vida, quadros sociais propostos, no qual a maior parte da sociedade não se reconhece (GUATTARI; ROLNIK, 2005: 218), posto que

³ Laymert Garcia dos Santos (GUATTARI; ROLNIK, 2005: 68), fazendo a sua leitura do “trabalhador livre”, que para o sistema capitalista não é considerado nada mais que força de trabalho e que pela cultura de massa, fabricante e legitimadora de modos de ser, é capaz de conformar-se com tal condição.

os padrões legitimados são os das elites. Os modelos aceitos pela sociedade servem muito bem ao Capitalismo Mundial Integrado (CMI) ao passo que a qualidade de vida e as garantias desejadas estão fundadas na lógica do capital, na capacidade de consumo - justamente este modo de ver e sentir o mundo, aliado a outros fatores como os avanços tecnológicos em comunicação e transportes, que submete a totalidade da população mundial aos modos de produção capitalísticos. Desta forma, todas as pessoas passam a desejar as mesmas experiências, passar pelos mesmos lugares, que são aqueles lugares das garantias.

Guattari evoca o conceito dos “não-garantidos” para identificar aqueles que conjugam a dificuldade de se empregarem (desemprego involuntário) com uma recusa voluntária do trabalho como lhes é apresentado. E propõe uma relação destes com os “trabalhadores garantidos” e com as “elites capitalísticas” para apresentar estas três categorias sendo atravessadas por uma mesma disposição da ordem social (GUATTARI; ROLNIK, 2005: 215). Os “não-garantidos”, por exemplo, muitas vezes não se reconhecem enquanto alguém de valor pelo fato de não estarem em destaque na sociedade e de não estarem dentro dos padrões ideais de vida bombardeados pela mídia das elites. Já no caso das elites, como no exemplo dado por Guattari do executivo ou do professor universitário, estes se dobram diante de determinadas regras e normas em função do impacto da subjetividade capitalística, alertando-os da possibilidade de decair à categoria de “não-garantidos” (GUATTARI; ROLNIK, 2005: 216).

O que esta leitura sugere é que a intervenção da produção de subjetividade capitalística atravessa os mais diferentes meios da sociedade. Os alunos do CPV-Caju em contato com a equipe de Análise Vocacional demonstravam nos discursos esta afetação, revelando o desejo de cursar uma faculdade para alcançar um padrão de vida melhor (estabelecendo-se como “trabalhadores garantidos”). E também estabeleciam relações com a subjetividade das elites, emitindo pareceres sobre o descaso da camada mais abastada da sociedade para com os alarmantes problemas sociais ou até mesmo fazendo referência a atitudes preconceituosas das quais supostamente seriam alvo dentro da universidade (o que eles revelaram quando lhes foi sugerido falar sobre possíveis dificuldades após a admissão em uma universidade).

Aprofundando a análise dos discursos em evidência nos encontros da AV, foi possível observar algumas funções da subjetividade capitalística descrita por Guattari no comportamento dos alunos do CPV-Caju, sendo uma delas a culpabilização. Segundo o autor, esta

consiste em propor sempre uma imagem de referência a partir da qual se colocam questões como: “quem é você?” “você que ousa ter uma opinião, você fala em nome de quê?”, “o que você vale na escala de valores reconhecidos enquanto tais na sociedade?” (GUATTARI; ROLNIK, 2005: 49).

Esta exigência de referência acaba muitas vezes não só nos impedindo de questionar os papéis que nos são atribuídos, como também promovendo a internalização dos mesmos. Desta forma, uma tomada de posição singular que expanda os limites do que é “normal”, como a de um “favelado” ingressar em uma Universidade Pública, exige muita consistência na ação e dificilmente é sustentada sem o apoio de um grupo.

Pode-se melhor elucidar este conceito a partir de uma situação ocorrida em uma discussão do grupo de Análise Vocacional, quando um aluno que dizia sentir-se decepcionado por ter percebido que possuía uma grande defasagem

acadêmica atribuía isto ao fato de “*não querer nada com a vida*”, quando ele dizia “*ser vagabundo*”. No cerne da questão, foi possível perceber que havia diversos outros fatores contribuindo para sua defasagem. São exemplos: a precariedade da escola onde cursou o Ensino Médio, a constante falta de professores e a falta de um ambiente apropriado para o estudo. Contudo, o que prevalecia era o sentimento de culpa e de responsabilidade individual. Por mais que se lhe dissesse que o fato de ele estar estudando e tentando superar esta dificuldade já era prova de que ele não “era vagabundo”, não lhe ocorria questionar o sistema (de referências), segundo o qual o valor está nos resultados e em tirar boas notas, sendo qualquer coisa diferente disso “debilidade” individual. E é a identificação com o papel de “vagabundo” que acaba por cercear a possibilidade de superar aquilo que se considera como sendo seus limites.

Outra função da economia subjetiva capitalística, vinculada à culpabilização e que também pode ser identificada nos alunos do CPV-Caju é a segregação. Esta, também funciona por meio de valores internalizados, levando o indivíduo a buscar se situar constantemente de acordo com o campo de valorização social aprendido por ele. Sobre esta, Guattari escreve: “É como se para se manter a ordem social tivesse que instaurar, ainda que da maneira mais artificial possível, um sistema de hierarquia inconsciente, sistema de escalas de valor e sistemas de disciplinarização” (GUATTARI; ROLNIK, 2005: 50). Esta segregação foi possível perceber constantemente em grande parte dos alunos, que não ousavam contrapor suas próprias idéias e opiniões às nossas. Às vezes, faziam-no até certo ponto, porém não as sustentavam, como se fossem obrigados a nos deixar ter sempre razão. Por algum tempo, isso que acreditamos ser timidez diante do grupo revelou-se uma reprodução da postura que tomavam em relação ao professor ou a qualquer pessoa que estivesse em uma posição privilegiada, que estivesse acima deles no sistema de hierarquia inconsciente.

A problemática da evasão – uma manifestação incisiva da subjetividade capitalística

Ao trabalharmos com um projeto de Análise Vocacional que traz como proposta a fuga de uma produção de modos hegemônicos de sentir e estar na vida, caminhamos na contramão de um sistema já estabelecido. Tal fato produz um choque de realidades, como nos aponta Guattari ao afirmar que todas as maneiras de existir de modo autêntico, bem como a produção em nosso meio de devires singulares, se chocam contra o muro da subjetividade capitalística (GUATTARI; ROLNIK, 2005). Todo choque gera sofrimento, bem como toda ruptura ou tudo aquilo que promove desestabilização, e afeta uma ordem natural, gera imprevisibilidade e perda de controle. Por conseguinte, esta ruptura se materializa por meio da problemática da evasão, da desistência – uma grande expressão da subjetividade capitalística na vida dos alunos de CPVs comunitários de nossa sociedade.

Em geral, as pessoas chegam aos cursos com uma expectativa, um interesse imediato, imbuídas de uma perspectiva utilitária do mundo. No caso da AV, o aluno busca uma resposta que venha a acalmar sua angústia de ter que escolher; ele busca uma solução exata e pontual para sua dúvida: uma acomodação perfeita. Quando nos propomos a fugir deste esquadrinhamento, de simplesmente acomodar o sujeito em um lugar que venha a sanar suas necessidades imediatas, que desconsidera seus impulsos criativos, nos chocamos com a realidade da evasão. Deste modo, torna-se uma tarefa custosa e demorada transmitir em sua

complexidade aos alunos uma nova lógica de intervenção: desconstruir aquilo que está pré-estabelecido, promovendo, em contrapartida, a potencialização dos impulsos criativos em direção ao rompimento das barreiras impostas pela desigualdade social e problematizando nossa realidade, de modo a adotar uma postura crítica diante das questões sociais envolvidas no ingresso na universidade.

Ao se depararem com tal lógica, e com o impasse de afirmá-la ou não, os alunos se vêem tomados pelo desânimo. Diante de dificuldades que vão se estabelecendo, sejam elas relativas à realidade exclusiva e elitista do próprio vestibular, que não contempla a realidade do ensino público básico em nossos dias, ou mesmo dificuldades particulares (família, questões financeiras, questões culturais, etc.), a vulnerabilidade dos envolvidos se expressa através da desistência. Em geral verificamos que a grande parte dos alunos que evade da AV é aquela que também evade do curso pré-vestibular. Quando evidenciam que tiveram um Ensino Médio defasado, que não lhes oferece base para fazer um vestibular, os alunos se sentem em pé de desigualdade com outros candidatos. Certas crenças começam a entrar em jogo, como os exemplos que seguem: *“não vou conseguir passar no vestibular”*; *“em um ano não conseguirei compensar o conteúdo que não vi anteriormente”*; *“nunca conseguirei aprender as matérias exatas (matemática, física e química)”*; ou ainda *“não posso concorrer com os alunos da rede privada em pé de igualdade”*. Vemos, então, a evidência de muitos preconceitos fundados em desigualdades sociais e econômicas. Nesse contexto, uma série de medos vai emergindo com o tempo: medo de constatar que se é incapaz, medo de não passar, medo de investir tempo e dinheiro em vão, medo de estar escolhendo o caminho errado. Podemos encontrar tal angústia na fala de um aluno: *“senti vontade de desistir e largar tudo quando percebi que tinha gente melhor do que eu no curso”*.

Outro acontecimento que a escuta nos proporcionou foi a tomada de conhecimento de que muitos alunos decidem dar início a cursos técnicos profissionalizantes, bem como realizar concursos públicos, porque estes trazem um retorno financeiro mais imediato. Assim, constroem a estratégia de trabalhar e se estabilizar em primeiro lugar, para que depois tenham condições materiais para se manterem em uma universidade pública ou mesmo custear uma particular. Para muitos alunos, no entanto, a evasão está muito ligada a uma falta de interesse próprio, seja pela falta de metas, de comprometimento, de engajamento no projeto, seja pela falta de noção do que é uma universidade. Estes são os que se autointitulam *“preguiçosos”*, *“vagabundos”*, *“aqueles que não querem nada”*, etc.

Quando entramos especificamente no âmbito da AV, o que mais se extrai da fala dos alunos é uma não identificação com a proposta ou um não entendimento dela. Em sua maioria, eles resumem o resultado de um trabalho como este como a resposta para a questão da escolha profissional. Ao perceberem que não teriam isso, muitos abandonaram logo nos primeiros encontros. Falas como *“como eu já sabia mais ou menos o que queria, decidi sair...”* ou *“não adiantou muito porque já tinha meio que decidido...”* evidenciam isso. Outra aluna afirmou que assistiu a três encontros da Análise Vocacional, mas depois achou que *“não precisava mais assistir a essa aulas”* por já ter uma pessoa que a orienta, que lhe dá conselhos e a estimula a continuar, no caso, o seu pai.

Diante desses depoimentos, repletos de sentimentos de inquietação, de angústias, quase sempre ligados a questões inerentes a modos de produção de subjetividade capitalísticos, nosso maior desafio tem sido não negar tais questões, mas também não as aceitar passivamente. Buscamos junto aos alunos problematizá-las, para que possamos criar saídas desenvolvendo, em um esforço coletivo, novas estratégias de vida em forma de linhas de fuga.

A atuação da subjetividade grupal nos “orientadores vocacionais”: uma análise das nossas implicações

Para além dos efeitos inicialmente buscados pelo trabalho de AV, fez-se presente um resultado tão concreto quanto inesperado, que diz respeito à ação da experiência em estágio e extensão no Curso Pré-Vestibular do Caju incidindo sobre a nossa subjetividade: a subjetividade dos analistas vocacionais. Na medida em que as dinâmicas e discussões foram se desenvolvendo, tivemos a oportunidade de entrar em contato com questões que até então haviam passado despercebidas e de refletir sobre as mesmas, questionando a coerência do estimado discurso acadêmico em nossa realidade de estudantes universitários.

Entre as questões discutidas nos grupos, destacou-se a que diz respeito à importância do espaço das Instituições Públicas de Ensino Superior como um centro de excelência em se tratando de formação profissional. Ressaltamos também esta dimensão do ensino público que nos permitiu co-criar com os alunos, durante as sessões de debate e dinâmicas de grupo, impressões e pareceres acerca dos direitos do cidadão e das atribuições do Estado no campo da Educação. No cerne dessas discussões destacamos a responsabilidade social dos integrantes da Universidade Pública (corpo discente, docente e funcionários), considerando que esta última deve se expressar na preocupação com a formação de profissionais capazes de fazer uma leitura crítica do momento histórico que atravessam e ao mesmo tempo, tem o compromisso de estabelecer constante diálogo com os demais segmentos da sociedade, evitando o isolamento das forças em movimento no meio acadêmico.

Diante de tais idéias e debates, foi-nos inevitável questionar nosso posicionamento no Instituto de Psicologia, diante das questões de nossa época, na análise crítica dos acontecimentos em uma dimensão mais sociológica. De fato, essa temática foi-nos causando grande mal-estar na medida em que percebíamos que não era só nos alunos do CPV-Caju que se manifestava a subjetividade capitalística descrita por Guattari; esta podia ser facilmente observada em nossa práxis cotidiana, apesar da consonância de nossa fala com o discurso anti-neoliberal do autor.

O esvaziamento dos espaços de debate político dentro do Instituto de Psicologia (como fórum de alunos), o enfraquecimento do Centro Acadêmico e a dificuldade de mobilizar os estudantes em torno das questões pertinentes à nossa formação são analisadores do panorama do débil posicionamento político dos estudantes de Psicologia do Rio de Janeiro. Esses exemplos do cotidiano estudantil expressam a falta de interesse dos estudantes em atuarem como agentes da criação e construção da Universidade; atitude que costuma ser justificada em termos de “falta de tempo”, devido à necessidade de estudar para as provas a fim de alcançar boas notas, uma vez que estas estão associadas a uma boa posição no mercado de trabalho. Posição esta que sugere, além da segurança financeira projetada no futuro, o reconhecimento desejado na vida profissional.

Encontramos pontos de encontro entre os discursos da falta de tempo, aqueles que muitas vezes são a justificativa do universitário para não participar dos espaços de atuação política acadêmica e a falta de tempo dos integrantes da análise vocacional quando justificavam a evasão do CPV-Caju. Esta percepção gerou incômodo quando contrastada com aquilo que buscávamos ao motivar os alunos do pré-vestibular no sentido de não abandonarem os estudos em prol do trabalho. Ao reconhecermos a importância do trabalho na função de suprir as necessidades mais elementares para aqueles jovens, nos vimos lançados a rever nossa aposta na educação formal, na vida acadêmica.

A experiência de provocar inquietações naqueles alunos inquietou-nos; a identificação da subjetividade capitalística em nossa própria existência afetou-nos a ponto de reivindicar em nós aquilo que Michel Foucault conceituou, em seus últimos cursos no *Collège de France*, como a ética da palavra – que se refere à palavra grega *parresia*, designando coragem. O autor evoca o sentido de uma coragem muito menos vinculada ao destemor diante do perigo iminente que à coragem de dizer uma verdade que será legitimada, acima de todas as coisas, pelo exemplo. Esta coragem de dizer a verdade é vista por ele como uma qualidade particular na relação que se estabelecia entre mestre e discípulo na Grécia Antiga. Como se para autenticar a verdade da palavra se fizesse valer a própria conduta: este era o ensinamento dos mestres-de-vida helênicos (D'ÁVILA, 2006: 157).

Tal exigência da ética da palavra assim passou a ser imposta sem cessar na forma de um questionamento destinado a “o ‘entre’ que define a exigência ética da verdade” (D'ÁVILA, 2006: 168). A partir do momento em que decidimos assumir um posicionamento implicado, no sentido de uma inclusão, no trabalho de Análise Vocacional, de nossos próprios modos de ser e estar no mundo, o discurso sustentado por nós, bem como a nossa relação com os referenciais teóricos adotados passaram a ser, também eles, objeto de análise. Naquele processo dinâmico de captura e fuga que constitui os modos de produção de subjetividade em um regime capitalístico, a análise de nossas implicações significava um desgastante exercício de pensamento reflexivo, demandando coragem por muitas vezes colocar-nos em xeque frente às expectativas dos alunos com quem trabalhamos e, indubitavelmente, frente às nossas expectativas.

Aquilo a que chamávamos de construção de novas possibilidades diante dos hábitos psicológicos e sociais enferrujados, se submetido à minuciosa e, antes de tudo, destemida análise, apresentava-se também como re-produção de uma fala que não era nossa: “consumíamos” um saber acadêmico durante os encontros da AV. Aquela construção erigida pelo grupo de Análise Vocacional, em conjunto com os alunos, em alguns instantes seguia um fluxo unilateral (e, por esta razão, estéril) em direção a eles, tomando a forma de mais um discurso sustentado por um sistema hierárquico invisível. Diante de tal infortúnio que é carregar não simplesmente o estigma, mas a consciência de ser verborrágico, a ponderação sobre nossos próprios atos aconteceu como uma rota de fuga, a partir daquela ferramenta foucaultiana da ética da palavra.

Outra ferramenta que foi de grande utilidade no delineamento de nossa questão foi a noção de implicação, criada pela Análise Institucional. A respeito desta, René Lourau descreve:

Quase todas as ciências estão baseadas na noção de não implicação ou desimplicação. [...] A Análise Institucional tenta, timidamente, ser um pouco mais científica. Quer dizer, tenta não fazer um isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece na construção do conhecimento. Quando falamos em implicação com uma pesquisa, nos referimos ao conjunto de condições da pesquisa (LOURAU, 1993: 9, 16).

As condições da prática de Extensão Universitária e de Pesquisa em Análise Vocacional até aqui descritas apontaram para uma contradição fundamental que, por meio da análise das implicações, tornou-se um instrumento de produção de conhecimento, ao invés de se tornar um obstáculo à produção acadêmica. Tal arcabouço teórico nos permitiu perceber que a ciência funciona dentro de uma lógica dialética e da permanência da contradição (LOURAU, 1993: 10). Desta forma, foi-nos possível amadurecer o trabalho da AV a partir das conseqüências de seu impacto em

nossa subjetividade e da análise das contradições inerentes à prática em questão. Tal amadurecimento diz respeito à perspectiva sustentada por Lourau daquilo que seria buscar a objetividade no pensamento científico. O que, ao contrário da exclusão sumária dos dados subjetivos da pesquisa, concorre para a inclusão do pesquisador e de sua subjetividade na relação com o objeto de estudo.

Assim, compreendemos que o objetivo da AV não se restringia a fazer com que os alunos repetissem nosso discurso submissamente, uma vez que a mera repetição automática não pode ser tomada como transformação subjetiva – embora muitas vezes incorramos neste equívoco por pura vaidade. Um momento relevante que fomentou tal *insigth* foi quando, em um dos encontros, propusemos aos alunos que construíssem uma redação que trouxesse suas avaliações a respeito do trabalho de AV; produziram textos que traziam exatamente o conteúdo de nossas falas ao grupo. O que costumava nos parecer um bom sinal de recepção e entendimento de nossas propostas agora nos levava a questionar se não se tratava simplesmente de uma reprodução, se não estávamos caindo em uma armadilha do aprendizado, uma contradição em relação àquilo que nos propusemos a fazer. Ou seja, uma vez que pudemos identificar em nós mesmos uma situação de crise ao discursar acerca de idéias e ideais que não lográvamos colocar em prática, nossa análise grupal se tornou menos ingênua.

Conclusão

O encontro e a interação entre o estudo no campo da Análise Institucional, a experiência em Extensão Universitária e a lida com Educação Popular se encarna na prática da Análise Vocacional sinalizando dois aspectos principais: autonomia e responsabilização. A primeira, a autonomia do pensamento sobre a escolha da profissão, refere-se àquilo que conferiu ao trabalho – originariamente chamado a responder do lugar da orientação vocacional – a capacidade de afirmar-se como uma prática outra, em movimento de confrontação frente à escala de valores naturalizada, assimilada e dissimulada nos processos de semiotização da vida globalizada. De certo, esta confrontação não deve ser entendida como uma negação ou um convite à cegueira geral. Os estudos em micropolítica apontam para estratégias de (aparente) aliança com os modos de produção de subjetividade dominantes.

Uma prática que persiga a subversão da subjetividade de modo a permitir um agenciamento de singularidades desejanter deve investir o próprio coração da subjetividade dominante, produzindo um jogo que a revela, ao invés de denunciá-la (LISSOVSKI apud GUATTARI; ROLNIK, 2005: 39).

Assim, caracterizamos a fase de acolhimento das demandas iniciais dos alunos como o reconhecimento da realidade trazida no discurso “quero estar na universidade pública”, para, num momento posterior, provocar demandas do grupo, reivindicações e desejos nitidamente sem dono, muito embora sentidos por cada um como algo próprio. Nesta outra forma de relação com o problema da escolha profissional, apesar de resistirem várias expectativas pela resposta prescritiva final, torna-se visível o espaço para a reformulação de velhas questões e a formulação de novas, como “o que é vocação?”, “até que ponto podemos conhecer uma profissão sem vivê-la?”, “qual papel cumpre o Ensino Superior na minha vida?”, dentre outros questionamentos enunciados durante os encontros de AV, além de tantos outros não-ditos – latentes na virtualidade do *a posteriori*.

Ombreando com a autonomização de nossa proposta de ação e do pensamento no grupo, encontramos a responsabilização operando papel crucial na análise das nossas implicações no âmbito do projeto. Implicação enquanto estado ou atividade promulgadora daquilo que, nos cânones da Extensão Universitária no Brasil, aparece sob o signo da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a própria extensão (relacionados como o tripé estrutural da formação acadêmica). Identificamos significativa quantidade de medidas adotadas para estimular a interação entre o trabalho em sala de aula, a produção científica e a intervenção acadêmica extra-muros em questões de impacto social. Tais iniciativas nos são muito caras pelo empenho em construir uma formação mais completa nas universidades, atendendo àquele quesito *flexibilidade*, cada vez mais demandado nas variadas facetas do ser e estar no mundo.

Em se tratando de extensão universitária (portanto, de formação acadêmica), o efeito produzido de imediato pela análise das próprias implicações é o eco, a reverberação de uma questão surgida lá, nos difusos limites entre teoria e prática, a que se faz referência costumeiramente como “o campo”, em outras circunstâncias ou espaços.

Revela-se a implicação do estudante-pesquisador-extensionista uma valiosa ferramenta na elaboração das vivências na dimensão social. Significa pensar a prática sem restringir-se a descrevê-la; pensar os efeitos de determinadas ações e dizeres, que papéis que lhes couberam na circunstância em que foram atualizados. Nossa aposta aqui é, seguindo no passo de René Lourau, assumir uma outra indissociabilidade, que é aquela entre o desejo do cientista e o labor do cientista (LOURAU, 1993). Admitindo que a imparcialidade é inviável, faz-se relevante a escolha de qual posicionamento tomar frente às questões suscitadas, produzidas ou reconfiguradas no campo de trabalho.

Desta forma, evidenciamos o poder de amálgama exercido pela análise das implicações na conjugação daqueles três pilares básicos do ensino superior, posto que uma reconfiguração (ou mesmo uma desfiguração) do pensamento, seja na extensão, na pesquisa ou no ensino, repercutirá nas demais instâncias. De fato, a existência de um trabalho ligado à Educação no campo da Extensão Universitária, atrelado ao exercício da análise das implicações, mostrou-se um potente instrumento de reflexão e colocação de problemas acerca da instituição Universidade.

A crescente demanda por cursos pré-vestibulares traz à cena o problema: como o poder público pode se responsabilizar por esta etapa de preparação pós-Ensino Médio? Atualmente, para atender às populações de baixo poder aquisitivo (que não podem pagar por uma vaga em cursos pré-vestibulares particulares), os movimentos sociais vinculados à educação, iniciativas isoladas pautadas pelo trabalho voluntário e projetos de Extensão Universitária são os principais atores na dianteira da criação de pré-vestibulares comunitários.

No caso específico da Extensão, estamos tratando de uma prática que, articulada à pesquisa e ao ensino, compõe o processo de formação acadêmica. Nossa aposta final é que, por um lado, a articulação dos psicólogos com a Extensão Universitária e, por outro, a inserção da Psicologia na organicidade dos pré-vestibulares comunitários sejam artifícios úteis na construção de um sistema de ensino implicado nas questões sociais. Ainda que a existência de cursos pré-vestibulares seja um indicador da insuficiência do Ensino Médio na preparação para os exames de admissão das universidades, reconhecemo-los como elementos instituintes, presentes cada vez mais na trajetória escolar do brasileiro. Com o fortalecimento da articulação entre Extensão Universitária e políticas públicas voltadas para a Educação, promoveremos a múltipla afetação esperada entre a Universidade, o poder público e os demais segmentos da sociedade.

Referências bibliográficas

BICALHO, P.P.G. *Subjetividade e Abordagem policial. Por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos*. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

DÁVILA, J. *Ética da Palavra e Vida Acadêmica*. In: Kohan, W. O. e Gondra, J. *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

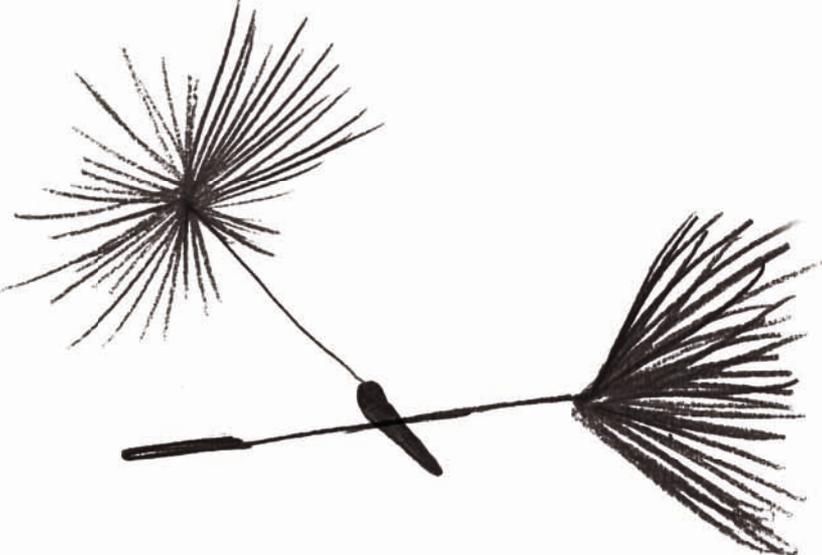
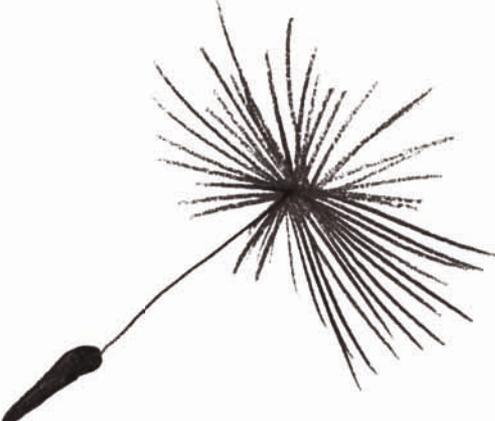
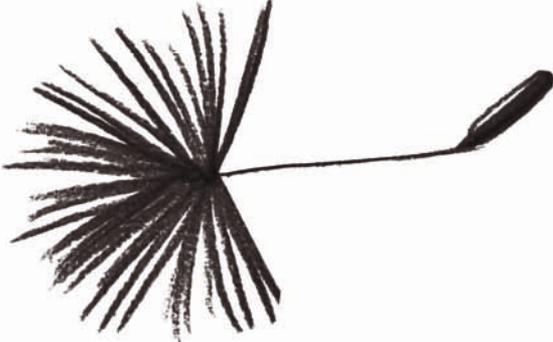
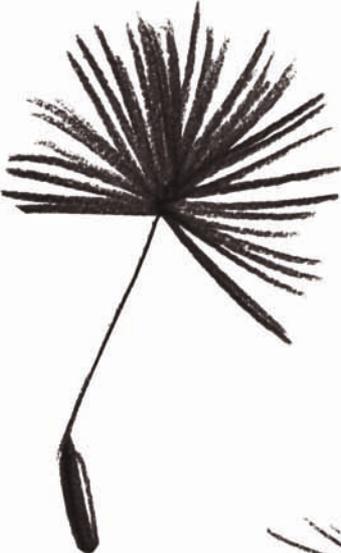
FROTTÉ, M. D. *Analítica do Vocacional: Percursos e Derivas*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, 2001.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica – Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LOURAU, R. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

KASTRUP, V. *O Funcionamento da Atenção no Trabalho Cartográfico*. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 15-22, jan/abr. 2007.

3° lugar - Categoria Estudante



Tecendo movimentos: aproximações entre políticas públicas e formação em Psicologia

Alessandra Speranza Lacaz [UFF 8º período]
André Werneck Barrouin [PUC-Rio 7º período]
Daniel Maribondo Barboza [UERJ 8º período]
Gabriel Folly Nogueira Sertã [UFF 8º período]
Paula Milward de Andrade [UFF 5º período]
Raquel Vieira da Silva [UFF 4º período]
Sheila Melo de Oliveira [UERJ 6º período]

Resumo

Este artigo surge a partir das experiências do I Encontro Regional de Estudantes de Psicologia do Estado do Rio de Janeiro (I EREP-RJ). Durante este encontro, problematizou-se a formação psi e as implicações do movimento estudantil em Psicologia na construção de um saber comprometido com as temáticas sociais. O presente trabalho se propõe a discutir o modelo instituído nos cursos de graduação de psicólogos, apontando um caminho para sua possível e esperada aproximação com as esferas das ações públicas. Utilizando como referência o modelo político de organização, planejamento e execução do I EREP-RJ, será colocada em questão a importância de se refletir sobre a inserção da Psicologia no campo das políticas públicas, partindo de um olhar sobre a formação. Espera-se com este artigo analisar os paradigmas de ensino atuais e o que se convencionou compreender como movimentação estudantil.

Agradecimento

Tanto o I EREP-RJ quanto a confecção deste artigo não contam apenas com os autores que estão oficialmente inscritos no trabalho. Além de todos os que se envolveram ao longo da construção e realização do evento, cabe aqui dedicar algumas linhas de carinho a Amanda dos Santos Gonçalves, que esteve presente e atuante na construção de uma articulação entre estudantes do estado Rio de Janeiro. Alguém que doou seu tempo, sorrisos, dedicação, “broncas”, abraços, e inventou momentos de extrema parceria, cumplicidade e afeto. Amanda, não dá para fugir: este artigo também é seu.

Palavras-chave: Análise Vocacional; Extensão Universitária; Análise Institucional.

Introdução

Após 18 anos sem a realização de um encontro de estudantes de Psicologia no Rio de Janeiro, que potencializasse as discussões do movimento estudantil em nosso estado, estudantes de quatro universidades fluminenses se articularam na perspectiva de construir um espaço de reflexão e contato com a diversidade de experiências em Psicologia. Era o início do processo que constituiu o I Encontro Regional de Estudantes de Psicologia do Estado do Rio de Janeiro, I EREP-RJ, que tinha como objetivo discutir as intersecções da Psicologia. Desta forma, nada melhor que ter como norte algo que sintetizasse este estado de aproximação e perda de concepções instituídas. Assim, *Encontros e Desencontros: Rupturas e Articulações* foi o tema escolhido, na tentativa de evocar as multiplicidades presentes nas atuações em Psicologia.

A vontade de realização de um encontro estudantil começou a ser concretizada por estudantes da PUC-Rio, UERJ, UFF e UFRJ, que não necessariamente compunham uma gestão de diretório ou centro acadêmico de suas faculdades. Esta organização caracterizou-se por um espaço aberto, onde aqueles que quisessem participar desta construção de um pensar sobre a Psicologia comprometida com a realidade eram acolhidos. O movimento estudantil de Psicologia atual possui limitações de muitas ordens e isso se reflete nessas instâncias representativas, que se tornam apenas um espaço físico utilizado pelos estudantes, sem maiores problematizações de idéias políticas. Isso pode ser interpretado como efeito de um modelo econômico utilitarista e funcionalista que não estimula o debate, pois não corresponde, diretamente, à circulação de capital.

Neste sentido, Sevcenko (2000) exprime a dinâmica que se instituiu na academia:

Nas universidades, o que prevalece é o modelo de administração eficiente, capaz de gerar seus próprios recursos estabelecendo nexos cada vez mais profundos com o mercado e a corrida tecnológica. A eficácia do desempenho é medida em termos de sucessos estatísticos, de capitais, produtividade e visibilidade, todos conversíveis em valores de marketing para atrair novas parcerias, dotações e investimentos (SEVCENKO, 2000: 20).

Nosso posicionamento trouxe uma série de inquietações que possibilitaram a criação de um potencial de articulação e invenção, retirando-nos do lugar de um movimento estudantil esvaziado. Através da passagem do incômodo mental para o incômodo encarnado, na concretização do ato de construirmos coletivamente um espaço de afetividade, de reflexão, de crítica e de proposição de idéias. Nesta intervenção micro, que reuniu mais de 200 estudantes de Psicologia de todo estado do Rio de Janeiro, acreditamos que a construção de redes foi estabelecida, uma vez que, com o mínimo de movimento, uma onda já é criada.

O I EREP-RJ se propôs a trazer uma articulação entre os estudantes e as discussões acerca de muitos assuntos presentes na Psicologia, que são invisibilizados dentro da academia, principalmente no que tange às aproximações da Psicologia com o campo das políticas públicas. Neste sentido, como algumas vezes parece não haver espaço dentro das instituições de ensino para as questões sociais, privilegiamos os encontros com temas marginais à Psicologia das salas de aula. Encontramos-nos com a tortura, sofremos visualmente com a experiência do documentário "Memórias para Uso Diário"; discutimos a humanização das relações de trabalho a partir do filme "El Método" e problematizamos quais implicações temos, como psicólogos, com a reprodução de um sistema judiciário excludente, após a exibição do documentário "Justiça".

Nas mesas, as agendas de discussão transitaram desde o Sistema Único de Saúde (SUS) até o recente Sistema Único de Assistência Social (SUAS), passando pelo curso de ativadores para psicólogos que trabalham na área da saúde pública, até a intervenção com jovens que vivem no sistema de abrigo do Rio de Janeiro. A concepção de que, enquanto psicólogos, temos muito a dizer sobre Direitos Humanos, não entendidos como tratados e convenções, mas como práticas, orientou nossos trabalhos. Choramos com o relato de Mônica Suzana Cunha, do Movimento Moleque, criado por mães de crianças e adolescentes que vivem no sistema de medidas sócio-educativas fluminense. O trabalho do projeto de extensão P.I.V.E.T.E.S., que dialoga com a exclusão social na academia, esteve presente também. A Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro levantou a reflexão da necessidade de criar pontes e construir laços, assim como o Núcleo de Sociabilidade Libertária de PUC/SP nos fez refletir a que modelo de sistema, no lugar de psicólogos e cidadãos, estamos servindo. Discutimos religião, tema relegado à Sociologia e Antropologia, e pontuamos que, se as práticas religiosas são mais um atravessamento que nos constituem enquanto sujeitos, devemos refletir academicamente sobre estas manifestações.

Uma das contribuições que a Psicologia pode oferecer à esfera pública é a valorização das potencialidades dos sujeitos. Neste sentido, nos encontramos com o Grupo Harmonia Enlouquece. Intervir nas políticas públicas de saúde é dar voz a todos os atores que as compõem, é valorizar os usuários destas políticas. Neste sentido, o I EREP-RJ se propunha a articular diálogos, principalmente, com o campo de contato da Psicologia com as políticas públicas, legitimando as falas dos diferentes atores, estudantes, profissionais e usuários, que tecem esta rede social.

Foi lançado o desafio de aproximar da nossa formação, da nossa profissão, as urgências e demandas da sociedade. A ênfase de que todos compúnhamos igualmente aquele espaço trazia justamente esse caráter de articulação, que só é possível se todas as partes estiverem juntas. Encontro físico e encontro de idéias para haver articulação, para assim proporcionar novos caminhos. Éramos estudantes, éramos docentes, éramos psicólogos, beneficiários da Psicologia. Naquele momento em que se reforçaram laços entre nossas falas, pudemos ser muitos.

Apontamentos para se pensar a formação: a eclosão de desafios

A Psicologia é um saber historicamente construído distante de uma preocupação com o social, diferentes atravessamentos a fizeram emergir dessa forma. Michel Foucault, em sua obra, aponta que a construção do pensamento científico baseado nos preceitos da objetividade, precisão e neutralidade foi produzido/inventado e hoje se apresenta como um modo hegemônico de constituição do sujeito e de pensar/fazer ciência. Atrelado a isso, estamos acorrentados a um sistema sócio-econômico-político capitalista que, diferente do que aparenta, mostra-se produtor de uma lógica, que nos atravessa e nos constitui, colocando-nos a seu serviço por meio de uma disciplinarização dos corpos a determinada temporalidade e produtividade.

Esta lógica, portanto, enraizada em nossa sociedade, coloca claramente a necessidade da produção de corpos dóceis e úteis ao capital. Mas o que fazer com os desviantes, com aqueles que não se adequam às normas impostas por esse sistema? Ao escaparem de uma homogeneização e padronização da vida humana, estes corpos passam ao plano da correção e enquadramento, seja através de mecanismos como a medicalização, o trabalho, o confinamento, entre outros.

Essas práticas de normatização e normalização são visíveis especialmente através de instituições como prisões, manicômios e escolas, onde esse funcionamento atende, e bem, a essa lógica perversa.

As instituições de ensino, dessa forma, não estão fora dessa rede que nos aprisiona a um modo de vida e comportamento homogeneizante, já que se pretendem disciplinar, delimitar condutas e corrigir. Podemos pensar então, que as universidades são mais um importante instrumento de controle, no qual o ensino e a aprendizagem estão acoplados a um interesse de fechar os olhos para o rombo social que nos assola. Segundo Rolnik:

quanto maior [sua] desorientação, maior a vulnerabilidade a se deixar capturar pelo amparo que as centrais de distribuição de sentido e valor oferecem, investindo-o de um suposto saber [...] ele vai sendo cada vez mais desconsiderado. Por sua vez, mais enfraquecida fica a potência de criação do desejo, mais intimidado e amortecido o gesto do criador. Mais se acentua a desorientação (ROLNIK, 1989: 109-110).

A formação em Psicologia está presente entre essas “centrais de distribuição”, produzindo e reproduzindo saberes e subjetividades intimistas e ilusoriamente descoladas dos atravessamentos do social. Os cursos de graduação em Psicologia ainda mantêm uma formação majoritariamente clínica, pautada numa lógica do atendimento individual, que funciona para certa demanda social, colocando o psicólogo numa posição salvacionista, daquele que possui respostas, sempre com uma solução intimista para questões como a violência e a delinquência social. Existe, presente na formação, um pensamento que se aproxima de uma escuta médica, do inclinar-se sobre o outro, numa perspectiva diagnóstico-curativa. A indagação que se apresenta é: a quem e a que servem uma prática que contradiz as deficiências de uma sociedade como a brasileira, que apresenta uma vasta área de intervenção social, especialmente, no campo das políticas públicas? Qual o interesse nesse tipo de formação? É necessário colocar em questão que profissionais estão sendo formados ou “deformados” pelos cursos de Psicologia no Brasil. Nesse sentido, acreditamos que nossa formação, em geral, atende e reforça um modo de funcionar, pautado em uma prática de atuação voltada às demandas individuais, sem considerar as esferas político-econômico-culturais.

Porém, nesse trabalho de reflexão sobre o nosso campo de formação, cabe a nós evitar um olhar ingênuo e tratar do assunto diretamente, sem nos posicionarmos de maneira simplista. Não se trata de defender um campo da Psicologia como eminentemente “melhor”, “mais politizado” ou “mais humano”. Um atendimento clínico individual pode ser uma prática muito mais libertária do que uma atuação da Psicologia Social que se aproxime do assistencialismo, por exemplo. É a postura ética do psicólogo que define o caráter da sua prática, e não sua área em si. Portanto, o que se mostra necessário é repensar esta lógica que nos atravessa, uma vez que entendemos que este modelo individualizante não se tornou hegemônico de forma natural.

Partindo da concepção que a formação acadêmica deveria estar intrinsecamente ligada às necessidades da nossa sociedade, só é possível compreender como, durante anos, a formação do psicólogo foi e tem sido voltada maciçamente para a atuação numa clínica que atende a uma minoria de classe média e alta, se nos atentarmos para a historicização desse processo. Sua configuração é fruto de inúmeras relações de saber-poder, como projeto político da profissão e, nesta construção, as demandas sociais foram colocadas em um segundo plano.

Num país tão repleto de deficiências, faltas e carências, como não ser afetado por estas questões? O postulado que compartilhamos é pensar numa Psicologia que não seja só tratamento e atendimento individuais, uma vez que acreditamos que podemos também ser interventores, atores na luta por uma mudança. Reproduz-se a concepção na sociedade que a Psicologia se faz na clínica, no consultório. Há uma invisibilidade dos trabalhos coletivos, voltados para a ocupação e valorização dos espaços públicos, não considerados como intervenções “psi”.

Nesse questionamento, não há a pretensão de desqualificar um trabalho clínico-individual, entendendo que essa Psicologia tem, sim, sua importância. O que está sendo colocado em questão se refere à problematização de uma formação massiva nessa área, inchando consultórios e salas e em nada interrogando as questões sociais, que muitas vezes são as causas de angústias e sofrimentos que aparecem nestes espaços. Não condiz com a realidade brasileira formar psicólogos para servir majoritariamente a classes que podem arcar com tal despesa. O individualismo que vivemos, reforçado pelo neoliberalismo capitalista, leva o homem a um estado de impotência, de flutuação. O público não mais o convence, não mais o provoca. Conseqüentemente, torna-se o campo mais carente. A lógica intimista domina o cenário, fazendo com que questões antes vistas como sociais sejam transferidas para dentro das empresas, famílias, indivíduos.

Sendo assim, seria essa formação do psicólogo uma tentativa de consagração, de um reconhecimento social, dentro desse sistema? Para que e para quem somos formados? Afinal de contas, formação é construção, isto é, exige trabalho, movimento, desestabilizações, confrontos e enfrentamentos.

Neste sentido, o I EREP-RJ, então, se propôs a estabelecer alguns debates e encontros para se discutir e vivenciar a formação em Psicologia, experimentar as inúmeras maneiras de se formar psicólogo, tendo como norteadoras a democratização e a ampliação de temáticas que permeiam o campo das políticas públicas, pouco presentes na academia, a não ser em espaços restritos, como em algumas pesquisas e grupos de estudo. Neste movimento, alguns tópicos eclodiram, como: a necessidade de pensar instrumentos que problematizem a formação; abrir espaço para as discussões, trazendo questões que muitas vezes não são colocadas nas salas de aula; promover diálogos entre áreas e discursos diferentes, construindo encontros a partir dos visíveis desencontros; pensar juntos estratégias de fortalecimento da profissão, articulando a prática profissional à formação acadêmica, lembrando ainda que estamos em constante processo de formação. Dessa forma, o I EREP-RJ objetivou ser um campo de afirmação das possibilidades, das emergências, das multiplicidades e das trocas.

No Encontro, algumas perguntas representaram este movimento da aproximação da Psicologia com as atuações na esfera pública. Refletimos de que forma podemos intervir na formação do psicólogo e repensar sobre sua prática instituída, seja no trabalho em consultório, na escola, nas organizações ou no hospital psiquiátrico. A que modelo estamos servindo e como queremos intervir socialmente? Queremos reproduzir uma lógica que produz doentes e doenças, medicalização e cristalização da vida? Queremos afirmar uma profissão que se diga essencialmente da cura, da clínica, que reforce práticas cada vez mais individuais e particulares, acentuando ainda mais um discurso que enfraquece os espaços públicos e as problematizações do social?

Dentro dessa perspectiva, estamos nos referindo a um movimento político de constituição do estudante como cidadão e como profissional em formação, que, com seu discurso munido de um saber que a ele se atribui, tem nas mãos o poder de provocar e incitar novas formas de pensamento ou atender a uma demanda social de atendimentos individuais que em nada problematizam as redes sociais em que tal problemática se engendra.

Os conceitos de serviço público e políticas públicas, apesar de teoricamente recentes, apresentam uma grande abertura para a possibilidade de criação de uma Psicologia como prática social que repense sua utilidade e efetividade. A troca de experiências, a escuta e o aprendizado com profissionais de outras áreas se mostram essenciais para o crescimento profissional. A construção de um novo movimento estudantil e a recente aproximação da Psicologia com as políticas públicas convergem na produção de uma nova ciência e profissão, que passa pelo compromisso social.

A articulação do movimento estudantil, até então enfraquecido e fragmentado, foi potencializado neste espaço, no diálogo com as ações públicas. Ao se problematizar as limitações da formação, coloca-se em questão a necessidade de buscar outros espaços que possam auxiliar na construção de um profissional mais coerente com o contexto em que vivemos, que consiga perceber na dinâmica social, um potencial de intervenção. A experiência do encontro possibilita repensar por que somos psicólogos em formação. Colocando-nos numa posição diferenciada, desloca-se o paradigma da passividade do aluno – ser sem luz – para a responsabilidade da construção, do estudante, do psicólogo em formação.

Neste sentido, um desafio se apresenta: ao assumir este outro lugar, somos confrontados em responder socialmente pelo nosso fazer. Ou seja, enquanto estudantes e profissionais em formação somos responsáveis pela construção de nossa profissão. Logo, criar espaços para fazer emergir outras formas de atuação do psicólogo é também papel de um movimento estudantil que se pretende plural, no qual possamos problematizar as contradições presentes nas formações em Psicologia quando esta se apresenta majoritariamente clínica, não respondendo a um contexto social em falta com intervenções no campo das políticas públicas. Portanto, se somos parte desse processo de construção da Psicologia, somos, concomitantemente, responsáveis por abrir espaços para aquilo que não é potencializado na academia.

A invenção de um movimento: produzindo demandas e dialogando com a extensão

No parágrafo a seguir, M. Foucault (2002) ilustra de modo contundente a posição adotada, no âmbito geral, para a construção do I Encontro Regional dos Estudantes de Psicologia do Estado do Rio de Janeiro:

O que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte deste sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (FOUCAULT, 2002: 71).

Ao longo das reuniões da Comissão Organizadora, principalmente num período inicial, quando a discussão se centrava no objetivo do Encontro e na busca

de um argumento comum que pudesse sustentá-lo – dando um sentido para o mesmo – notamos a existência de uma inquietação inerente a todos, que serviu como um norte. Respeitadas as devidas particularidades de cada instituição de ensino superior, às quais os membros da Comissão pertenciam, bem como a postura de cada professor na construção de sua metodologia de ensino, ficava patente a repetição de uma característica da relação professor-aluno nas salas de aula. Na maioria das vezes, o lugar que é reservado ao estudante é o de mero espectador, ou seja, de receptor e reproduzidor de um conhecimento que o professor detém. O termo “aluno” já traz essa dinâmica marcada na sua etimologia, que, segundo Aristóteles, representa a junção de “a” (sem) com “luno” (luz), fazendo referência a pessoas sem luz, que a receberiam através do conhecimento das coisas, na transmissão do ser iluminado, que professa o conhecimento.

Com isso, o impulso motor para a restauração desse dispositivo de mobilização estudantil, e a própria temática do Encontro, traziam como uma das premissas ouvir e validar os discursos, práticas e questionamentos dos estudantes de Psicologia do estado do Rio de Janeiro. Neste momento, mostrou-se importante possibilitar a transição de uma posição passiva, reportada nas salas de aula, para uma postura mais ativa na produção de conhecimento, através da apresentação de trabalhos de conclusão de estágio, pesquisas, monografias ou espaço nas mesas redondas.

Geralmente, as mesas-redondas são compostas por palestrantes “renomados” na temática escolhida para a atividade. Como renomados, entendemos que essas pessoas tenham um extenso currículo, experiências e discussões sobre tal assunto: em suma, são especialistas. A metodologia da mesa costuma ser a de se ter um tempo para a apresentação (fala) desses convidados e um posterior e breve tempo para debate. Além disso, a disposição espacial de todos os presentes (público e palestrantes) também é relevante.

A questão da especialidade é atravessada pela problemática trazida por Michel Foucault em *A ordem do discurso*: “quem está autorizado a falar sobre o quê”, e apontamos para o processo de legitimidade das falas. Essa característica da ordenação do discurso não é somente uma organização prática para se abordar o que realmente é pertinente sobre uma determinada questão. De fato, tal ordenação permite o controle do que é dito e do que é silenciado nas falas dissonantes que denunciam as contradições sociais por detrás dos discursos que seriam, aparentemente, técnicos e teóricos.

O que podemos denunciar nessa “gênese de mesas-redondas” é uma prática que tem tendência à despolitização do público geral. Uma vez que se instituiu que compete aos especialistas o ato de dissertar sobre o assunto, deslegitimam-se os saberes e a postura crítica advinda daqueles que se afetaram pelas idéias expostas ou pela temática. Logo, política é assunto dos cientistas sociais; Direitos Humanos, dos advogados; e saúde mental, dos psicólogos e/ou psiquiatras.

No I EREP-RJ, contudo, conseguimos superar algumas dessas barreiras. A composição das mesas pressupunha sempre um profissional ou docente de Psicologia, um profissional ou acadêmico de outra área, um usuário¹ e um estudante. A disposição espacial é difícil de ser contornada, uma vez que a estrutura física dos espaços consagrados para esse tipo de atividade já define a distribuição dos ouvintes e dos convidados. Contudo, o tempo reservado às falas e ao debate posterior puderam ser repensados e alterados.

¹ A utilização do termo “usuário” refere-se a um “cidadão comum” que seja afetado diretamente pela temática discutida na mesa-redonda, podendo, por exemplo, pertencer a algum grupo relativo ao tema tratado no momento.

Entendemos a escolha desse modelo para construção das mesas como um posicionamento político, que, apoiado nas duas principais premissas do Movimento Institucionalista – Auto-análise e Auto-gestão – foi responsável pelo estabelecimento de relações e trocas sob um prisma horizontal. Isto permitiu, a cada um, expor sua ótica sobre a questão e produzir diferentes discursos sobre o real, sem a imposição de uma verticalização ou hierarquia dos saberes, como sinaliza Baremlitt:

Para poderem efetuar essa autocrítica, os *experts* não podem fazê-lo no seio de suas torres de marfim, não podem fazê-lo nas academias ou exclusivamente nos laboratórios experimentais. Eles têm que entrar em contato direto com esses coletivos que estão se auto-analisando e autogestionando para incorporar-se a essas comunidades desde um estatuto diferente daqueles que tinham (BAREMBLITT, 1992: 18).

Os resultados dessas mudanças foram muito interessantes, pois a simples presença de “pessoas comuns” (estudantes e usuários) ajudou na instauração de um contexto mais leve, mais acolhedor. Assim, os ouvintes saíram de uma posição de “meros perguntadores”, para uma posição mais ativa, por exemplo, a de se levantar e fazer pontuações, considerações e até mesmo críticas às construções que se davam naquele instante, dando um tom de conversa, de troca de experiências e não só de perguntas formais. Tal experiência nos traz o questionamento sobre o quanto estamos presos a estruturas e modos de pensar e agir que passam pela naturalização dos fenômenos, das idéias e dos fatos.

A dissolução dos especialismos, na produção tanto de discursos quanto de práticas, possibilita uma participação politicamente implicada dos sujeitos e do coletivo, que ultrapassa as fronteiras da academia. Evidencia-se, assim, a importância do nosso envolvimento não apenas na escolha de quem irá nos representar e a quem será delegada a responsabilidade por promover o bem-estar social. Somente uma co-gestão que envolva a sociedade civil e representantes públicos – e que também dissolva essa divisão – será capaz de encaminhar ou dar inovação e concretude às políticas públicas.

O I EREP-RJ tinha como objetivo ultrapassar estas fronteiras estabelecidas dos muros que separam a universidade, lugar instituído do saber, da sociedade. Pode-se repensar diversas frentes de luta, entre elas, a tendência a desvalorizar as atividades extensionistas, realizadas em âmbito externo às universidades.

As políticas públicas educacionais dentro das universidades são constituídas pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Deveria-se investir de forma igualitária na produção e articulação do conhecimento, na interação entre sociedade e universidade e no alargamento dos campos de atuação. Contudo, o que se percebe é uma postura negligenciadora das ações voltadas ao social, para as políticas públicas, na área da extensão. Agindo através da omissão e da manipulação dos recursos e incentivos a esse tipo de trabalho, as universidades vêm se distanciando progressivamente da posição de protagonistas das ações de cunho sócio-político. Na contracorrente deste modelo, comunicar-se com outros meios e saberes e articular parcerias com diversas entidades da sociedade civil e do poder público, significou para o I EREP-RJ também uma resistência, uma oposição a esta postura, que não legitima a extensão universitária como atividade essencial para a formação profissional e cidadã.

Este evento/movimento buscou ser um dispositivo atuante no planejamento das atividades de inserção e aproximação da Psicologia com o social, ao insistir nas reflexões sobre as questões que giram em torno desta esfera. O Encontro chamou todos à responsabilidade na construção de uma Psicologia que possa dialogar com as políticas sociais. No sentido de prestigiar as práticas coletivas, o I EREP-RJ privilegiou em suas discussões temas que atravessam os movimentos sociais, como foco geral, a preservação dos Direitos Humanos. Também procurou incentivar ações direcionadas para problematizar melhorias das condições relativas aos campos de saúde, educação, moradia e alimentação, ou seja, se atentou a problematizar a construção de políticas públicas efetivamente interessadas na transformação social.

Portanto, uma questão foi fundamental: analisar quais os rumos mercadológicos, predominantemente econômicos e não sociais, pelos quais vêm se guiando nossas universidades, espaço de formação dos psicólogos. Se postularmos que a extensão é uma das possíveis formas de retorno dos investimentos que faz a sociedade sobre as universidades e se estas não se interessam pela ação voltada àqueles que as sustentam, então é preciso repensar a função das instituições de ensino superior no Brasil, na atualidade.

Neste processo, pergunta-se: como fica a formação política, humana e técnica dos estudantes nessa conjuntura de fatos? Como os psicólogos estarão preparados para atuar sobre o contexto social se não há incentivo, na graduação, para se conhecer e agir neste espaço? Qual é a importância que se dá às políticas públicas, à formação em Psicologia?

Experimentando diferentes modos de funcionamento

Por que falar em autogestão, em uma experiência no campo das políticas públicas? O que poderia se configurar à primeira vista em uma contradição é a tentativa de produzir novos modelos, novas articulações, na construção de novos parâmetros para a atuação.

A autogestão tornou-se uma importante ferramenta no caminhar do coletivo, tendo sido colocada em prática sem uma idealização prévia. Outras formas gestionárias chegaram a ser discutidas pelo coletivo construtor do I EREP-RJ como a gestão participativa – em que a organização seria realizada através da criação de algumas comissões definidas por delimitação de tarefas. No entanto, a escolha se deu por alguns motivos, um deles relacionado à quantidade de pessoas envolvidas e à experiência - ou falta de – que possuíam em organizar encontros, congressos, atividades. Outro ponto importante para essa decisão diz respeito aos ideais presentes entre os participantes, como o da horizontalidade, da transversalidade e do estímulo à flexibilidade.

Esta busca se deu na troca por uma articulação mais justa e produtiva, que valorizasse a singularidade de todos que se propunham a compartilhar daquele espaço. Ao sinalizar para pontos com relações mais horizontais, transversais, e para a necessidade do cuidado com o outro, podemos pensar as experiências transformadoras e de cunho afetivo-político do I EREP-RJ.

No interior dessa perspectiva, colocamos em questão como as políticas públicas, as lutas pela garantia dos Direitos Humanos, os movimentos sociais (inclusive estudantil), a Psicologia e os indivíduos podem se servir. Qual o valor e as consequências dessa postura, autogestionária, para o pensamento contemporâneo?

Podemos, assim, refletir sobre a produção de subjetividades transformadoras, da potência de vida, as resistências às institucionalizações, através da relação do grupo que foi constituído no I EREP-RJ, por sua organização, parâmetros, desejos e relacionamento interpessoal.

O exercício da afetividade política é extremamente eficaz na valoração das produções e o papel dela pôde ser sentido e contemplado nos atos, gestos e decisões da comissão organizadora do evento. As afecções experimentadas no planejamento e realização desse evento/movimento foram alavancadas por um ímpeto de criação e transformação, tendo sido provocadoras de movimentos de reinvenção e re-inauguração. Esse fato pôde ser deflagrado pelo questionamento constante às idéias e ações que norteiam comumente o saber/fazer dos psicólogos, abordadas agora sob uma visão desterritorializante, nas mesas-redondas com profissionais de várias áreas de atuação diferentes, nas oficinas, nas inovações como os Grupos de Discussão e Vivência (GDV's) ou nas atividades culturais.

Os discursos também apontaram para os possíveis encontros e desencontros da Psicologia, movimentos sócio-políticos em sintonia com os direitos do cidadão e com as demandas da sociedade. Questões fundamentais foram disparadas para a reconstrução das teorizações sobre as intervenções concretas nos territórios que se encontravam inférteis devido às incessantes repetições em uma só frente. Mudando as atuações dos profissionais e estudantes, os cidadãos lá presentes se refizeram, abarcando novas dúvidas e expectativas.

Esse evento/movimento pôde ser estruturado numa conjuntura mais humanizadora, e alicerçado com confiança e em desejos voltados para um objetivo comum. Apostando nesse caráter e perspectiva, foi possível a existência de novos encontros e a fundação de outras maneiras de se articular politicamente em variadas esferas. Criando possibilidades de transformação, para poder haver produções que não se formassem sobre o mesmo cerco e estruturas, estando, por esta razão, já cooptadas a um sistema que as inutiliza. A interação entre os envolvidos neste processo se centrou sob uma ética marcada pelo afeto. Sendo este o guia para os encontros, foi possível rever conhecimentos voltados às políticas e às infrações de leis, códigos e princípios fundamentais à existência.

Buscando a reinvenção, fazendo rupturas e ligações e pensando a produção de novas subjetividades, as atividades do I EREP-RJ foram *locus* para a abertura de novos sentidos e oportunidades de agir, pautado na responsabilização, sobre os modos de se fazer ciência, pensar a cultura, produzir arte, implantar políticas públicas, resgatar direitos perdidos, planejar ações sociais e mais. Desta forma, marcaram o valor ético e afetivo do evento/movimento, tendo sido tomado como um eixo para os modos de existência no contemporâneo. A comunicação foi estreitada, consideraram-se políticas e práticas sociais sob a ótica da humanização, o futuro dos jovens com melhor destreza, marcando a importância dos desvios aos enraizamentos das práticas institucionalizadas, fenômenos resultantes dos diálogos pautados na troca, na experimentação, na transversalidade, na desterritorialização, pois pudemos experimentar ser outros.

Através de um singular modo de estar no mundo, possível pelas linhas que nos compõem, pudemos, coletivamente fazer emergir potencialidades no sentido de transpor paradigmas sociais e humanos instituídos. Nas argumentações sobre as políticas de saúde, de educação e de inserção social dos participantes do I EREP-RJ, que ousavam se colocar e se repensar nas oficinas e demais oportunidades, desenvolveram-se múltiplas formas e vetores de renovação, pois estavam estes atravessados pela crítica e pela afirmação das diferenças. Anteriormente, as maneiras de se afetar e construir uma política social para uma situação em um grupo específico

mantinham-se sobre o marco da repetição exaustiva de uma teoria e prática pelas forças de isolamento e exclusão, e pela velha postura de suposta neutralidade.

A individualidade é obstáculo para o sucesso em qualquer iniciativa social, é também característica dos nossos tempos e foi, na realização e no planejamento do Encontro, uma meta a ser superada. Além disso, as condições comumente creditadas aos estudantes de passividade foram postas em cheque pela posição de protagonistas e a responsabilidade que tomaram para si na construção desse espaço. A visão pessimista e desvalorizadora de suas potencialidades também precisaram ser revistas.

Falar em compartilhamento, afeto, cuidado e atenção foi o desafio de promover processos de sociabilização, que respeitasse o espaço do outro, sem invasão, mas na construção de uma ética, pautada no acolhimento, no envolvimento e na confiança. Este foi o desafio de funcionar através da autogestão, que passou pela necessidade de rever nossas concepções instituídas de ver o outro, de produzir com o diferente em estruturas que por vezes se apresentam de forma rígida e alienante. Neste sentido, trazemos a experiência de transpor este conceito para prática com uma referência, para se problematizar como tornar possíveis modelos autogestionários no campo das políticas públicas. Uma vez que trabalhar no espaço social é estabelecer uma constante luta na produção de linhas de fuga, em um sistema enrijecido, que sobrevive com a reprodução burocrática de normas alienantes, que não consideram as expressões singulares do sujeito e não valorizam os potenciais criativos.

Não concluir: a possibilidade de desdobramentos

É importante que não tomemos o neoliberalismo como uma entidade que se impõe sobre nossas formas de agir e pensar. De fato, há relações e valores que se produziram no seu contexto que viabilizam e facilitam maneiras de existir pautadas no financeiro, na competitividade e na individualidade. Contudo, ao mesmo tempo em que somos afetados por esse funcionamento, também o retroalimentamos e o reproduzimos – ainda que reativamente –, como um bicho da seda que, ao tecer seu casulo, se enclausura em sua própria construção.

Porém, assim como não é em um casulo pré-existente que o bicho-da-seda se aloja, também nós podemos engendrar novas realidades. Substituindo a postura reativa pela ação direta, como no I EREP-RJ, tal engendramento possibilita práticas outras, pautadas em valores outros, como a coletividade e a cooperação. Os sucessos do EREP, assim, só se tornaram possíveis quando assumimos esse papel de co-criadores de fazeres, pensares e saberes, e nos dispomos a encarar e viver os riscos decorrentes disto. Através da retomada, pela reinvenção, dessa articulação própria da Psicologia no Rio de Janeiro, foi possível problematizar os saberes, práticas e a conjuntura sócio-política atual, sempre refletindo sobre questões sociais, como as das políticas públicas.

Levantando questões pertinentes à atuação do psicólogo, nos atentando à participação e às intercessões mais diversas, o I EREP-RJ fomentou discussões e colocou ações coletivas em prol da construção de novas formas de entender os problemas e as demandas sociais.

Pela consideração às diferenças, orientamo-nos politicamente pela multiplicidade. Desta maneira, foi possível que a manifestação das vozes diversas circulasse e ecoasse conforme seus movimentos no plano horizontal, ou seja, sem hierarquias impeditivas do devir.

Por isso, acreditamos que esse trabalho, na realidade, não se conclui. A expectativa de que esse movimento possa ter dado um ar fresco aos estudantes de Psicologia nos estimula a continuar, a repensar os acontecimentos desse encontro e construir outros. Apostamos nos desdobramentos e nos efeitos que foram produzidos em cada um de nós e que a partir disso nos farão problematizar nossas práticas e formações, criando, assim, outros possíveis modos de fazer Psicologia.

Referências bibliográficas

BAREMBLITT, G. O Movimento Instituinte, a auto-análise e a autogestão. In: *Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

DELEUZE, Gilles; P, Claire. Políticas. In: *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. RJ: Graal, 2002.

GUATTARI, Felix.; ROLINK, Suely. Subjetividade e História. In: *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SEVCENKO, N. O professor como corretor. In *Folha de São Paulo – Caderno MAIS*, 04/06/2000.

Pareceristas

Alessandra Daflon dos Santos [CRP 05/26697]

Mestre e doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – UERJ

Andréa da Luz Carvalho [CRP 05/18371]

Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social – UERJ e analista de Gestão em Saúde – FIOCRUZ

Carla Silva Barbosa [CRP 05/29635]

Psicóloga, mestre em Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ e profissional de Saúde do Município do Rio de Janeiro

Christina Pinto da Silva Bastos [CRP 05/22936]

Mestre em Educação - UFF, doutora em Psicologia Social – UERJ, professora adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia – UERJ

Cláudia Valéria Fonseca da Costa [CRP 05/15248]

Mestre em Psicologia das Práticas Sócio-Culturais – UERJ

Cristiane Knijnik [CRP 07/11851]

Psicóloga, mestranda pela Universidade Federal Fluminense – UFF

Hebe Signorini Gonçalves [CRP 05/2232]

Mestre e doutora em Psicologia – PUC/RJ, professora adjunta do Instituto de Psicologia – UFRJ, membro associado do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Sobre a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC-UFRJ) e membro do Conselho Diretor do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas Sobre Infância (CIESPI)

Irene Bulcão [CRP 05/33091]

Mestre em Psicologia – UFF e doutora em Psicologia Social – UERJ

José César Coimbra [CRP 05/20822]

Mestre em Teoria Psicanalítica–UFRJ e psicólogo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

José Eduardo Menescal Saraiva [CRP 05/23758]

Mestre em Psicologia – PUC-Rio, especialista em Psicologia Jurídica – UERJ e psicólogo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

José Henrique Valentim [CRP 05/2234]

Doutor em Psicologia Clínica (Psicossomática e Psicologia Hospitalar), professor associado II do Departamento de Psicologia e coordenador do Curso de Psicologia – UFF

Letícia Fiorillo Bogado [CRP 05/3920]

Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia Clínica – PUC-Rio, especialista em atendimento ao excepcional – FACEN, e em Psiquiatria Social – FIOCRUZ. Atua como psicóloga em Instituição de Saúde Pública (SESDEC-RJ/ SUS- Niterói)

Luciana Knijnik [CRP 05/33458]

Psicóloga, militante de Direitos Humanos, mestre em Psicologia – UFF e membro da Equipe Clínico-Grupal do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro

Luciene Alves Miguez Naiff [CRP 05/22840]

Doutora em Psicologia Social – UERJ e professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira

Mariana de Medeiros e Albuquerque Barcinski [CRP 05/27318]

Doutora em Psicologia pela Clark University e professora adjunta da Universidade Federal Fluminense

Nélio Zuccaro [CRP 05/1638]

Psicólogo, técnico da Gerência de DST/AIDS, Sangue e Hemoderivados da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro

Patricia Constantino [CRP 05/22502]

Psicóloga, doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ e especialista em Psicologia Jurídica – UERJ

Paula Land Curi [CRP 05/20409]

Doutoranda do Programa de Psicologia Clínica da PUC/SP, mestre pelo programa de Pós-Graduação em Pesquisa em clínica em Psicanálise – UERJ, membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, psicóloga da Maternidade Carmela Dutra, gestora e professora da Universidade Salgado de Oliveira

Paulo Roberto Mattos da Silva [CRP 05/3583]

Professor associado II da Universidade Federal Fluminense, coordenador dos Cursos de Psicologia do Pólo Universitário de Rio das Ostras – UFF e coordenador do Serviço de Psicologia da Área Cirúrgica do Hospital Universitário Antônio Pedro – UFF

Sandra Moreira Cunha [CRP 05/13078]

Mestre em Psicologia Social - UERJ, especialista em Psicologia Jurídica - UERJ e psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

XII Plenária do CRP-RJ

Diretoria Executiva

José Novaes – presidente [CRP 05/980]
Eliana Olinda Alves - vice-presidente [CRP 05/24612]
Marília Álvares Lessa – tesoureira [CRP 05/1773]
Maria da Conceição Nascimento - secretária [CRP 05/26929]

Conselheiros

Alessandra Daflon dos Santos [CRP 05/26697]
Ana Carla Souza Silveira da Silva [CRP 05/18427]
Ana Lúcia de Lemos Furtado [CRP 05/0465]
Ana Maria Marques Santos [CRP 05/18966]
Cecília Maria Bouças Coimbra [CRP 05/1780]
Elizabeth Pereira Paiva [CRP 05/4116]
Érika Piedade da Silva Santos [CRP 05/20319]
Fernanda Brant Gabry Stellet [CRP 05/29217]
Francisca de Assis Rocha Alves [CRP 05/18453]
Janaina Barros Fernandes [CRP 05/26927]
José Henrique Lobato Vianna [CRP 05/18767]
Karine Neves Mourão [CRP 05/28863]
Lindomar Expedito Silva Darós [CRP 05/20112]
Luciléia Pereira [CRP 05/29453]
Luiz Fernando Monteiro P. Bravo [CRP 05/2346]
Lygia Santa Maria Ayres [CRP 05/1832]
Márcia Ferreira Amêndola [CRP 05/24729]
Maria Márcia Badaró Bandeira [CRP 05/2027]
Noeli Godoy [CRP 05/24995]
Pedro Paulo G. de Bicalho [CRP 05/26077]
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira [CRP 05/10564]
Samira Younes Ibrahim [CRP 05/7923]
Suyanna Linhales Barker [CRP 05/27041]
Vanda Vasconcelos Moreira [CRP 05/6065]
Vivian de Almeida Fraga [CRP 05/30376]
Wilma Fernandes Mascarenhas [CRP 05/27822]

Realização:



Conselho Regional de Psicologia - RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53- Tijuca CEP 20260-280 Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: (21) 2139.5400 (Sede) - Tel/Fax: 2717.3211 (Niterói)
Tel/Fax: 2768.0007 (Nova Iguaçu) - Tel/Fax: (24) 2243.0834 (Petrópolis)
Tel/Fax: (22) 2728.2057 (Campos dos Goytacazes)
<http://www.crprj.org.br> | e.mail - crprj@crprj.org.br



Esta publicação é uma obra coletiva. Ela recolhe os trabalhos agraciados, nas duas categorias – profissionais e estudantes –, no Prêmio Margarete de Paiva Simões Ferreira. Este prêmio foi instituído pelo Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região; e conferido na II Mostra Regional de Práticas em Psicologia, realizada em 2008.

(...)

Ao coletivo dos psicólogos do Rio de Janeiro, portanto, é que devemos agradecer e louvar por se manifestar de modo tão auspicioso para novos avanços da Psicologia no estado, atendendo ao convite do CRP-RJ, comparecendo às Mostras de Práticas em Psicologia, e apresentando trabalhos concorrentes ao Prêmio; são os (as) profissionais da Psicologia que a constroem, cotidianamente, no Rio de Janeiro e no Brasil.

José Novaes
Conselheiro-presidente do CRP-RJ

Imediatamente reconheci naquela jovem estagiária a energia para o trabalho, a integridade do caráter e a grande seriedade em tudo o que fazia. Essas características já eram o prenúncio que marcaria toda sua futura trajetória profissional.

Na vida de todos nós, uma infinidade de pessoas vai cruzando nossas vivências cotidianas sendo que apenas algumas delas permanecem de forma indelével em nossas memórias.

Margarete é uma delas.

Nélio Zuccaro

Rio de Janeiro, 2009

Realização:



Conselho Regional de Psicologia - RJ